

Bárbara Elisa Zwetsch

LIMIARES URBANOS:

A necessária precariedade à existência

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Orientador: Prof. Dr. Edson Luiz André de Sousa

Porto Alegre

2012

Bárbara Elisa Zwetsch

LIMIARES URBANOS:

A necessária precariedade à existência

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Aprovado em 26 de março de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Analice de Lima Palombini - – Universidade Federal do Rio Grande do Sul -
UFRGS

Prof. Dra. Sandra Djambolakdjian Torossian – Universidade Federal do Rio Grande do Sul -
UFRGS

Prof. Dr. Guilherme Massara Rocha – Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Ao Davi, sempre companheiro nos sonhos utópicos e à L. e ao J., que foram capazes de acreditar nessa escrita mais do que eu fui.

AGRADECIMENTOS

Ao Davi, que em todos os momentos do mestrado foi capaz de apostar e assumir comigo essa caminhada e que me fez pensar que a sua verdadeira grandeza não está nos dois metros de altura, mas em seu coração;

Aos meus pais, Carlos e Lisa, que mesmo eu estando distante em muitos momentos, foram capazes do cuidado comigo, seja numa ligação para saber se eu ainda existia, seja preparando o feijão da mãe para garantir que eu estivesse nutrida de carinho e amor para seguir;

A minha irmã, que foi capaz de se mostrar tão companheira, dividindo o seu tempo nos momentos mais delicados de construção da dissertação e ao Vítor, que compreendeu a ausência dela;

Aos pais do Davi, que mesmo sem compreenderem ao certo sobre o que eu escrevia, souberam respeitar o tempo de escrita e ausência;

Ao Edson, que na sua gentileza foi capaz de esperar (esperança) a produção desse trabalho e fazer o corte preciso entre o suporte e o colapso da orientanda;

A Analice, pela abertura em discutir e achar outras leituras possíveis, assim como por seus escritos que me apontaram para autores que se tornaram tão importantes à minha escrita.

A Sandra, por me acompanhar desde os primeiros ensaios dessa caminhada pelos labirintos da psicologia.

Aos colegas de pesquisa, que em muitos momentos me ensinaram que a pesquisa não está somente na segurança dos livros, mas na incerteza e na coragem de arriscar-se;

A Flávia, eterna amiga, que teve a paciência e o carinho de auxiliar na estruturação final dessa dissertação.

Aos participantes da pesquisa que em incontáveis momentos deixaram-me sem palavras e, com suas vidas, ensinaram-me sobre a potência utópica da cidade.

À equipe do SAS, que acolheu essa forasteira e, mesmo diante dos questionamentos recíprocos, foi capaz de suportar as dúvidas e incertezas frente ao campo de pesquisa.

Aos tantos amigos, que foram capazes de entender o meu não saber o que dizer frente à pergunta sobre o que era a minha dissertação.

A Maria Célia, por fazer-me suportar o não saber do próximo passo, transformando-o em potência de vida.

A Luciana Wickert, que tem me ensinado que sempre existem muitos caminhos a se percorrer, basta ir à busca deles.

A todos vocês, meu sincero obrigada. Sempre serei grata pelo cuidado e carinho durante esse percurso.

RESUMO

Esta dissertação é resultado da realização de diversas discussões e reflexões sobre as formas de viver e habitar a cidade atual. Tais questões surgem do processo de pesquisa da mestrandia junto às pessoas em situação de rua, que ocorreu no município de Novo Hamburgo-RS durante o ano de 2011. A escolha por dizer da cidade a partir do olhar dessa população ocorre pelas afirmações de Calvino, Foucault e Peixoto de que uma escolha ética em pesquisa não está pautada na reprodução dos modos hegemônicos de vida na cidade, mas numa ética que luta por instaurar uma diferença na paisagem opaca através do detalhe que interroga a condição totalizante. Sustentados pelas colocações de Benjamin, Agamben e Gagnebin, de que os verdadeiros narradores da cidade são aqueles que não nos deixam esquecer a fratura que funda a sociedade e, tendo a utopia como aposta ética-estética-política, escolhemos utilizar o dispositivo imagético, inspirado nas produções fotográficas de Jeff Wall, para dar visibilidade ao habitar a cidade. Dessa forma, propusemos aos participantes da pesquisa que pensassem e escolhessem uma imagem do habitar a cidade que fosse significativa a eles para que pudessemos recriá-la através da escrita e da fotografia. Através dessas imagens, tal trabalho tem como objetivo interrogar como ocorrem os processos de subjetivação e exclusão nas cidades atuais. Reconhecendo nos pequenos esquecimentos da história fragmentos potentes de experiência da cidade, como a discussão sobre o testemunho irá revelar e, por isso, busca-se a força de interrogar os modos de habitar a cidade através da função de testemunho. Para tanto, a escrita compõem-se, essencialmente, de três partes. Num primeiro momento, se abordará o percurso de pesquisa, discutindo a constituição e as escolhas sobre o método de pesquisa, a partir de interrogações sobre a função do testemunho. Num segundo momento, se discutirão algumas considerações que se entendem como fundamentais à compreensão sobre a cidade; como a indagação sobre uma ética do olhar sobre a cidade; o modo como se estabeleceu o urbano enquanto ciência e método para compreender a cidade e, como isso, passou a fazer parte do discurso da urbe; a análise do processo de urbanização brasileiro e a cidade de Novo Hamburgo, que foi cenário dessa pesquisa; e, através das discussões de Foucault e Agamben, os modos de subjetivação que se configuram na cidade a partir de duas questões centrais: a questão das vidas infames e a questão do modo como as políticas são estabelecidas às vidas infames, o modo como o biopolítico torna-se o paradigma das cidades, influenciando as políticas públicas. A parte final compõe-se das imagens que foram possíveis desse percurso, bem como das discussões sobre elas.

Palavras-Chave: Cidade. Pessoas em Situação De Rua. Imagem. Testemunho. Utopia.

ABSTRACT

This dissertation is the result of the completion of several discussions and reflections on ways to live and dwell in the city nowadays. Such issues arise in the research process of the author, which occurred in the town of Novo Hamburgo-RS during the year of 2011, together with people on street situation. The choice of telling about the city through the eyes of this population occurs by the statements of Calvino, Foucault and Peixoto that an ethical choice on research is not based in the reproduction of hegemonic ways of city life, but an ethics which strives to establish a difference in the landscape through the opaque detail that questions the total condition. Supported by the placement of Benjamin, Agamben and Gagnebin, that the true storytellers of the city are those who will not let us forget the deep fracture that establishes society and having the utopia as a ethical-esthetic-political bet, we chose to use the imagery device, inspired in photographic productions of Jeff Wall, to give visibility to the inhabit of the city. Thus, we proposed to the research participants to think and choose a living image of the city that was meaningful to them so we could recreate it through writing and photography. Through these images, this paper aims to examine how the processes of exclusion and subjectivity occur in contemporary cities. Recognizing the small forgetfulness of history powerful experience fragments of the city, as the discussion on the witness will prove and, therefore, seeks the strength to question the ways of inhabiting the city via the witness function. To do so, the writing consists essentially of three parts. At first, it will address the way of research, discussing the constitution and the choices on the method of research, from questions about the role of witness. Secondly, it will discuss some considerations that are understood as fundamental to the understanding of the city, like the ethical questioning about over viewing the city, how they established the city as a science and the method to its understanding and, how it became part of the discourse of the town; the analysis of the Brazilian urbanization process and the city of Novo Hamburgo, which was the setting of this research and, through discussions of Foucault and Agamben, the modes of subjectivation that constitute the city from two central issues: the question of the infamous lives and the question of how policies are set at the infamous lives, how the biopolitical becomes the paradigm of cities, influencing public policies. The final part is composed of images that were possible from this path, as well as the discussion of them.

Keywords: City. Picture. People on street situation. Testimony. Utopia.

SUMÁRIO

1. <u>INTRODUÇÃO</u>	8
2. <u>NOTAS SOBRE O PERCURSO DE PESQUISA</u>	14
2.1. Por uma ética do olhar sobre as cidades.....	15
2.2. À procura do cotidiano que insiste em apagar-se: testemunhar.....	22
2.3. Dos rastros para a construção de um método.....	36
2.3.1. A imagem fotográfica enquanto vestígio da existência.....	36
2.3.2. Do método, ou da invenção de um habitar.....	45
2.3.3. Entre os suportes e o colapso	50
3. <u>À PROCURA DE CIDADES INVISÍVEIS</u>	56
3.1. A invenção do urbano.....	56
3.1.1. Brasil: da colônia à urbanização.....	60
3.1.2. Novo Hamburgo: cidade de estrangeiros.....	68
3.2. A cidade e os moradores infames.....	77
3.3. Dar forma ao urbano: da política às Vidas Infames.....	84
4. <u>A IMAGEM NÃO-DISPONÍVEL</u>	95
5. <u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	97
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	101
<u>ANEXO A</u>	106

1. INTRODUÇÃO

Como anda a pé, vê coisas diferentes de quem anda de carro, ônibus, trem, lancha, helicóptero ou qualquer outro veículo. Ele pretende evitar que seu livro seja uma espécie de guia de turismo para viajantes em busca do exótico, do prazer, do místico, do horror, do crime e da miséria, como é do interesse de muitos cidadãos de recursos, estrangeiros principalmente; seu livro também não será um desses ridículos manuais que associam o andar à saúde, ao bem-estar físico e às noções de higiene. Também toma cautela para que o livro não se torne um pretexto, à maneira de Macedo, para arrolar descrições históricas sobre potentados e instituições, ainda que, tal como o romancista das donzelas, ele às vezes se entregue a divagações prolixas. Nem será um guia arquitetônico do Rio antigo ou compêndio de arquitetura urbana. Augusto quer encontrar uma arte e uma filosofia peripatéticas que o ajudem a estabelecer uma melhor comunhão com a cidade. Solvitur ambulando.

RUBEM FONSECA

Solvitur ambulando¹. Essa é a maneira como esse percurso de pesquisa encontrou para dar forma à dissertação. Do chão: apreendendo cheiro, gosto, barulho, textura, olhar, um detalhe fortuito de uma esquina qualquer. Com o ritmo próprio que o corpo nos impõe à exploração da cidade e a imagem do andarilho, que consegue perceber potência em tudo que encontra pela rua, cada pequeno detalhe do trajeto foi sendo cuidadosamente guardado, na esperança de encontrar lugar nessa escrita sobre a cidade. Todavia, tal caminho não pode ser traçado sem que o olhar estivesse atento as palavras de Walter Benjamin (2011), “saber orientar-se numa cidade não significa muito. No entanto, perder-se numa cidade, como alguém se perde numa floresta, requer instrução” (BENJAMIN, 2011. p. 73).

Talvez tenhamos sido inspirados, também, pela figura do *flâneur*, trazido por Sousa e Bechler (2008), como aquele personagem urbano que resiste ao mover-se frenético da multidão e, levando suas tartarugas a passear, impõem outro ritmo ao passo, um ritmo contrário ao tempo hegemônico do relógio. Seu amor às cidades faz dele um sujeito que busca a construção de imagens críticas da cidade que possam restituir à rua a sua potência de experienciar o encontro com o inesperado. Ele destitui a rua como lugar unicamente do provisório, da passagem, para atribuir a ela o lugar possível do encontro, do acontecimento. Na multidão da cidade, todo rosto conta uma história. O *flâneur*, mesmo sabendo que talvez a sua função de crítica - de negação aos processos dominantes - esteja fadada ao fracasso, sabe que antes poderá gritar e instaurar uma interrogação (SOUSA E BECHLER, 2008). Para os autores, ele faz do andar pelas ruas uma experiência de multidão. Buscando atribuir histórias

¹ Expressão em latim. Tradução: resolver andando, caminhando.

aos indivíduos que passariam despercebidos à velocidade da massa, constrói a possibilidade de transmissão de uma memória urbana através de imagens cotidianas que poderiam ter sido apagadas.

Entretanto, ao mesmo tempo em que o *flâneur* se coloca em meio ao movimento das pessoas pela ruas, seus passos o diferenciam dos demais, o colocam à margem (SOUSA E BECHLER, 2008). E é exatamente desse lugar que descobrimos a potência para falar da cidade. Apesar do caráter criminal que o conceito adquiriu nas cidades, ele refere àquela linha tênue que aponta para uma diferença, mas que não cindi, faz dela mesma o ponto de intersecção entre duas realidades distintas. Tentamos atribuir, então, outro sentido à figura do estar à margem, tantas vezes condenada pelas cidades, que fazem do indivíduo um sujeito massificado, fora da diferença. Seguindo essas pistas, mantemos nossos olhos firmes a algum sinal que possa nos dizer de reflexões que privilegiem a discussão sobre a cidade e a estreita relação dos seus espaços densos, pouco permeáveis, com a produção de imensos lugares ditos de exclusão.

Alicerçados nas afirmações de Walter Benjamin, Giorgio Agamben e Jeanne Marie Gagnebin, de que os verdadeiros narradores da cidade são aqueles que não nos deixam esquecer a fratura que funda a sociedade, escolhemos as pessoas em situação de rua para fazerem parte desse percurso de pesquisa. Pensando-as como margem, como ponto de intersecção que mostra de uma não homogeneidade do espaço, apostamos na potência desses sujeitos para interrogar a cidade. Não se tem como objetivo empreender um processo interpretativo sobre suas vidas, mas antes, pensar os processos de subjetivação na cidade. Ao longo de toda a pesquisa, não são as histórias de vida, a biografia, que iremos apresentar, pois entendemos que isso, no atual momento de *best-sellers* biográficos, seria banalizar a condição de existência do outro. Buscaremos a potência de interrogar os modos de habitar a cidade através da função de testemunho.

Como aposta utópica, precisamos privilegiar histórias que desconstituam a totalidade do tempo e espaço, pois os estudos utópicos também nos apontam para a necessidade de fissura sobre os muros que compõem a paisagem urbana, como afirma Sousa (2005): “a utopia tem por função, portanto, revelar os avessos da cidade, aquilo que fica na sombra, nos ajudando a entender a lógica da sua construção” (SOUSA, 2005. p. 16). É importante destacar que não buscamos construir uma utopia projetista, que, em seu ímpeto em propor um futuro, projeta cada detalhe dele, dando instruções precisas de como viver, mas sim, uma utopia iconoclasta,

que resgata o sentido etimológico de não-lugar da palavra utopia. Uma utopia implicada em propor um vir a ser, porém, que se recusa em nomear esse futuro (JACOBY, 2007).

Segundo Jacoby (2007), o movimento utópico, com seu sentido etimológico de não lugar, abriga em si questionamentos utópicos no instante em que se propõe a ser fluxo contrário, crítica. Dessa maneira, a utopia iconoclasta é uma antiutopia que resiste a projetos: “esse utopismo iconoclasta é antiutópico à medida que se recusa a mapear o futuro; ele só é utópico em seu compromisso com um futuro muito diferente” (JACOBY, 2007. p. 135). Portanto, nessa investigação sobre o habitar a cidade, tomamos os estudos sobre a utopia como posicionamento ético e metodológico, numa tentativa de dar visibilidade à experiência urbana que se encontra nas tantas ruas pouco exploradas.

Enquanto ruas pouco exploradas, o risco do não saber e do perder-se constantemente se apresentam aos passantes. Diante desse impasse, poderíamos ter tomado o desconhecido como algo a ser banido, entretanto, compreendemos que é ali que reside a potência do pensar, quando somos interrogados quanto a nossa capacidade de dar resposta. Decidimos, então, que precisávamos, também, arriscarmo-nos a pensar em novos métodos que pudessem nos confrontar com isso. O fotógrafo Jeff Wall e o filme *Depois da vida* (*Wandafuru Raifu*, 1998), dirigido por Hirokazu Kore-eda, nos mostraram as possibilidades disso. Portanto, esta escrita se configura numa tentativa de contar sobre esse processo de pesquisa que ocorreu durante praticamente todo o ano de 2011 no município de Novo Hamburgo, onde propusemos às pessoas em situação de rua que pensassem e escolhessem uma imagem do habitar a cidade que fosse significativa a elas para que pudéssemos recriá-la, pois apostávamos na potência utópica da imagem e sua possibilidade de interrogar o testemunho.

Ainda assim, o risco do ‘se perder’, tornar-se ‘desaparição em meio à multidão’, se faz presente e, por isso, durante toda a caminhada, tivemos como bússola o precioso conselho recebido da Professora Analice Palombini no início dessa jornada: questionar-se de como ser distraído sem ser disperso em meio à complexidade da cidade. De tanto nos distrairmos, descobrimos que a escrita teria que acolher esse movimento. Depois de tanto catarmos, queríamos produzir uma dissertação que estivesse impregnada de cidade e, por isso, ao longo de todo o trabalho, tomamos a decisão de que imagens e cenas urbanas façam parte do corpo do texto sem, necessariamente, terem uma relação direta com uma análise delas, como

cidades-imagem². Como ocorre quando estamos caminhando pelas ruas dispostos a olhar em volta. Nem sempre o que vemos é absorvido totalmente pelo que pensamos, mas, ainda assim, está presente e desloca o nosso pensamento. Nossa inspiração veio do livro de Ítalo Calvino (2003), *As cidades invisíveis*, que possui uma estrutura textual um tanto peculiar, alternando os diálogos entre os personagens com o texto-imagem produzido das viagens de Marco Polo. Dessa forma, as imagens fotográficas que irão compor o texto seguirão um pouco do percurso de

Não mais que pequenas legendas situando o local e as pessoas em cena acompanhavam as fotos, que permeavam os parágrafos sem serem citadas ou referidas ao longo do texto escrito, visando com isso fazer da comunicação um fluxo contínuo entre as duas formas de expressão, visual e escrita. (MAGNI, 1995. p. 143)

Sabemos que utilizar-se do escrito e do fragmento enquanto potência de evocar imagens da cidade é um desafio que coloca-nos, a todo instante, na corda bamba de não saber se a imagem irá produzir fechamento ou abertura sobre o que queremos escrever sobre a cidade. É o risco que assumimos juntamente com Benjamin, reconhecendo nos pequenos esquecimentos da história fragmentos de uma experiência de cidade. Experiência que recebe contornos à medida que o encontro com o texto acontece e a escrita passa a revelar pequenos detalhes que produzem uma imagem de cidade através de sua incompletude. As cidades invisíveis de Calvino (2003) nos possibilitam pensar que é possível narrar outras histórias sobre as cidades atuais. Entretanto, como Rodrigues e Baptista (2010) destacam, é preciso estar atento para que o olhar não se constitua apenas de “paisagens assépticas”, incapazes de fazerem questões sobre nossas interrogações iniciais, mas que possam produzir rompimento. Rompimento possível “através da força de percorrer histórias que se tornam porosas, que se interpenetram, legando-nos o vigor da invisibilidade” (RODRIGUES E BAPTISTA, 2010. p. 426). Destinar porosidade às cidades é pensá-las como algo que possui uma forma, entretanto, composta pela permeabilidade, pela ideia de que a sua incompletude e inacabamento são os elementos que lhe dão condição de existir enquanto tal. Ser marcada pela porosidade é fazer com que nenhuma esquina, rua ou canto seja eterno, mas aberto à forma que possa surgir dos inesperados encontros.

² Termo proposto por Rodrigues e Baptista (2010) a partir das discussões que realizaram acerca dos trabalhos “Imagem do Pensamento”, de Walter Benjamin e “Cidades Invisíveis” de Ítalo Calvino para dizer da relação das imagens com a cidade e a produção de subjetividade.

Inesperado que acabou por habitar a própria estrutura da dissertação. Ao final da escrita, percebemos que sua lógica estrutural precisava ser invertida. Se o acesso a tal discussão se deu na rua, a experiência que tivemos na rua precisava habitar as primeiras páginas. Decidimos, então, por adentrar nas discussões pelo meio do mapa, pela imagem que interrogou o meio do caminho da pesquisa e que determinou outros rumos à exploração da cidade. Calvino, Foucault e Peixoto irão nos dizer que uma escolha ética não está pautada na reprodução dos modos hegemônicos de vida na cidade, mas numa ética que luta por instaurar uma diferença na paisagem opaca através do detalhe que interroga a continuidade. Sendo assim, a dissertação será composta, essencialmente, de três partes. Na primeira parte da dissertação iremos abordar o percurso de pesquisa, discutindo a constituição e as escolhas sobre o método de pesquisa. Para isso, traçaremos uma análise sobre o conceito de testemunho, através dos pensadores Benjamin, Agamben e Gagnebin, que discutem as (im)possibilidades de testemunho e a função ética que tal discussão possui. Diante dessa discussão, através da análise crítica das imagens sobre a cidade, nos interrogaremos sobre as possibilidades de que a imagem seja, também, produção de testemunho. Ao final, traremos o método de pesquisa proposto, bem como alguns elementos da experiência de pesquisa como tentativa de fazer operar todos os elementos discutidos ao longo não só dessa parte, como também da dissertação.

A segunda parte diz respeito a algumas considerações que entendemos serem fundamentais ao entendimento sobre a cidade, como a indagação sobre uma ética do olhar sobre a cidade, através da discussão sobre a obra de Ítalo Calvino (2003) e das problematizações de Nelson Brissac Peixoto (2009) sobre a condição atual da imagem urbana. Em seguida, discutiremos através do trabalho de Françoise Choay (1994), o modo como se estabeleceu o urbano enquanto ciência e método para compreender a cidade e como isso passou a fazer parte do discurso sobre ela. No capítulo seguinte, procuraremos traçar uma análise do processo de urbanização brasileiro através do trabalho de Milton Santos. Faz-se necessário aqui, destacar que essas duas últimas análises tiveram suas inspirações em autores e problematizações citados na tese de doutorado da Professora Analice Palombini (2007). Em seguida, iremos discutir sobre a cidade de Novo Hamburgo, que foi cenário dessa pesquisa. Nesse capítulo, traremos elementos para pensar como o discurso sobre o outro, o estrangeiro, se estabelece na cidade e constitui o modo de compreender as vidas tidas como à margem. Na parte final, discutiremos sobre os modos de subjetivação que se configuram na cidade a partir de duas questões centrais: a questão das vidas infames e a questão do modo

como as políticas são estabelecidas às vidas infames. Para tal análise, utilizaremos, fundamentalmente, o trabalho de Foucault acerca das vidas infames e o conceito de biopolítico, proposto pelo autor e discutido por Agamben (2010), que afirma que o paradigma político atual é o da biopolítica. A última parte será das imagens que foram possíveis de serem produzidas ao longo do percurso de pesquisa. Tais fotografias não serão acompanhadas por textos escritos, pois compreendemos que sua escrita já foi sendo realizada ao longo de toda a dissertação e o encontro com elas precisa ser uma experiência do leitor.

É importante dizer, ainda, que esse estudo se insere nos trabalhos de pesquisa que o grupo do Laboratório de Pesquisa em Psicanálise, Arte e Política (LAPPAP) vem realizando na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, sob coordenação dos professores Dr. Edson Luiz André de Sousa e Dra. Maria Cristina Poli. Dessa forma, o trabalho de pesquisa aqui proposto não se encontra solitário. Sua construção encontra eco em outros trabalhos que se detiveram em desenvolver pesquisas importantes a respeito das cidades, seus modos de habitar e a situação de rua. Podemos citar a dissertação de Janaína Bechler, “Labirintos: mapas invisíveis da cidade” (2004), a dissertação de Rita de Cássia Maciazeki Gomes, “Gente – caracol: A cidade contemporânea e o habitar as ruas” (2006) e a dissertação de Isabel Gemelli, “Um lugar ao território: utopia e respeito em política habitacional” (2010).

Poderia ter sido um dia comum, daqueles que a gente até se esquece no outro dia, exceto pelo detalhe de ser o primeiro dia da dita saída a campo da pesquisa. Campo... Doce ilusão bucólica de que seria tranquilo, com o verde, o barulho dos animais, do riacho, um animal alçando voo no horizonte e aquela brisa no rosto. Teve barulho e brisa sim, mas foi o som do motor e o vento através da janela da Kombi. Minutos antes o serviço havia recebido uma ligação, que não era a primeira, de que havia um morador de rua em frente a um estabelecimento comercial que estava todo sujo (em nenhum momento havia ficado claro se a preocupação pela condição de higiene era em relação ao espaço ou em relação à pessoa). Após informar que a função do serviço não era realizar remoção de pessoas do espaço público, disseram que iriam até lá para ver as condições de saúde dele e, se ele quisesse, realizariam os cuidados necessários e de direito. Fui convidada a ir junto para compreender um pouco melhor como aconteciam as abordagens. Quando chegamos, não tivemos dificuldade em encontrá-lo, pois, apesar do dito descuido e esquecimento, ele não tinha uma aparência que se deixasse esquecer em meio à paisagem. Ele mudava a paisagem. Paramos, descemos e decidimos que apenas uma pessoa iria ao seu encontro para não intimidá-lo. O motorista e eu ficamos esperando. Enquanto olhávamos, uma pessoa se aproximou e passou a falar conosco. Em poucos segundos, falou todos os detalhes que julgou importante dos últimos dias em que aquele sujeito esteve vivendo ali. Achava que ele estava muito doente, pois dormia onde fazia as necessidades, não se limpava e só comprava bebida alcoólica. Despediu-se e seguiu o seu trabalho. Foi então que percebemos que a educadora social e ele se levantaram e passaram a caminhar em nossa direção. Ele chegou, estendeu a mão e nos cumprimentamos. O motorista disse que iria arrumar a Kombi para ele, ver se tinha alguns jornais para forrar o banco e abrir bem as janelas. Passamos a conversar um pouco. Ele falou sobre Deus, poder e dinheiro, até o momento em que estendeu a mão novamente e a abriu, tinham moedas sobre ela, moedas que foram dadas a nós. Diante do gesto, silencieii. Com a mão bem fechada, impregnada de um cheiro que nunca havia sentido, segurei aquelas moedas sem saber o que fazer com elas... Eram apenas alguns centavos, mas, não sei o motivo, naquele momento eram como um tesouro confiado. Sabia que o seu significado excedia a minha possibilidade de compreensão. Carreguei-o durante toda a viagem, sem ter coragem de abrir a mão e, quanto mais, olhar. Apenas o sentia com a palma mão até o instante em que tive um pouco de força e dirigi a palavra ao companheiro de viagem, dizendo: agradeço por compartilhar isso comigo, mas isso lhe pertence e agora é o momento de devolver. Naquele instante o pensamento veio: Não tinha mais volta, a geografia da cidade transformou-se diante do olhar...

2. NOTAS SOBRE O PERCURSO DE PESQUISA

2.1. Por uma ética do olhar sobre as cidades

Ao longo de toda a pesquisa, nunca mais avistamos o companheiro de viagem, pois como ele havia mencionado, não pertencia àquela cidade, e sim, a outra. Mesmo assim, sua imagem nunca mais abandonou o nosso percurso da pesquisa. O impacto daquele encontro ainda reverbera em cada linha desta escrita, pois estar com aquele senhor determinou as escolhas que fizemos a respeito de como escrever a cidade. Ironicamente, ou não, com seu discurso sobre deus, dinheiro e poder, mesmo que não conseguindo guardar as exatas palavras, tivemos a sensação de que ele lembrava o imperador Kublai Khan, de Ítalo Calvino (2003), que, diante da tentativa de compreender as cidades, revela:

É o desesperado momento em que se descobre que este império, que nos parecia a soma de todas as maravilhas, é um esfacelo sem fim e sem forma, que a sua corrupção é gangrenosa demais para ser remediada pelo nosso cetro, que o triunfo sobre os soberanos adversários nos fez herdeiros de suas prolongadas ruínas. (CALVINO, 2003. p. 9-10)

Suas palavras tinham tamanha força ao apontar o declínio de um tempo que provocou-nos a ideia de que não poderíamos admitir uma geografia prescrita por determinados livros, pois havia algo que não encontrávamos neles e que, apesar disso, insistia em se fazer ver. Sua persistência questionava: por que o barulho das cidades tem a capacidade de fazer abafar tantas histórias? Se histórias urbanas são esquecidas, como é que se tecem as linhas que compõem os limites do que chamamos de geografia da cidade? Ao constante questionamento do imperador sobre a forma ilusória de seus relatos, que nada se pareciam com os relatos de outros viajantes, que contavam a respeito das construções, das riquezas acumuladas e do poder invencível de sua conquista sobre as cidades, Marco Polo nos dá pistas: “Mediante o seu gesto as cidades erguem muralhas perfeitas, eu recolho as cinzas das outras cidades possíveis que desaparecem para ceder-lhe o lugar e que agora não poderão ser nem reconstruídas nem recordadas”. (CALVINO, 2003. p. 58)

Se, através do senhor guardião dos detalhes esquecidos pelas ruas, outra possibilidade de construção geográfica nos fora anunciada no primeiro dia do percurso da pesquisa, Marco Polo alertou que os ideais urbanos residem sobre cidades em cinzas e que é necessário recolher essas cinzas para que elas não se percam ao vento. Descobrimos que nos embates

que produzem a cidade, a força do gesto que constrói se faz sobre o apagamento de outras visibilidades. Para dar visibilidade a uma cidade, outras precisam se constituir na invisibilidade³. No gesto de recolher cada cinza que não ficará nos registros das conquistas, o viajante nos mostra a possibilidade de instaurar pequenas brechas à muralha perfeita para que, talvez, outras visibilidades possam emergir.

Marco Polo assume a postura de sempre apontar para algo das cidades que escapa ao discurso de conquista, que desloca o olhar sobre a imagem de hegemonia, como se fosse um narrador das aberturas. Ao falar ao imperador sobre as cidades, se recusa a mera descrição de suas ditas grandezas para afirmar que há algo além da contabilização de terras, construções, números de habitantes e número de riquezas acumuladas que precisa fazer parte da história das cidades, algo fortuito e que não pode ser apreendido: "Como é realmente a cidade sob esse carregado invólucro de símbolos, o que contém e o que esconde, ao se sair de Tamara é impossível saber" (CALVINO, 2003. p. 18). Ao escolher não prender seu discurso apenas à materialidade da cidade, faz surgir cidades invisíveis que não se deixam apreender pela dominação de Kublai Khan. Cidades que se compõem e surgem de um intrincado encontro com o sujeito, suas fantasias, seus mapas, suas memórias e seus habitantes. Narrações que desmancham os contornos impostos pelas muralhas do imperador para inaugurar uma cidade desconhecida aos seus exploradores e a ela mesma. Como nos coloca Gomes (1994) "decifrar a cidade é cifrá-la novamente, é reconstruí-la com cacos, fragmentos, rasuras, vazios, jamais restaurando-a na íntegra" (GOMES, 1994. p. 37).

Corroborando essa ideia, Rodrigues e Baptista (2010) destacam que a questão que envolve o invisível das cidades não é o caráter fictício delas, sua dimensão de imaginação, mas sim, o seu caráter virtual. Ou seja, mais do que inventar cidades, para eles, o viajante conta-nos do encontro da cidade com as diversas cidades que ela poderia ter sido, das inúmeras possibilidades de se constituir aquele espaço e aquele tempo. Ao colocar em evidência nas narrações de Marco Polo a virtualidade, torna-se claro que a questão não se coloca em produzir dualidades e oposição à organização da cidade, entre a racionalidade e a irracionalidade, mas produzir uma narração das diversas formas de ver e habitar as diversas cidades, apontando para a necessidade de pensar que elas não se esgotam numa única ordem hegemônica que se impõem cotidianamente. Ítalo Calvino (2003), através dos diálogos que constrói entre os personagens, confronta a verdade e a realidade hegemônica da cidade com o

³ Gostaríamos de destacar que o termo invisível é compreendido nesse trabalho não como simples oposição ao visível, ou algo além do visível, mas como coloca Peixoto (2009), aquilo que constitui a própria visibilidade, que a torna possível.

inacabamento que o perder-se pelas ruas nos aponta, introduzindo, assim, políticas de narração sobre a cidade.

Política de narração que, ao nosso entendimento, interroga, também, a construção do trabalho como pesquisadores urbanos, tendo em vista que o processo de como produzir um campo de pesquisa é indissociável da escolha de como narrá-lo. Os escritos de Calvino (2003) nos apontam para isso quando sinalizam que a forma como escolhemos contar sobre um lugar não diz respeito apenas a um método de escrita, mas a uma escolha ético-política em relação a ele. Da mesma forma, as escolhas que realizamos no momento da produção de conhecimento sobre a cidade não estão desvinculadas dessa relação política que se estabelece na cidade. Nesse sentido, na figura de Polo, entendemos que o escritor interroga a condição do olhar sobre a cidade. Na escolha por falar das cidades que viram cinzas, questiona o olhar obstinado do imperador em mostrar a sua hegemonia em detrimento das pequenas e singulares histórias que compõem o espaço. Faz-nos refletir acerca de uma ética do olhar urbano, pois Foucault (2003), ao discutir sobre as vidas infames, destaca esse papel fundamental do olhar na literatura

obstinada em procurar o cotidiano por baixo dele mesmo, em ultrapassar os limites, em levantar brutal ou insidiosamente os segredos, em deslocar as regras e os códigos, em fazer dizer o inconfessável, ela tenderá, então, a se pôr fora da lei ou, ao menos, a ocupar-se do escândalo, da transgressão ou da revolta. Mais do que qualquer outra forma de linguagem, ela permanece o discurso da “infâmia”: cabe a ela dizer o mais indizível – o pior, o mais secreto, o mais intolerável, o descarado (FOUCAULT, 2003. p.217).

Obstinação pelo que escapa à cidade, pelo segredo que se esconde na mesmice das ruas e que é capaz de torcer o seu mapa e sua lógica. Buscar olhar o que não se pode ver, constituindo uma ética do olhar de dizer do indizível, é o que acreditamos ser fundamental para a discussão atual das cidades. Peixoto (2009), ao discutir a respeito dos desafios e possibilidades da arte urbana hoje, realiza uma leitura extremamente pertinente sobre a condição do olhar urbano, que nos proporciona discutir como a imagem se constitui nos centros urbanos e a urgência de, assim como Marco Polo, produzir outras visibilidades. Segundo o autor, “as palavras têm que lutar sem descanso contra a opacidade e a retração da paisagem” (PEIXOTO, 2009. p. 28), pois a cidade e o concomitante desenvolvimento da imagem técnica, que revolucionou o modo como as imagens sobre a cidade passaram a serem vistas, destituiu da paisagem sua condição de retratar o mundo como um horizonte que se abre sem fim. Para ele, não é mais possível assumir a postura do pintor, que do alto da colina, instala seu cavalete para olhar a paisagem. “As cidades são as paisagens contemporâneas”

(PEIXOTO, 2009. p. 7) e estão, cada vez mais, tornando-se impermeáveis ao olhar, “a paisagem então deixa de ser aquilo que se oferece lá no fundo para se converter no campo, plano e extenso, em que se articulam todas as coisas: uma grade” (PEIXOTO, 2009. p. 11). É justamente nesse entrecruzamento de planos, tempos e espaços, em seu fluxo, que a paisagem urbana irá se constituir. Portanto, se a paisagem é esse horizonte denso e opaco, que nos faz ter a sensação de estarmos diante de um muro, ele destaca que é justamente nas pequenas injunções, no ‘entre’ dessa imensa grade que nos cerca, que encontramos pistas de como produzir diferença à opacidade, de como instituir uma nova paisagem urbana.

Ao compor essa discussão acerca do estatuto da paisagem hoje, Peixoto (2009) escreve sobre Calvino (2003) e, assim como Marco Polo, também interroga em que medida descrever uma cidade em seus mínimos detalhes é lhe garantir a visibilidade, pois, segundo o autor, ao realizar esse tipo de mapa, faz-se a cidade sumir enquanto paisagem. O advento da fotografia e do cinema, com a presença da imagem explícita, esgotou toda e qualquer descrição da cidade, “sob a ditadura da visão imediata, o olhar perdeu sua abrangência panorâmica. (...) Tudo passou a ser instantaneamente mapeado. A imagem midiática é desde logo uma descrição” (PEIXOTO, 2009. p. 25). Diante de um possível esgotamento descritivo do urbano, emerge uma nova condição das paisagens, pois

as cidades, mais do que qualquer outra paisagem, tornaram-se opacas ao olhar. Resistem a quem pretenda explorá-las. Uma simples panorâmica não dá mais conta de seus relevos, de seus rios subterrâneos, da vida latente em suas fachadas. Tornaram-se uma paisagem invisível (PEIXOTO, 2009. p. 25).

Paradoxalmente, quanto mais os detalhes dos relevos urbanos vão se revelando ao ver mediado pela câmera, menos somos capazes de olhar para os relevos que se constituem no dia-a-dia, diante de nós. Quanto mais rápido conseguimos fazer ver uma imagem, mais as fotografias esvaziam-se de sentido, “quanto mais se retrata, mais as coisas nos escapam” (PEIXOTO, 2009. p.9).

Benjamin (2011) já havia nos mostrado que saber com exatidão os mapas de uma cidade e de como chegar aos lugares não nos dá a certeza do êxito sobre desvendar e descobrir a cidade. Da mesma forma, a postura de narrar uma cidade não é descrevê-la, pois narrar é fazer escapar o que aconteceu. Construir uma ética do olhar é superar a descrição da cidade,

que faz o urbano desaparecer enquanto paisagem, para construir imagens que produzam embate aos muros da cidade, que tanto resistem em transmitir a vitalidade do urbano.

Quando parecíamos condenados às imagens uniformemente aceleradas e sem espessura, típicas da mídia atual, reinventar a localização e a permanência. Quando a fragmentação e o caos parecem avassaladores, defrontar-se com o desmedido das metrópoles como uma nova experiência das escalas, da distância e do tempo. Através das paisagens, redescobrir a cidade (PEIXOTO, 2009. p. 15).

Apesar de afirmarmos a necessidade de que outro movimento se opere em relação ao modo como as cidades constituem a si e as imagens, também sabemos do desafio que é suportar a espera do momento em que é possível reinventar o lugar e o tempo da imagem. Há um embate constante entre as imagens urbanas, onde experimentar produzir e deslocar algumas delas é assumir o risco de repetir a uniformidade acelerada das imagens atuais. Nesse sentido, Santos (1996), ao mesmo tempo em que reconhece a relação constitutiva entre cidade e imagem, também questiona que tempo se produz com essa relação. De que maneira a aceleração contemporânea não se constitui, também, desse intrincado elo entre imagem e cidade. Ele afirma que a aceleração é

um resultado, também, da banalização da invenção, do perecimento prematuro dos engenhos e de sua sucessão alucinante. São, na verdade, acelerações sobrepostas, concomitantes, as que hoje assistimos. Daí a sensação de um presente que foge. (...) Esse efêmero não é uma criação exclusiva da velocidade, mas de outra vertigem, trazida com o império da imagem e a forma como, através da engenharia das comunicações, ao serviço da mídia, ela é engendrada, um arranjo deliberadamente destinado a impedir que se imponham a idéia de duração e a lógica da sucessão. (SANTOS, 1996. p. 30)

Com uma abordagem teórica um pouco distinta o autor acaba por problematizar, também, os muros densos e opacos que cobrem a paisagem da cidade quando discute essa impossibilidade que a aceleração nos impõe de termos outras ideias para além do tempo acelerado. Na sobreposição de tempos, acabamos submersos em um movimento de totalização, pois, segundo ele, vivemos um momento da história em que alcançamos a possibilidade de construção de uma noção concreta de espaço-mundo e de tempo-mundo, onde se produzem um tempo e um espaço cheios, “uma totalidade empírica”. Conforme o autor, essas mudanças que ocorrem nessas duas dimensões se estabeleceram de forma tão contundente que possibilitaram instaurar uma lógica de globalização da racionalidade. Segundo Santos (1996), se a forma como se passou a produzir conhecimento acerca do

espaço e do tempo favoreceu diversas mudanças e desenvolvimentos sobre as técnicas atuais, também instituiu uma racionalidade empírica que adquiriu centralidade, produzindo uma subversão na relação da humanidade com as técnicas. Se antes as técnicas estavam a serviço da humanidade, hoje é a humanidade que está a serviço delas. Diante de tais transformações, a cidade acaba sendo o cenário mais evidente da artificialização que o espaço sofre. Ao caminhar pela cidade, é impossível não se deparar com um espaço que não seja consequência do desenvolvimento da técnica. Santos (1996) destaca, ainda, que a técnica passou a ser entendida como sendo um modelo técnico único, todavia, para uma realidade multifacetada. Dessa relação de prevalência do modelo técnico único sobre o homem surge, também, um modo hegemônico de se viver e, portanto, segundo o autor, um novo sistema técnico e social hegemônico se estabelece sobre as diversas realidades que formam o tecido da cidade.

Sobre os diversos tecidos onde a técnica estabelece a si e ao modo de organização social, Santos (1996) nos lembra que há ritmos de percurso diferentes onde “as diversas estradas, ruas, logradouros, não são percorridos igualmente por todos” (SANTOS, 1996. p. 45). Conforme o autor, vivenciamos um tempo chamado de globalização, em que consideramos a natureza *una*, todavia, ela apresenta-se como socialmente fragmentada. É inegável que tal racionalidade empírica proporcionou o desenvolvimento das técnicas que hoje nos fazem vivenciar o espaço de uma forma muito diferente do que outros tempos, mas essa vivência nos colocou diante de uma realidade em que a técnica precisa ser privilegiada em relação às experiências da humanidade, como pontuou Sontag (2006), ao dizer que na sociedade moderna a imagem passou a ser priorizada em detrimento da experiência em si.

Apostamos que é necessário construir uma escrita que abra possibilidade de discutir o espaço urbano a partir da co-existência de espaço e subjetividade. Revelar a precariedade da cidade nos produz questionamento acerca de como a cidade se configura na atualidade, de como o mesmo espaço é percorrido de maneiras tão distintas. Para que tal escrita possa restituir uma condição do olhar que potencialize as parcialidades da cidade é preciso pensar nos elementos fortuitos que Marco Polo nos apontou e que escapam aos processos hegemônicos da cidade. Escrever sobre a imagem do senhor que carregava preciosidades que foram esquecidas pela cidade é uma tentativa de restituir a rachadura na estrutura da cidade. É preciso trazer novos interlocutores para a construção do conhecimento, pois como nos aponta Santos (1996), atualmente, estamos diante de uma realidade sem diálogo, de uma comunicação unilateral, “porque as palavras nos são ditas e as respostas são previamente catalogadas” (SANTOS, 1996. p. 21).

Produzir novas conversas com a cidade, trazer para o papel conhecidas discussões e colocá-las em tensão com outros campos de discussão, sem a preocupação sobre o que produzir, mas sim, com quem produzir um diálogo. Arriscar-se em não saber como chegar, mas apostar no olhar ao detalhe que se esconde em meio à paisagem opaca e espessa. Portanto, essa dissertação procura estabelecer a sua visibilidade nesse tênue e frágil limiar que traça os contornos da cidade, tentando inventar um método de pesquisa e de escrita com a imagem que possa instaurar um instante de permanência em meio à velocidade que se instaura com a imagem urbana. Com essas elucubrações sobre o modo como podemos constituir um olhar sobre a cidade, tentamos contar da construção de um método.

2.2. À procura do cotidiano que insiste em apagar-se: testemunhar

Apague os rastros⁴!
 Como a carne que aí está. Não poupe.
 Entre em qualquer casa quando chover, sente em
 qualquer cadeira

 Mas não permaneça sentado. E não esqueça seu
 chapéu.
 Estou lhe dizendo:
 Apague os rastros!
 Sempre que você disser algo, não diga duas vezes.
 Encontrando o seu pensamento em outra pessoa:
 negue-o.
 Quem não escreveu sua assinatura, quem não
 deixou retrato
 Quem não estava presente, quem nada falou
 Como poderão apanhá-lo!
 Apague os rastros!
 (Assim me foi ensinado.)
 (Brecht, 2000, p.57-8)

Assim nos foi ensinado ao começo dessa pesquisa. Incontáveis vezes fomos questionados: “Por que e para quem querem dar prova de nossa existência através da fotografia? Estamos bem sem os moradores da cidade saberem que dormimos em seus pátios e em suas varandas, sem saberem que usamos da água do seu contador para saciarmos a sede e tirarmos um pouco do cheiro da rua de nossos corpos. E se, porventura, deixarmos restos pelas casas e ruas, que sejam restos dos outros. Aliás, os outros jogam seus restos no lixo, achando que é lixo, mas eles não sabem quanta riqueza se pode encontrar na lixeira, até ouro é possível se encontrar! Quando alguém morre, ninguém conhece seus pertences, nem mesmo os mais íntimos e muita coisa acabam parando no lixo. Vocês não podem imaginar o que as pessoas são capazes de colocar fora”⁵.

Definitivamente não estávamos preparados para tal questionamento. Entretanto, nossa falta de preparo e resposta fez a palavra circular. Tivemos que descobrir junto com eles o porquê de se fazer presença na cidade. Conforme íamos dando forma a pesquisa, íamos percebendo que sua pergunta sobre porque registrar determinadas existências revelava a condição paradoxal das cidades: ao mesmo tempo em que se recusavam em deixar o seu rastro de existência através da fotografia, denunciavam os rastros do outro que quer ser apagado. No limiar da dita exclusão social, fomos descobrindo a forma como o tecido urbano vai contando e dando visibilidade às suas histórias. Ao longo de todo o percurso de pesquisa

⁴ Paulo Cesar Souza traduz o poema com a expressão ‘apague as pegadas’, mas preferimos utilizar a sugestão de tradução da Gagnebin (2009), ‘apague os rastros’.

⁵ A fala colocada aqui diz respeito a diversos diálogos que ocorreram com a pesquisadora durante o tempo de pesquisa, portanto, não diz respeito a um sujeito em específico, mas a uma junção de várias falas.

entendíamos que era necessário dar visibilidade a essas vidas para que outras formas de habitar a cidade pudessem questionar a constituição urbana, mas esquecemos de nos questionar sobre que forma de visibilidade é possível às pessoas em situação de rua. Ao poucos fomos percebendo que sua recusa em se fazer ver também dizia respeito ao saber que a rua lhes havia ensinado e que Foucault (2003) havia escrito: as vidas infames só possuem lugar nos discurso urbano quando entram em choque com o poder que, se as faz ver não é para afirmar a sua existência, mas para extingui-las. Estando nós em um contexto de serviço da Prefeitura do Município, tal poder se tornava mais presente e real na figura do Estado. Precisávamos nos questionar de que forma transformar o ver, enquanto modo de controle, em olhar, enquanto modo de criação de um novo discurso sobre a cidade.

Todavia, apesar de percebermos esse temor sobre os mecanismos de controle social, tínhamos a sensação de que algo mais estava sendo dito e que transcendia a sua condição de pessoas em situação de rua. Em seu duplo movimento, de apagar e revelar, eles explicitaram que, se estamos diante do século XXI, as interrogações que nos fizeram durante todo o percurso de pesquisa não estiveram distantes das discussões realizadas por Benjamin (1994) a respeito da modernidade. Gagnebin (1999), em seu texto que tem como título a interrogação “Não contar mais?”, afirma que Baudelaire e Benjamin realizaram uma Arqueologia da Modernidade através de seus escritos e interrogações. Benjamin (1994) demonstrou isso claramente em “Experiência e Pobreza”, onde foi categórico em afirmar que uma nova miséria marcou o surgimento da modernidade com o crescimento da técnica sobrepondo-se ao homem. Se a sociedade já vivenciava as intensas transformações que a Revolução Industrial e que o capitalismo haviam provocado, as situações que os soldados vivenciaram nas trincheiras durante a Primeira Guerra Mundial (que irá assumir proporções ainda maiores com a Segunda Guerra Mundial e os campos de concentração) só viriam a aumentar o silêncio e o vazio da modernidade em relação às possibilidades de compartilhamento do vivido ao retornarem com menos experiências comunicáveis, como muitos sobreviventes afirmaram não ser possível dizer do que se passou durante aquele período. Apesar dos inúmeros livros que foram escritos sobre a guerra, ainda assim, há uma sensação de que suas vivências não puderam ser transmitidas e compartilhadas. A única sensação que permanecia era a de que nada ficava em seu lugar, até mesmo os pequenos hábitos diários.

Diante dessa realidade, é possível perceber no trabalho de Benjamin (1994) que duas posturas distintas foram tomadas pela sociedade. A primeira diz respeito à Burguesia do final do Século XIX, que começou a viver cada vez mais esse processo de perda de referências coletivas e que, na tentativa de dar conta do esvaziamento e frieza que se constituía no

cotidiano, criou uma interiorização da vida que passou a constituir um indivíduo cada vez mais envolto na constituição de valores individuais em substituição a noção do valor coletivo. Como afirma o autor, a barbárie não estava em uma noção de interioridade, mas sim numa extrema valorização de tudo que está dentro, na interiorização. Segundo Gagnebin (1999), se houve um processo de interiorização psicológica, a arquitetura da cidade não ficou imune a vivência do dentro. Os prédios, cada vez mais passaram a valorizar o seu interior, a fim de proteger o indivíduo do perigo que o cercava na rua. O interior dos prédios burgueses do final do século XIX não possuía um espaço se quer que não fosse marcado pelo rastro do indivíduo. Diante das transformações que ocorriam, a aparente ameaça de despersonalizar-se diante do coletivo impôs ao burguês a necessidade de imprimir suas marcas e seus rastros em seus interiores. Como coloca Benjamin (1994), o veludo é o símbolo desse período, ninguém consegue passar por ele sem que deixe suas marcas.

Entretanto, Gagnebin (1999) destaca que, apesar dessa interiorização tentar marcar a presença do sujeito na alienação da cidade, ela não foi capaz de solucionar a ruptura evidente que o capitalismo passa a acentuar entre o público e o privado. É nesse momento que a segunda postura surge: as artes passam a aprofundar ainda mais a ruptura com a tradição e as narrações. Se para muitos artistas o fim da tradição poderia ser visto como um perigo, também carregava em si uma tênue possibilidade de que um mundo mais livre de diretrizes pudesse emergir, encontrando ali a conjuntura para construir uma realidade mais nítida e neutra. Gradativamente, o veludo burguês, que possibilitava ao indivíduo marcar sua presença, vai sendo substituído pelo vidro e o ferro, que asseguram ao indivíduo não deixar rastros, como se tal movimento de não registrar a presença fosse possibilidade de liberdade. Pouco a pouco, a frieza e assepsia dos ferros e vidros passam a constituir as fachadas dos prédios, fazendo que a estrutura deixe aparente cada detalhe de seu interior, onde o rastro do burguês vai sendo apagado da cidade e a interiorização começa a constituir o exterior. Elemento que vai se fazer presente até hoje na arquitetura, como afirmam Bechler e Sousa (2008) ao colocarem que o estilo *clean* que teve seu ápice na década de 90 e ainda predomina nas decorações, evidencia a tentativa de apagamento do aposento burguês do século XIX. Entretanto, eles destacam que tal postura não diz respeito apenas a um interior, mas também a uma forma de compreender a cidade como um todo, pois é a objeção da multidão e da sujeira nas ruas.

Para Benjamin (1994), todas as reflexões acerca desses processos de mudança de percepção do vivido, tanto individual quanto coletivo, produziram um novo entendimento e

uma diferenciação necessária a respeito do conceito experiência, que no idioma português passou a ser diferenciada através de dois termos: experiência e vivência. De acordo com a leitura de Gagnebin (1999) sobre o trabalho do filósofo, Experiência (Erfahrung) se inscreve numa temporalidade comum a várias gerações. O radical “fahr”, no antigo alemão, literalmente, remete a percorrer, atravessar, um território durante uma viagem. A experiência “supõe, portanto, uma tradição compartilhada e retomada na continuidade de uma palavra transmitida de pai para filho; continuidade e temporalidade das sociedades artesanais” (GAGNEBIN, 1999, p. 57). Já vivência (Erlebnis) remeteria a um vivido restrito ao indivíduo em particular, restrito em si mesmo e em sua solidão, que se vê vivendo um tempo fragmentado, deslocado pelo trabalho do capitalismo moderno. Através dessa compreensão, Benjamin (1994) vai afirmar que a Primeira Guerra consagrou o declínio da experiência, instituindo uma nova forma de pobreza à humanidade.

Diante do declínio da experiência e da impossibilidade de narrá-lo, Gagnebin (1999) afirma que Benjamin evidencia que “a única experiência que pode ser ensinada hoje é a de sua própria impossibilidade” (GAGNEBIN, 1999, p. 61). Narrar a impossibilidade de narrar, experienciar a impossibilidade da experiência, constituir lugares nos não-lugares, eis o desafio. Enquanto pesquisadores, habitar o arriscado lugar da incerteza frente ao campo de pesquisa para que outra cidade possa surgir diante dos olhos. Corroborando às discussões de Gagnebin (1999) entendemos que, tanto em “Experiência e Pobreza” quanto em “O narrador”, Benjamin (1994) produz uma discussão a respeito da condição moderna de apagamento dos rastros para afirmar a dimensão da ruína da experiência efetiva, da ruína da possibilidade de que as coisas vividas possam tornar-se experiências compartilhadas através do coletivo, fazendo com que a única experiência que pode ser transmitida hoje é, justamente, a sua impossibilidade. Para Gagnebin (1999), o poema de Brecht que inicia esse capítulo e que também compõe o trabalho de Benjamin (1994), denuncia uma condição de desumanização e despersonalização que a Segunda Guerra Mundial iria nos fazer viver com os campos de concentração, onde a impossibilidade de narrar emerge da realidade de um sofrimento, “de um sofrimento tal que não pode depositar-se sobre experiências comunicáveis, que não pode dobrar-se à junção, à sintaxe de nossas proposições” (GAGNEBIN, 1999, p. 63), que não poderia apenas ser contado nos inúmeros romances, mas que precisa ser transmitido ao outro.

Portanto, se em “Experiência e Pobreza” Benjamin (1994) vai anunciar o fim da experiência e a impossibilidade de narrar, no trabalho “O narrador” ele vai anunciar que as

possibilidades de narração residem, justamente, em narrar as ruínas que se produziram. É nesse exato momento que a figura do narrador sucateiro torna-se tão importante. Em seu ato de narrar sem distinguir entre grandes feitos e histórias cotidianas é capaz de recolher das ruínas, dos restos da história, tudo aquilo que é deixado de lado como se não tivesse significação (GAGNEBIN, 2009)

O narrador também seria a figura do trapeiro, (do Lumpensammler ou do chiffonnier), do catador de sucata e de lixo, este personagem das grandes cidades modernas que recolhe os cacos, os restos, os detritos, movido pela pobreza, certamente, mas também pelo desejo de não deixar nada se perder (GAGNEBIN, 2009, p. 53-4)

E poderíamos acrescentar, pela vontade de não deixar se perder a aposta na potência do que se produz na cidade.

Mas se afirmamos a importância de encontrar nas ruínas os restos possíveis de contar, é preciso interrogar-se sobre que restos são esses. Gagnebin (2009) nos mostra que Benjamin (1994) possui duas respostas a essa interrogação. Uma assinala que o resto diz respeito ao sofrimento indizível, que teve seu ápice durante a Segunda Guerra Mundial, e a segunda resposta assinala para as inúmeras figuras anônimas que compõem a cidade que, sem nome e rosto, foram tão bem apagadas, que nem a memória de sua existência persistiu. Em ambas, a dor não pode ser comunicada e, dia a dia, vai sendo apartada do convívio da cidade, dos meios acadêmicos, da vida.

Se há um sofrimento que não consegue ser dito através dos romances e que precisa ser transmitido, Gagnebin (1999) formula uma pergunta extremamente ética: “como descrever esta atividade narradora que salvaria o passado, mas saberia resistir à tentação de preencher suas faltas e sufocar seus silêncios?” (GAGNEBIN, 1999. p.63). Para logo adiante responder: “Uma narração cuja dinâmica profunda não deixa de lembrar esse movimento paradoxal de restauração e abertura que descreve o conceito benjaminiano de origem” (GAGNEBIN, 1999. p.63). Mesmo que Benjamin não tenha deixado claro e resolvido essa questão, a autora afirma que ele deixou pistas a respeito. No texto “O narrador” ela destacou duas delas: a primeira refere-se ao conceito de “verdadeiro conselho” e a segunda refere-se à relação entre a narrativa e a morte.

Para ela, o conselho em Benjamin (1994) não possui um caráter psicológico ou pragmático, mas antes, uma peculiaridade narrativa de só ser evidenciado se articulado à palavra, se conseguir ser contado através da história, entretanto, não de uma maneira fechada e decisiva, pelo contrário, o conselho em Benjamin (1994) se dá a partir de hesitações,

lacunas e angústias, admitindo que a sua continuidade não seja apenas uma, mas inúmeras. Nesse sentido, é importante dizer que, se Benjamin (1994) nos coloca essa condição do conselho, é para afirmar que ele não pode mais ser transmitido,

o fim da narração e o declínio da experiência são inseparáveis, nos diz Benjamin, das transformações profundas que a morte, como processo social, sofreu no decorrer do século XIX, transformações que correspondem ao desaparecimento da antítese tempo-eternidade na percepção cotidiana – e, como indicam os ensaios de Baudelaire, à substituição dessa antítese pela perseguição incessante do novo, a uma redução drástica da experiência do tempo (GAGNEBIN, 1999, p. 64).

Por isso que a figura do moribundo, daquele que está no leito de morte – que cada vez mais está confinado à reclusão nas cidades, às máquinas e aos aparelhos que mantêm o organismo vivo, mas incapaz de comunicar de sua vida – é a possibilidade da transmissão da experiência se concretizar, pois no limiar da morte, ele é capaz de aproximar a experiência vivida com o desconhecido que se apresenta a sua frente, mas que, ao mesmo tempo, é tão conhecido a todos nós. Tal experiência limite nos é colocada em questão ao longo de todo o filme *Depois da Vida* (Wandafuru Raifu, 1998). Jogados para dentro de um cenário cinza, descobrimos que os personagens possuem apenas uma escolha a ser feita sobre como prosseguir após suas mortes, eles são convocados a transmitir ao outro uma lembrança significativa de sua vida e que deverá ser recriada por aquele que escuta. No momento em que tal imagem é recriada e assistida por seu autor, o personagem desaparece no desconhecido que chamamos de morte. Com muita sensibilidade o filme nos mostra que aqueles que não conseguem narrar sua vida não conseguem, também, morrer, precisam ficar recriando a memória dos outros na esperança de que delas possa surgir a escolha sobre a sua. Ao deparar-se com sua própria morte, os personagens descobrem que o encontro com o outro nos provoca o encontro consigo mesmo. Para além de uma lembrança que precisavam escolher, era necessário transmiti-la ao outro e compartilhar com ele um modo de refazê-la. Nesse sentido, ao entendermos o ato de narração como um ato hesitante, que transmite ao outro a paradoxal condição de que edificamos escolhas que julgamos sólidas sobre o frágil terreno da vida, estamos, também, entendendo que a constituição de uma pesquisa, antes de dizer de uma interpretação sobre a cidade, cujos efeitos sejam edificações, é um trabalho de permitir-se análises que produzam aberturas no tecido urbano.

Em muitas passagens na produção de Benjamin (1994), a escrita de Kafka surge como referência a um modo de narração que, a todo o momento, nos lembra do desmoronamento da

tradição e da impossibilidade de se morrer. Dentre essas discussões, Gagnebin (1999) destaca a reflexão acerca das figuras esquecidas que surgem na obra de Kafka, pois entende que

Benjamin lhes dá uma dupla significação: enquanto manifestações do esquecimento, essas personagens são as testemunhas de um mundo primitivo hetafrico, pré-histórico, que não conseguimos integrar e que só pode surgir como uma ameaça imemorial: mas elas só são verdadeiramente ameaçadoras porque tiveram de ser esquecidas, recalçadas, diz Benjamin (GAGNEBIN, 1999. p. 68).

Ironicamente, se a modernidade tentou fazer esquecer o sofrimento que emerge de uma condição primitiva de existência, relegando à morte um lugar artificial e distante da cidade, há figuras que emergem para dizer que essa condição ainda se faz presente e não pode ser esquecida, como discutiremos mais quando falarmos sobre as políticas às vidas infames. É nesse momento que nos interrogamos se as pessoas em situação de rua, mais do que afirmarem uma diferença de condição social excluída, não afirmam a própria condição humana de existência que a experiência moderna tentou apagar?

Questionamos isso porque Gagnebin (1999) prossegue a discussão a respeito dos personagens esquecidos de Kafka afirmando que se, por um lado, entendemos que há a falência da tradição enquanto possibilidade de narração, por outro, é justamente em seu desmoronamento, o único lugar onde pode haver uma retomada inventiva da origem, pois

o esquecimento seria assim mais que um simples tema em Kafka. Se o esquecimento da tradição, em particular da lei, é bem a culpa desconhecida que deve ser expiada indefinidamente, esta espécie de vazio turvo e inquieto no qual se movem as personagens de Kafka é o indício de uma outra lei: a da literatura que poderia, então, ser definida, não só como a reapropriação do real na alegria de palavras clarividentes, mas também, e talvez mais ainda, como a passagem obrigatória por uma falta que não sabe o que lhe faz falta (GAGNEBIN, 2009. p. 70).

O ato de narrar não consiste em tentar cobrir e tampar o que nos falta, mas, pelo contrário, é fazê-la mais evidente ainda, é assumir a nossa ignorância diante dela para que outro discurso sobre o sofrimento possa surgir, um discurso que tenha compromisso com a função essencial de testemunho. É nesse instante que descobrimos que Benjamin não foi apenas um representante dos exilados, sem teto e sem papéis de nosso tempo - que talvez sejam a figura de nosso próprio exílio - como também foi um pensador de questões muito

relevantes até hoje (GAGNEBIN, 2009). Se sua obra não foi completa, o trabalho atual não é fazê-la completa, mas fazer com que suas inquietações possam ser recolocadas, reposicionadas para constituírem-se em questões de nosso tempo. Enquanto problematizações de um presente, Gagnebin (2009) afirma que precisamos nos ater mais à pessoa que, diante da narração de Levi, se levanta e vai embora:

Aqui está minha irmã, e algum amigo (qual?), e muitas outras pessoas. Todos me escutam, enquanto conto do apito em três notas, da cama dura, do vizinho que gostaria de empurrar para o lado, mas tenho medo de acordá-lo porque é mais forte que eu. Conto também a história de nossa fome, e do controle dos piolhos, e do Kapo que me deu um soco no nariz e logo mandou que me lavasse porque sangrava. É uma felicidade interna, física, inefável, estar em minha casa, entre pessoas amigas e ter tanta coisa para contar, mas bem me apercebo de que eles não me escutam. Parecem indiferentes; falam entre si de outras coisas, como se eu não estivesse. Minha irmã olha para mim, levanta, vai embora em silêncio. (...) Conte meu sonho a Alberto e ele me confessou que esse é também o sonho dele e o sonho de muitos mais, talvez de todos. Por quê? Por que o sofrimento de cada dia se traduz, constantemente, em nossos sonhos, na cena sempre repetida da narração que os outros não escutam? (LEVI, 1988. p. 60)

Numa tentativa de não levantar e ir embora diante da dor do outro, Gagnebin (2009) vai realizar uma importante distinção, afirmando que as análises de Benjamin (1994) sobre a condição de pobreza de experiência da modernidade seguiram dois caminhos. Um diz respeito à análise das forças produtivas que foram sendo construídas a partir de tal contexto, especialmente no contexto da aceleração capitalista, e o outro, a uma discussão sobre a experiência do choque que, segundo Gagnebin (2009) convergiria a uma ideia de memória traumática. De acordo com a autora, o choque que uma experiência é capaz de produzir ao sujeito, dá-se, justamente, porque corta no sujeito a possibilidade de acesso ao simbólico de tal experiência, barra-o do acesso à linguagem⁶. Aquilo que se vive não pode ser assimilado por palavras e é justamente nesse ponto que se abrem as possibilidades de discussão sobre o testemunho. Para a autora, é preciso pensar na condição de escutar o sofrimento do outro, expandindo o conceito de testemunha para além daquele que viu com os seus próprios olhos,

testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por

⁶ Gagnebin compreende que o “trauma é a ferida aberta na alma, ou no corpo, por acontecimentos violentos, recalçados ou não, mas que não conseguem ser elaborados simbolicamente, em particular sob a forma de palavra, pelo sujeito (GAGNEBIN, 2009. p. 110).

compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente (GAGNEBIN, 2009. p. 57).

Portanto, a função ética que se coloca diante do outro é buscar transmitir o inenarrável de sua condição, numa tentativa de manter viva a lembrança daqueles que não puderam ser enterrados, daqueles que nem o nome pode se preservar, pois, se a humanidade esquecer suas mortes e denegar o assassinio que ocorreu, estará hoje, permitindo que outros seres humanos sejam assassinados e tenham apagadas as marcas de sua existência (GAGNEBIN, 2009).

Assinalar a responsabilidade ética da história e do historiador não é, então, privilégio de intelectuais protestantes e judeus, mas significa levar a sério e tentar pensar até o limite essa preciosa ambigüidade do próprio conceito de história, em que se ligam, indissociavelmente, o agir e o falar humanos: em particular a criatividade narrativa e a inventividade prática. (GAGNEBIN, 2009. p.43)

Portanto, a atividade de trazer a problemática do holocausto para os dias atuais, não deve ter uma função de comemoração, mas antes, de rememoração, que possibilita que a história seja uma memória em movimento que transforma o presente. Agamben (2008) coloca que diversos sobreviventes do holocausto narraram a dificuldade de dizer o que se passou, todos, em alguma medida, narraram o seu fracasso em nos contar. Entretanto, dizer apenas da impossibilidade de narrar e compreender é

adorá-lo em silêncio, com se faz com um deus; significa, portanto, independente das intenções que alguém tenha, contribuir para a sua glória. Nós, pelo contrário, ‘não nos envergonhamos de manter fixo o olhar no inenarrável’. Mesmo ao preço de descobrirmos que aquilo que o mal sabe de si, encontramos-lo facilmente também em nós (AGAMBEN, 2008. p. 42).

Dessa forma, quando Agamben (2008) escolhe intitular seu livro com o nome *O que resta de Auschwitz*, o faz porque entende que com o termo “resta” irá tencionar o significado que a história dos campos de concentração adquiriu para a humanidade, para afirmar que sua escolha por essa palavra não diz respeito a um trabalho de tentar descobrir e falar sobre o que ainda não foi dito desse momento horrível, como as exaustivas classificações dos arquivos tentam fazer, mas sim, por apostar que é necessário mostrar o hiato, a lacuna, que funda o

testemunho. Portanto, se escolhermos falar da Shoah, temos que ter em mente que o trabalho não é de compará-la a outros eventos que possam ocorrer, pois isso seria calar o sofrimento dessas pessoas, abafá-lo, mas, antes, assumir uma postura ético-política de que sua história deve assumir uma função de transmitir a fratura no discurso, pois “o sobrevivente tem a vocação de memória, não pode deixar de recordar” (AGAMBEN, 2008. p. 36). Discutir as dificuldades do testemunho para que possamos pensar a história que se passa a cada dia.

Portanto, “a aporia de Auschwitz é realmente a própria aporia do conhecimento histórico: a não-coincidência entre fatos e verdade, entre constatação e compreensão.” (Agamben, 2008. p. 20). Se há uma dificuldade em comunicarmos as nossas experiências, essa não tem a ver com a experiência vivida, mas com a própria dificuldade na estrutura do testemunho, da impossibilidade de que a realidade coincida com o discurso a respeito dela. Dessa maneira, a experiência dos campos nos mostrou que “o testemunho continha como sua parte essencial uma lacuna, ou seja, que os sobreviventes davam testemunho de algo que não podia ser testemunhado, comentar seu testemunho significou necessariamente interrogar aquela lacuna” (AGAMBEN, 2008. p.21), num intenso processo de tentar operar o deslocamento dos discursos acerca do ocorrido.

Em latim existem dois termos para Testemunha: *Testis*, que se põe em terceiro e *Superstes*, aquele que viveu algo. Nesse sentido, a discussão que Agamben (2008) propõe sobre a origem etimológica da palavra nos mostra que há mais de uma posição que se pode assumir diante do testemunho. Uma que diz respeito ao lugar de terceira pessoa, onde o próprio lugar de testemunha é que caracteriza a sua relação com o ocorrido. Essa posição é bastante conhecida nos dias de hoje pela figura da testemunha no processo jurídico, que só pode assumir essa posição quando não está envolvida diretamente com a situação. A segunda posição, de *Superstes*, indica aquele que, tendo atravessado até o final um determinado evento, pode dizer dele, dar o seu testemunho. Portanto, é importante afirmar que, por mais que vivemos um momento em que a testemunha qualificada a dar seu testemunho é a jurídica, existe uma experiência do testemunho que não pode ser esgotada pela figura do direito. Seguindo a leitura a respeito do conceito, Agamben (2008) nos coloca sua origem etimológica grega, em que testemunha é *Martis*, mártir. Segundo ele, é a partir dessa noção que a igreja católica passou a utilizar a palavra derivada – martírio - aos seus cristãos, como se quisesse significar “cristãos que davam testemunho de sua fé” (AGAMBEN, 2008. p 35).

Esclarecido esses aspectos do testemunho, Agamben (2008) prossegue sua reflexão afirmando que o valor do testemunho reside justamente naquilo que lhe falta, naquilo que se coloca como intestemunhável, que destitui qualquer autoridade que se possa estabelecer. A potência do testemunho não está, então, na referência a um indivíduo ou grupo que é tomado como o único capaz de dizer sobre, mas sim, na potência do que ainda não pode ser dito sobre, do não dito que denuncia que aquilo não pode ser dito, colocando em circulação a palavra, o discurso sobre. Aos sobreviventes, é preciso que testemunhem sobre o testemunho que lhes falta, sobre aquilo que lhes retira a autoridade sobre o vivido, deslocando fundamentalmente o lugar do testemunho para uma zona de imprevisibilidade e abertura. Portanto, o trabalho de testemunhar é o trabalho de buscar escutar o que não foi testemunhado, tentar captar a palavra secreta, pois

talvez cada palavra, cada escritura nasce, nesse sentido, como testemunho. E, por isso mesmo, aquilo de que dá testemunho não pode ser já língua, já escritura: pode ser somente um não-testemunhado. Isso é o som que provém da lacuna, a não-língua que se fala sozinho, de que a língua responde, em que nasce a língua. E é sobre a natureza deste não-testemunhado, sobre a não-língua que é preciso interrogar-se. (AGAMBEN, 2008. p. 47)

Nesse sentido, o testemunho é o encontro entre duas impossibilidades de testemunhar: da verdadeira testemunha que não pode testemunhar e da língua que não pode testemunhar a não-língua. Podemos afirmar, então, que a estrutura do testemunho se funda na linguagem humana, nessa precária e escorregadia estrutura que repousa sobre a separação irreconciliável entre a voz e a linguagem. Se para Agamben (2010), como iremos trabalhar mais adiante, são os campos de concentração, e não a *polis*, o paradigma biopolítico de nosso tempo, é o testemunho, e não o arquivo, que garantirá que possamos assumir a vida nua, onde todo o bíos repousa, e que tanto a vivência moderna tentou apagar os rastros.

Enquanto pesquisadores urbanos, a preciosa tarefa reside em buscar o hiato, o furo, que funda as possibilidades de testemunho sobre a cidade e não apenas as salas cheias de arquivos, com todas as edições de jornais da cidade, como nós, pesquisadora e participantes descobrimos em uma de nossas caminhadas. Entender que o termo *passado* carrega em si mais do que o significado de “o que se passou”, ele é passagem, travessia. Desta forma, apostar no furo da história é lançar-se ao presente e a potência de rasura no futuro. Como

Edson Sousa⁷ afirmou sobre o terceiro princípio utópico: Qual é a esperança que está em jogo com a utopia? A esperança enquanto função da rasura, pois o mais importante é onde está o buraco no texto, é aí que está a sua força, o seu poder de significação. Como bem se sabe, o lugar da Utopia na história de Morus é de uma utopia que não pode ser pronunciada. Dessa aparente disjunção de propor pensar um futuro sem dar nome a ele e de procurar as pistas sobre a cidade no que resta, no que há de hiato sobre ela, que Agamben (2008) afirma que “o próprio lugar do humano está cindido, porque o homem tem lugar na fratura entre o ser que vive e o ser que fala, entre o não-humano e o humano. Ou seja; o homem tem lugar no não-lugar, na frustrada articulação entre o ser que vive e o logos.” (AGAMBEN, 2008. p. 137). Nesse sentido, podemos pensar que a articulação entre utopia iconoclasta e testemunho reside na complexa e frustrada articulação entre o viver e a palavra, na aposta de que sua função não está em estabelecer uma verdade acerca da vida, mas trazê-la para o campo da incerteza e imprevisibilidade.

Justamente nesse fracasso de articulação, no não-lugar da articulação, é que emerge o testemunho (AGAMBEN, 2008). Ironicamente, o autor nos lembra: “A subjetividade, a consciência em que a nossa cultura pensou ter encontrado o seu mais sólido fundamento, repousa sobre o que há de mais frágil e precário no mundo: o acontecimento da palavra.” (AGAMBEN, 2008. p. 126). Talvez assumir uma postura utópica diante da pesquisa sobre a cidade seja encarar e escancarar essa estrutura precária do sujeito, essa impossibilidade de junção, de dar nome, que tanto a cidade se preocupa em tentar apagar. Apostamos, então, no sexto princípio utópico proposto por Edson Sousa⁸: Indagar-se de como fazer o deslocamento/a passagem do mesmo ao outro. Como fazer a passagem do conforto das casas e lares para o encontro com a rua, seus odores, texturas e gostos? Como operar uma revolta contra a imobilidade do espaço?

Talvez a função ética de um pesquisador urbano seja devolver à cidade aquilo que se fez esquecer, a condição de fragilidade e inacabamento que é próprio da vida. Buscar na imprevisibilidade que se apresenta a cada dia a potência de interrogar aquilo que insiste em barrar a existência e não a variável a ser controlada. Escrever sobre as pessoas em situação de

⁷ Fala proferida pelo professor Edson de Sousa durante o seminário *O inominável: utopia, arte e psicanálise*, ao longo do segundo semestre de 2011 no programa de Pós-Graduação em Psicologia Social Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

⁸ Fala proferida pelo professor Edson de Sousa durante o seminário *O inominável: utopia, arte e psicanálise*, ao longo do segundo semestre de 2011, no programa de Pós-Graduação em Psicologia Social Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

rua passa a ser um trabalho ético de fazer ver a fratura que há nos modos de viver e habitar a cidade, e não uma escrita biográfica, que coloque a sua condição bem distante do outro. Romper com o discurso biopolítico⁹ através do trabalho de devolver ao outro o que dele escutamos, assumindo a postura de escrever *para* alguém e não por alguém. Apostar na possibilidade do morador de rua ser a testemunha da cidade. Se as pessoas em situação de rua são possíveis narradores da experiência urbana atual, o trabalho de pesquisa deve estar atento e buscando “continuar a decifrar os rastros e a recolher os restos” (GAGNEBIN, 2009. p. 118), hiato, pois

ao juntar os rastros/restos que sobram da vida e da história oficiais, poetas, artistas e mesmo historiadores (e aí incluo pesquisadores), na visão de Benjamin, não efetuam apenas um ritual de protesto. Também cumprem a tarefa silenciosa, anônima, mas imprescindível, do narrador autêntico. (GAGNEBIN, 2009. p. 118).

Como nos ensina Estamira, “às vezes é só resto, às vezes vem, também, descuido” (ESTAMIRA, 2005).

*Ler pelo não, quem dera!
Em cada ausência, sentir o cheiro forte
do corpo que se foi,
a coisa que se espera.
Ler pelo não, além da letra,
ver, em cada rima vera, a prima pedra,
onde a forma perdida
procura seus etcéteras.
Desler, tresler, contraler,
enlear-se nos ritmos da matéria,
no fora, ver o dentro e, no dentro, o fora,
navegar em direção às Índias
e descobrir a América.
Leminski*

⁹ O termo biopolítico utilizado nessa dissertação tem sua referência nos trabalhos desenvolvidos por Foucault sobre o tema e será trabalhado na segunda parte desse trabalho.



2.3. Dos rastros para a construção de um método

Descobri que Lisandra¹⁰ nem sonha, deita na cama e apaga...

2.3.1. A imagem fotográfica enquanto vestígio de existência

Depois de discutirmos o modo como o testemunho possui a sua força de contar sobre algo a partir da fragilidade de seus fundamentos na linguagem, passamos a questionar em que medida que a fotografia, enquanto esse emaranhado de significados e articulações com a palavra, não pode ser, também, um campo frágil, capaz de ter o potencial de assumir a função de vestígio dessa precariedade, como um rastro que narra a impossibilidade de testemunho. Resta, então, interrogarmo-nos sobre como é possível provocar brechas, rachaduras, ao modo como a imagem fotográfica é percebida atualmente. Talvez as pistas estejam na própria produção da imagem...



Susan Sontag (2003) descreve a imensa fotografia criada por Jeff Wall em 1992, intitulada “Conversa de soldados mortos (Visão após uma emboscada contra uma patrulha do Exército Vermelho perto de Moqor, no Afeganistão, no inverno de 1986)”, como uma das poucas imagens antibélicas que encontramos. Em *Diante da dor dos outros*, livro em que discute a banalização das fotografias diante de acontecimentos catastróficos e a implicação

¹⁰ De acordo com as orientações éticas da pesquisa com seres humanos, todos os nomes citados ao longo da dissertação são fictícios a fim de preservar a identidade dos participantes.

social disso, ela destaca que, apesar das dificuldades que as imagens possuem em produzir crítica, a fotografia de Jeff Wall (1992) possui uma força e uma seriedade impressionantes. Como antítese à ideia de que as imagens devem ser documentos, Wall (1992) destituiu o caráter de verdade incontestável da fotografia. Ainda mais se pudermos imaginar que ela foi realizada em “uma transparência em Cibachrome, com 2,3 metros de altura e mais de quatro metros de largura, montada sobre uma caixa de luz” (SONTAG, 2003. p. 102), conhecida como *backlight*, que são utilizadas para se fazer propaganda.

Por mais impensável que possa parecer, a imagem não nos choca pela atrocidade dos corpos mutilados, mas pela violência que se revela no detalhe. Estamos diante de uma imagem de guerra, repleta de tudo que uma cena de trincheiras devastadas deve conter, corpos espedaçados dividindo espaço com armas e sangue, entretanto, algo escapa à continuidade esperada da imagem: os soldados estão vivos. Mais do que vivos, parecem estar conversando, fazendo piadas e brincadeiras entre si, como se nada de horror estivesse acontecendo, como uma completa banalização e negação de seu sofrimento. Nesse instante lembramo-nos da cena que Agamben (2008) evoca dos campos de concentração, o dia em que soldados do SS e representantes do Sonderkommando, que eram os prisioneiros que geriam as câmaras de gás e os fornos crematórios, jogaram futebol. O autor afirma que para alguns a cena pode ser entendida como uma pausa da humanidade frente ao horror sem fim do campo, entretanto, para ele e para as testemunhas, esse é o verdadeiro momento de horror do *larger*. Aquela partida provocou tanta vergonha e angústia porque é emblemática da zona cinzenta, onde nenhuma lei se estabelece sem que a violência esteja nela contida, sem que os limites do acordo social se façam em meio à indistinção dos limites dele. Absurdo descobrir um momento de ‘normalidade’ em meio à dor das pessoas, absurdo descobrir que a ética dos campos pode estar aqui do lado. Agamben (2008) interroga: Quando seremos capazes de questionar aquela partida de futebol? Quantas partidas ainda acontecem?

Wall (1992) não esteve presente na guerra que retrata, mas a assistiu muitas vezes nos noticiários, documentários e entrevistas que se passaram na televisão. O fato é fictício, mas a interrogação que produz não. Ao contrário do que os meios de comunicação procuravam retratar exaustivamente, como apologia a uma violência que ocorre distante de nossas vidas e, portanto, pouco diz sobre a nossa condição, o fotógrafo estabeleceu uma experiência de nos aproximar da guerra ao retratar a banalização dela. Interrogou a morte ao colocar soldados despedaçados conversando e rindo de sua própria condição. Interrogou-nos sobre como a morte pode estar banalizada pelas próprias imagens do horror. Ao colocar ainda mais em

evidência a artificialidade da imagem fotográfica, lembrou-nos do mistério que habita a fotografia. Quando Benjamin (1994) discute a respeito da fotografia, é exatamente a respeito disso que ele vai nos instigar quando diz que numa sociedade onde tudo pode ser instantaneamente retratado, onde a imagem não se apresenta mais enquanto um elemento misterioso e nebuloso, talvez o trabalho de interrogar-se sobre a imagem seja restituir a ela o seu caráter artificial, fabricado, para lembrarmos de que essa não é uma reprodução exata da realidade, de que há algo que escapa a ela.

Entretanto, realizar um trabalho de deixar algo escapar à fotografia é um desafio, pois como coloca Benjamin (1994), fixar a imagem da câmera obscura, conhecida pelo menos desde Leonardo Da Vinci, tornou-se uma obsessão para modernidade. Parecia que se fôssemos capazes de fixar a imagem, o mundo estaria a salvo do esquecimento, que tudo poderia ser guardado como aconteceu. Niepce e Daguerre, quase ao mesmo tempo, conseguiram o tão esperado feito, entretanto, a dificuldade em patentear a invenção, dada a divergência que surgiu, fez o Estado intervir. Depois de indenizá-los, o Estado tornou a invenção domínio público. Desde lá, uma franca aceleração no desenvolvimento das técnicas de fotografia pode ser observado (BENJAMIN, 1994), ao ponto de vivenciarmos hoje uma instantaneidade na geração da fotografia. Podemos visualizar ‘ao vivo’ qualquer evento que ocorra em qualquer lugar do planeta. Como destaca o autor, a relação com o tempo da imagem era muito distinta do tempo instantâneo de agora. As primeiras chapas possuíam baixa sensibilidade à luz e, para que houvesse a possibilidade da imagem ser fixada, fotógrafo e fotografado precisavam estar dispostos a longos períodos de exposição. Assim, produzir uma fotografia tinha a ver, também, com uma disponibilidade para concentração, uma certa imobilidade do sujeito frente à câmera. Diferentemente de hoje, em que a própria câmera possui o recurso de captar o movimento e, em certa medida, corrigir o que não ficar nítido.

Apesar do desenvolvimento, Benjamin (1994) afirma que a fotografia exerce uma atração, também, porque, mesmo que todo o controle e perícia sobre a fotografia sejam realizados pelo fotógrafo, quem observa a fotografia sempre procura aquele elemento do acaso, do qual a realidade chamuscou sem que o fotógrafo pudesse escolher. Há algo que escapa à técnica, que mostra que ela não é capaz de dizer tudo sobre a fotografia. Para o autor, “a natureza que fala à câmera não é a mesma que fala ao olhar” (BENJAMIN, 1994. p. 94). Ao entendimento de Barthes (1981), há um encontro com a imagem que não acontece sempre. Determinadas fotografias nos provocam e outras não. Nesse sentido, ele afirma que algumas fotografias são capazes de produzir um *punctum*, ao qual gostaríamos de nomear

suspensão, na medida em que anunciam um encontro singular – único - capaz de, no instante, produzir desaceleração. Talvez essa suspensão dos sentidos diga da potencialidade que a produção artística tem de construir um mundo de interrogações, pois ela não revela somente o invisível do cotidiano, mas do sujeito que olha. Revela uma verdade acerca dele mesmo que escapa ao seu próprio saber. O olhar produzido pela câmara é capaz de potencializar mistérios que, ao revelar o filme, são postos ao olhar humano (FRAYZE-PEREIRA, 2005).

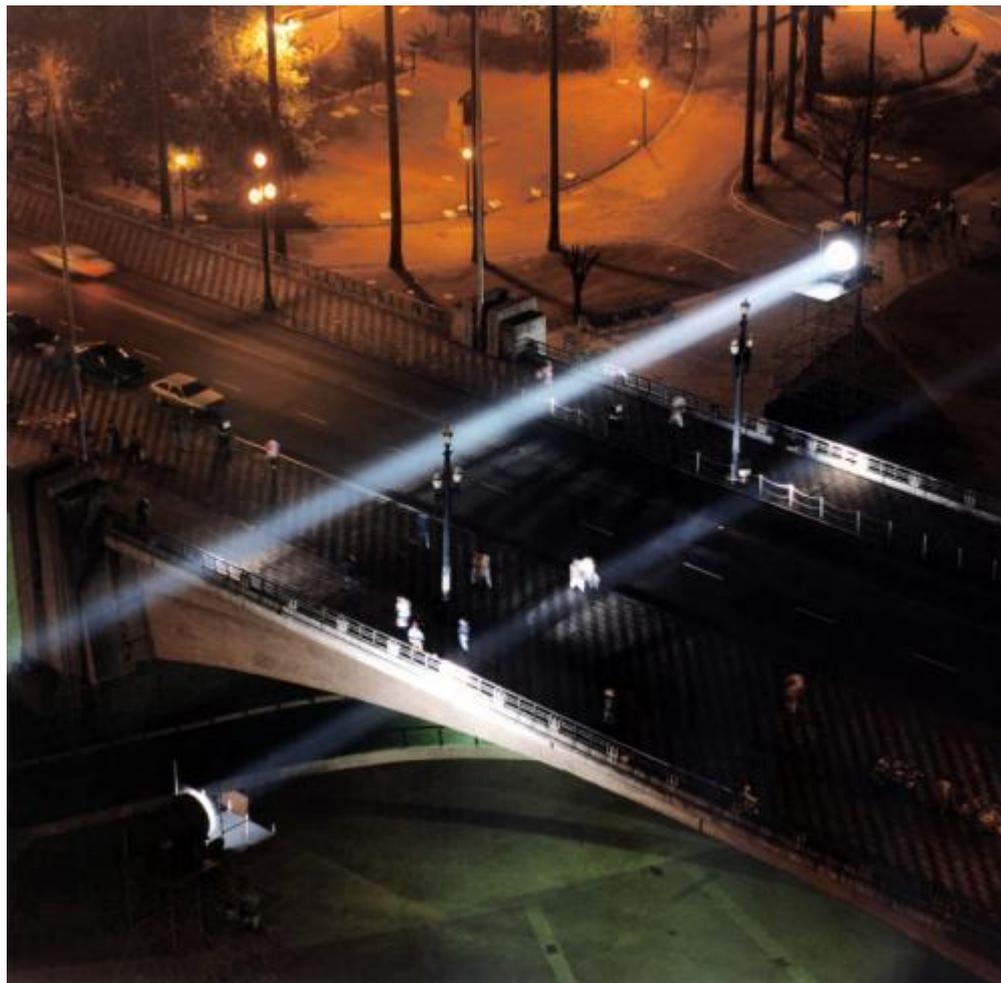
Para Benjamin (1994), todavia, a fotografia não diz respeito apenas a uma vivência individual de quem fotografa e de quem olha a imagem, é, também, uma vivência social. Se a imagem fotográfica captura uma realidade e a fixa, ela também é capturada pelo nosso tempo. Nesse sentido, o autor destaca que por muito tempo se pensou e problematizou a fotografia a partir de suas questões estéticas, entretanto, reconhecendo uma clara distinção entre o estudo sobre a imagem enquanto manifestação estética e o modo como determinadas imagens são utilizadas, através dos jornais e meios de comunicação, para produzir discursos e ideais, ele afirma que é preciso discutir a sua função social, a fim de que a discussão possa abrir novos campos. Passados alguns anos desde a escrita de tal trabalho, talvez possamos dizer que o desafio reside em superar a questão de uma discussão sobre os efeitos individuais ou sociais da imagem para afirmar que há um processo de subjetivação que está em jogo diante da imagem. Um modo de subjetivação que não é capaz de separar indivíduo-sociedade, pois ele se dá na intersecção deles, onde dentro e fora se encontram e coexistem.

Nesse sentido, conforme Susan Sontag (2006), uma sociedade torna-se moderna quando uma de suas principais atividades torna-se produzir e consumir imagens, quando essas passam a ter a capacidade de determinar o que esperamos da realidade e são buscadas como substitutas da experiência em si. Dessa forma, passam a ser indispensáveis à economia, à estabilidade política e à busca privada pela felicidade. Elemento fundamental para pensarmos as nossas escolhas de pesquisa, pois Jacoby (2007) afirma que estamos em um momento em que necessitamos operar um deslocamento ao modo como nos deparamos com a vida, visto que vivemos em “uma cortina de imagens que nos circunda da manhã até a noite, da infância à velhice” (JACOBY, 2007. p. 18), imagens cada vez mais previsíveis em qualquer lugar do mundo. Imagens pré-fabricadas (JACOBY, 2007) capazes de serem as mesmas em qualquer cidade. Ironicamente, de tanto vermos, estamos cada vez mais cegos.

Cegueira que se coloca, fundamentalmente, no espaço da cidade. Segundo Possamai (2009), deparar-se com as questões fotográficas é se deparar com a cidade, pois desde o

momento em que se iniciaram as experiências com fotografia, a cidade foi temática central. Se, por um lado, isso ocorria pela arquitetura, que possibilitava ao fotógrafo um longo tempo de exposição do filme diante de objetos paralisados para que fossem capturados, por outro lado, a autora ressalta que o surgimento da fotografia coincide com o crescimento das cidades – com o surgimento das metrópoles - e com a revolução industrial que ocorria na Europa. Como bem nos coloca Possamai (2008), a fotografia fora fundamental no desenvolvimento das cidades, por permitir realizar um registro, uma memória, dos espaços em transformação.

Contrariamente à ideia de que a fotografia é capaz de retratar tudo, sem deixar escapar nada à memória da cidade, Peixoto (2009) afirma que a potência da fotografia existe, justamente, na possibilidade de retratar a fugidia relação do indivíduo com a cidade e o urbano. Ao entendimento do autor, a imagem só possui espaço no momento em que seu trabalho é buscar o que escapa ao urbano, o que não possui lugar nele, “fotografar o invisível, o que não tem registro, o que não se pode reter. Deter ausências” (PEIXOTO, 2009. p. 51). Nesse sentido, quando o artista Rubens Mano, que realiza uma instalação intitulada *Detetor de Ausências* (1994), instala canhões de luz em direção a uma passarela e que, de uma forma muito efêmera, só fazem perceber o rastro da sombra das pessoas que passam por ali à noite, ele está indicando a condição dos indivíduos na metrópole. Ao mesmo tempo em que a luz afirma a presença dos sujeitos, ela também afirma que só é capaz de fazê-la no anonimato da sombra e mais, nenhum registro de sua passagem permanece. Rubens faz-nos perguntar sobre a presença (PEIXOTO, 2009) ao criar um dispositivo de captura em meio ao anonimato da cidade, levando-nos a pensar que a sua instalação possa ter diversos diálogos com a questão do controle sobre os corpos como política de Estado, a biopolítica de Foucault, como discutiremos mais adiante.



É um anonimato que reivindica presença em meio à multidão da cidade. Na escuridão da noite, quando achávamos que não poderíamos ver, é que surge a potência do olhar. A escuridão e a sombra, que revelam a potência do detalhe que se ilumina, mostram a cegueira da cidade. Novamente passamos a nos questionar sobre as possibilidades de estranhamento à homogeneidade das imagens. Como cessar o anestesiamiento que as imagens pré-fabricadas são capazes de produzir? Talvez a própria fotografia tenha a resposta, pois, apesar de vivenciarmos um momento de fluxo contínuo de imagens, Peixoto (2009) coloca que a fotografia só se torna visível no limite que se impõe à entrada da luz, fotografar é, necessariamente, operar um corte (ou golpe, conforme Dubois, 2009) no espaço e no tempo através do jogo com a luz. É apenas deixar um vestígio de que um dia algo se apresentou à câmera, marcar a presença da ausência, é no limiar da luz que a imagem se permite existir. Mesmo que a cena continue depois do clique, a fotografia já operou o seu corte e extraiu a imagem de seu contexto para dar-lhe outra temporalidade. Portanto, a imagem técnica flerta com o tempo e com o espaço de modo a causar certo estranhamento ao confronto com o olhar.

Se para que uma imagem permaneça fixada é preciso interromper o processo de sensibilidade a luz, “antes de ser uma imagem que reproduz as aparências de algo, a fotografia é da ordem de um traço” (PEIXOTO, 2009. p. 21). Enquanto traço, é um esboço, uma imagem que se constituiu na delicadeza de desenhar e escrever um instante, uma escrita com a luz, algo que não se restringe a retratar, mas também a inventar. É um traço que aparece da sombra que se coloca sobre os outros. Sua visibilidade só se estabelece a partir do escurecimento de outros elementos e, nesse sentido, sua negociação com a luz é precária, mudando a cada instante. Pode-se pensar, então, que se o testemunho funda sua estrutura na precária articulação da voz com a linguagem, a fotografia irá se fundar sobre a precária articulação da luz com a técnica. Se a imagem é capaz de dizer algo, é que sua aparência e ligação com a realidade são frágeis.

Portanto, Peixoto (2009) afirma que o que atrai o olhar sobre a imagem é a sua inacessibilidade. Estamos diante de uma imagem que parece tudo mostrar, mas, mesmo assim, não temos acesso ao que ela é enquanto materialidade de um espaço. Nesse sentido, a imagem possui estreitas relações com a palavra e o indizível. Para o autor, o poder da imagem reside na sua possibilidade de evocar imagens “in absentia”. “Imagens de tudo aquilo que não o é, mas poderia ter sido. Imagens que não constem de repertório disponível, cada vez mais confundido com a nossa experiência direta. Fazer falar o que não tem palavra” (PEIXOTO, 2009. p. 32). Quando aposta que a imagem só poderá dar-se numa relação de dizer sobre o que não tem palavras, novamente Peixoto (2009) nos possibilita pensar a imagem em aproximação com o testemunho, especialmente quando afirma que a imagem não possui o trabalho de dizer o indizível, mas antes, de afirmar que não se pode dizê-lo. Apresentar a sua impossibilidade.

Diante da cidade, desmanchar os contornos previsíveis da imagem para que, de relance, naquilo que se torna visível na imagem, possa se entrever o invisível, o que não tem contorno definido, a condição da própria cidade. É nesse momento que surge o desafio de como constituir uma imagem capaz de interrogar e testemunhar. Jacoby (2007) nos dá uma pista ao dizer que “em uma sociedade obcecada pelas imagens como a nossa, eu sugiro que o utopismo projetista tradicional pode ter se esgotado, mas o utopismo iconoclasta é indispensável” (JACOBY, 2007. p. 18). Ele aponta para a necessidade de interditar as imagens-clichês a partir de um movimento de recusa em representar o amanhã. Como utopistas iconoclastas, buscamos construir outras possibilidades de vida na cidade, contudo, recusamo-nos a qualquer imagem ou ação de desenhar os mapas dessa outra cidade.

Portanto, se a fotografia tem a potência de interrogar o fotógrafo e o espectador, sua função torna-se utópica, na medida em que instaura o questionamento sobre a condição do viver. Segundo Jacoby (2007), o movimento utópico, com seu sentido etimológico de não lugar, abriga em si questionamentos utópicos quando se propõe a ser fluxo contrário, crítica. Dessa maneira, a utopia iconoclasta é uma antiutopia que resiste a projetos: “esse utopismo iconoclasta é antiutópico à medida que se recusa a mapear o futuro; ele só é utópico em seu compromisso com um futuro muito diferente” (JACOBY, 2007. p. 135).

Com essa escrita apostamos que, ao tomar a cidade enquanto potência imagética, somos capazes de produzir conhecimento acerca dela a partir da narração daquilo que não se deixa apreender. Entretanto, para que essas imagens possam emergir, é preciso não tomá-las enquanto mera representação da realidade, mas sim, como Benjamin (2011) nos introduz em “Imagem do pensamento”, “como força possível de produzir estranhamento a modelos universais de se pensar as cidades e o sujeito” (RODRIGUES E BAPTISTA, 2010. p. 426). Da infância em Berlim à Moscou, passando por Nápoles, a cada novo fragmento ele vai desenhando geografias inesperadas sobre cartografias já conhecidas. Como destaca Cantinho (2008) não há um pensamento sistemático na obra de Benjamin acerca da imagem, entretanto, não podemos negar que o conceito foi utilizado pelo autor como um fio que teceu diversas discussões sobre essa temática, influenciando os mais diversos campos. Benjamin produziu estranhamento ao modo como a escrita e a imagem podem se constituir. Possibilitou que os dois conceitos pudessem se contaminar um ao outro e utilizou-se da força que a imagem possui para produzir seus escritos.

Em “Imagens do Pensamento” (2011) isso parece ficar bastante evidente ao trazer pequenos trechos da cidade de Nápoles utilizando-se do recurso da evocação da imagem pelo escrito. Rodrigues e Baptista (2010) afirmam que o autor nos propõe a ler-ver imagens de uma cidade que mostra sua incompletude através do fragmento. Seu trabalho desloca a imagem da cidade, pois, antes de produzir um texto/imagem sólido, completo de sentidos sobre a cidade, produz uma imagem vazada, porosa, dessa experiência. O conceito de imagem em Benjamin não apenas afirma uma relação estreita entre pensamento, palavra e imagem, como também potencializa a discussão acerca do conceito de tempo e história. Como o autor coloca “A verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido” (BENJAMIM, 1994, p. 224)

É fundamental destacar que admitir que a cidade se constitua através de imagens não significa produzir uma materialidade sobre ela. O conceito de imagem da cidade que escolhemos trabalhar a partir de Benjamin não remete a função de representação, mas expande-se. A cidade-imagem nos mostra que ela não se esgota em sua visibilidade, as cidades - como bem escreveu Calvino (2003) - não se esgotam enquanto apenas materialidade do espaço. É preciso pensar sobre essa estrutura que não pode tornar-se visível. É o tensionamento a partir das questões que levantamos até o momento. Se a imagem é artificial, sua potência inventiva se coloca em deslocar o discurso hegemônico de que a fotografia é verdade incontestável. Se podemos pensar numa tênue relação com o testemunho e sua estrutura, sua potência de fazer falar ganha outras dimensões e se sua porosidade se coloca em cada negociação da luz, o traço nos abre brechas a inventar muitos destinos às imagens. Eis a possibilidade de pensar o método de pesquisa dessa dissertação.

2.3.2. Do método, ou da invenção de um habitar

Making the right cut somewhere between the supports and collapse¹¹.

Gordon Matta-Clark

Imagine-se caminhando pelas ruas de uma cidade. Talvez você esteja com pressa, correndo para chegar a um compromisso e as casas e os prédios passam velozes a sua visão. Ou então você pode estar de férias, passeando pelas ruas, descobrindo estilos arquitetônicos diferentes, mas previsíveis. Tudo se mostra ao olhar extremamente (pre)visível, até o momento em que você se depara com uma casa cindida. A casa tem o modelo parecido às do lado, mas uma enorme fenda a divide do telhado até o chão, expondo o seu interior. O que se poderia pensar? Matta-Clark¹², com seus trabalhos de cortes na paisagem urbana, colocou em debate a questão dos espaços construídos no urbano. Suas intervenções não escolhiam um público específico, pelo contrário, seu público era qualquer pessoa que passasse pela rua e fosse capaz de ver a mudança que sua transgressão provocara. Ao escolher prédios abandonados ou prontos para serem destruídos, criticava o modo como a cidade vai sendo construída e destruída. Colocava em evidência o resto, aquilo que tentamos esquecer. Com seu trabalho, evidenciou a necessidade do corte.

Entretanto, se sua obra foi extremamente transgressora, o artista também nos coloca de que esse corte não se opera de forma totalmente livre. Com sua fala, ele nos lembra de que é preciso ter precisão; olhar, explorar e buscar o espaço exato onde se possa provocar o corte entre os suportes e o colapso, um complexo trabalho de buscar o corte onde se possa fazer ver a estrutura sem que essa se torne ruína. Da mesma forma, o corte que a fotografia opera sobre a realidade que representa precisa ser pensado. Sabemos que vivemos em um momento que a fotografia está colocada em todos os lugares. Qualquer acontecimento tem a presença de uma máquina que o registre, entretanto, de que maneira essa imagem pode ser capaz de produzir crítica? Como pensar uma pesquisa com imagens numa perspectiva iconoclasta?

¹¹ Tradução livre: Fazendo o corte certo em algum lugar entre os suportes e o colapso.

¹² Matta-Clark (1943-1978) foi um arquiteto e artista que na década de 70 desenvolveu uma série de cortes em prédios (building cuts). Ele procurava prédios vazios (abandonados ou prontos para serem demolidos) e realizava neles um recorte que abria uma fenda, ou um buraco, em toda a estrutura. Ele nomeava suas intervenções como Anarchitecture (junção das palavras anarquia e arquitetura). Atualmente, suas intervenções foram organizadas em uma exposição intitulada Desfazer o Espaço, que reuniu fotos e vídeos que documentam essas ações.

Para que pudéssemos pensar em alguma forma de construção metodológica para essa pesquisa, fomos à busca de trabalhos que pudessem contribuir para os questionamentos até aqui levantados. Encontramos duas experiências determinantes: com o filme Japonês, *Depois da vida* (Wandafuru Raifu, 1998), dirigido por Hirokazu Kore-eda e com o artista canadense Jeff Wall e suas fotografias produzidas. A escolha do filme *Depois da vida* não foi despreziosa, pois entendemos que a forma como a história é construída nos remete as muitas das discussões que tentamos fazer ao longo de toda a pesquisa, da condição do testemunho enquanto transmissão de uma impossibilidade de narrar e da condição da imagem enquanto potência de fazer ver isso. De uma maneira muito peculiar, o filme nos conduz a um ambiente frio, cinza e sem cor onde os personagens recebem a seguinte orientação:

Creio que você já entendeu a situação, mas preciso informar oficialmente: Tatara Kimito, você morreu ontem. Minhas condolências. Agradeço. Ficará conosco uma semana. Todos têm um quarto privativo. Relaxe e divirta-se. Mas, enquanto estiver aqui, terá que fazer uma coisa. De todos os 85 anos de sua vida, queremos que escolha uma recordação sua, a lembrança de uma coisa que tenha sido muito significativa para você. Há um tempo limite para decidir. Terá três dias para se decidir. Quando a tiver escolhido nosso pessoal fará o melhor possível para recriá-la em filme. No sábado, exibiremos os filmes para vocês. Tão logo tenha revivido sua recordação, você seguirá adiante, levando apenas essa sua lembrança (*Depois da vida*, 1998).

Ao longo do filme, não esquecemos de que as pessoas ali não retornarão à sua condição de viventes, contudo, não parece que a morte é o que mobiliza a condução do filme e dos personagens, mas a própria vida. O imperativo de escolher apenas uma lembrança coloca-os num movimento de rememoração da vida. A cada cena as pessoas vão lembrando-se do que se viveu. Dessa forma, cuidadosamente, as cenas vão sendo escolhidas. Para a surpresa dos espectadores, são cenas absolutamente corriqueiras. É um piquenique no parque; a lembrança do vento que batia no rosto quando o trem estava em movimento; o encontro na praça; o rosto de quem se amou; a espera na ponte. Desse modo, pensamos que para interrogar-se sobre o habitar a cidade, seja preciso estar diante de um impasse. Como método, talvez o impasse esteja em propor um limite no movimento de fotografar. Uma interrupção ao fluxo contínuo de imagens que a câmera fotográfica possibilita através da proposição de escolha de uma cena singular.

Jeff Wall (2007), também propõe uma parada ao fluxo de imagens. Ele afirma que sua maneira de fazer fotografia tem duas influências: a pintura, na medida em que ele tem muito interesse pelas escalas utilizadas nas pinturas clássicas, e o cinema com seus métodos de

produção, já que a maioria das fotografias tiradas por ele são cenários construídos para tal. Desse modo, seus trabalhos possuem algumas características muito próprias, desde a maneira como são produzidos até o modo como são expostas ao público. Em entrevista ao Museu de Arte Moderna de São Francisco, Wall (2007) falou a respeito de seu método fotográfico. Ele inicia sua fala pela frase que criou a respeito do processo de construção das fotografias: “I begin by not photographing¹³”. Segue explicando que ele até pode parecer que sai à rua para procurar fotografias, entretanto, se existe uma cena que lhe pareça interessante para fotografar: ele não fotografa. Desse modo, ele pode parecer que perdeu o momento, de que a fotografia não poderá se repetir porque desapareceu, todavia, ele diz que não desaparece enquanto lembrança: “I just rebuilt something I saw before. So it that came from a real moment, and a kind of inspiration from that of just being convinced that was a beautiful subject. So, the reconstruction is a transformation that leads to something faithful”¹⁴.

Através do trabalho com a fotografia, Wall (2007) coloca-nos diante da fragilidade que constitui a imagem – a lembrança – e nos apresenta uma ruptura ao modo como compreendemos a fotografia, pois ele brinca com os sentidos produzindo cenas que podem ser tidas como reais, entretanto, são todas cenas arquitetadas para parecerem assim. Parece que Wall (2007), ao brincar e inventar uma imagem cotidiana, tensiona o limites da realidade e instaura a possibilidade de fotografias que inventem/invertam a realidade. Portanto, esse trabalho se propõe a pensar um método a partir do trabalho de Jeff Wall e do filme *Depois da vida* (1998), buscando tensionar a cidade através da possibilidade de produção fotográfica. Como no filme, propusemos a cada pessoa que participou da pesquisa o exercício de escolher uma lembrança que lhe diga sobre o habitar a cidade, mas que, como Wall, possa ser reconstruída - roteirizada - a partir do que pode vir a ser o viver na cidade.

Inicialmente, algumas decisões foram tomadas em relação à construção da proposta de pesquisa. O trabalho seria realizado em grupo, composto por até cinco participantes, através de encontros semanais pré-agendados, mas que também poderiam ser alterados conforme a disponibilidade do grupo. Os encontros seriam acompanhados pela pesquisadora, que disponibilizaria materiais necessários para a construção da proposta, bem como buscaria auxiliar e problematizar as construções das cenas. No momento de organização de tal

¹³ A tradução gramaticalmente correta seria: “Eu começo não fotografando”, entretanto, a autora escolheu a tradução “**Eu começo por não fotografando**”, por entender que a preposição “*por*” dá maior ênfase ao método do artista.

¹⁴ Tradução livre: “Eu apenas reconstruo algo que vi anteriormente. Então, a fotografia vem de um momento real e de uma espécie de inspiração que vem da minha crença de que aquilo era um belo assunto. Então, a reconstrução é uma transformação que lida com algo crível”.

proposta, até nos dispusemos a construir um cronograma de execução da pesquisa. Mas nem tudo é possível de se prever, como descobrimos mais tarde.

Ao início da pesquisa, a realidade das pessoas em situação de rua parecia um tanto distante da realidade da cidade de Novo Hamburgo. Se andávamos pelas ruas, era preciso um esforço muito grande para nos depararmos com essas vidas, que pareciam se esgueirar pelos cantos. Decidimos, então, buscar outras alternativas de aproximação. Foi nesse momento que encontramos a possibilidade de nos aproximarmos dos participantes a partir do contato com o Serviço de Abordagem de Rua – SAS Rua do município. Logo no primeiro contato, a equipe mostrou-se interessada em disponibilizar seu espaço e tempo para problematizar a questão das pessoas em situação de rua. Fizemos alguns contatos e a prefeitura consentiu que a pesquisadora acompanhasse algumas atividades do serviço, a fim de que se pudesse construir o Projeto de Dissertação. Como falamos ao início dessa pesquisa, tudo se resolveu caminhando. Da mesma forma, solvitur ambulando, é que as ideias aqui propostas foram sendo tecidas. No contato diário com a realidade das pessoas fomos desenhando um esboço sobre como trabalhar com a imagem na cidade. E é sobre esse esboço que seguem as próximas linhas desse trabalho.

É importante dizer, ainda, que o material dos roteiros e fotografias utilizados para a construção da pesquisa possui o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) assinado pelos participantes, o pesquisador e o orientador e devidamente armazenado, assegurando o sigilo sobre a identidade dos participantes. Portanto, ao longo de toda dissertação, os nomes dos participantes foram preservados.

Eis uma coisa que sempre acontecia quando nos encontrávamos para pensar sobre que roteiro produzir: a lembrança das fotografias que não se tem mais e que dão saudades. Rapidamente estávamos em outro tempo, escutando e imaginando os lugares e as pessoas que faziam parte das fotografias que pertenciam a eles; eram filhos, pais, férias, amores... Das fotografias, sem perceber, passavam a contar diversas histórias. De tanto escutar, passei a poder ver as fotografias que eles contavam e foi então que percebi como eram interessantes os álbuns de fotografia. Quem, quando criança, não olhou estarecido para as imagens do álbum enquanto alguém lhe dizia que era você que estava ali? Quem não escutou inúmeras histórias a respeito de si enquanto diziam como a fotografia fora tirada? Mas o que mais causa espanto é que, estranhamente, se até aquele momento não havia nenhuma recordação sua a respeito daquilo, agora passa a ter. Repentinamente, a narração que o outro faz a respeito do instante da fotografia cria uma intimidade com a gente que nos faz lembrar de uma lembrança que não temos. Esquisita a sensação desse encontro com a gente que não é mais a gente. Depois de passar os roteiros da palavra falada para a palavra escrita e lê-los para quem os criou, descobri que isso não ocorre apenas quando a gente é criança, acontece a todo instante. Escutar como o outro pode contar sobre nós causa estranhamento. Mais, um simples gesto de pedir que se conte sobre uma fotografia nos faz contar uma vida. Nesse dia, damos-nos conta de que nenhuma lembrança é apenas nossa. Da mesma forma, quando me escolheram para escrever os roteiros de suas lembranças, suas cenas passaram a fazer parte das minhas cenas também.

2.3.3. Entre os suportes e o colapso

Quem, em algum momento, já experimentou viver um pouco mais próximo das pessoas em situação de rua sabe que esse encontro ocorre a partir de uma lógica temporal diferente dos relógios que Baudelaire tanto questionou. Nessa pesquisa não foi diferente. Percorremos a cidade de Novo Hamburgo durante praticamente um ano e durante todo esse tempo, poucas foram as vezes em que o tempo que propusemos à pesquisa foi o tempo em que ela ocorreu. Num primeiro momento, o descompasso produziu a sensação de que a ideia de pesquisa iria fracassar, de que não havia espaço para as imagens utópicas de uma cidade. Todavia, ao se dispor a solvitur ambulando, começamos a escutar o tempo da rua e a descobrir que o contrato do tempo não está fixado no tempo mecânico dos segundos, minutos e horas, mas na confiança que se tem de que o outro vai estar a sua espera. Quando perceberam que a pesquisadora era capaz de suportar a espera sem que eles, necessariamente, aparecessem e, mesmo assim, continuar apostando na possibilidade deles dizerem do habitar a cidade, os encontros passaram a ocorrer. Passamos a nos encontrarmos uma vez por semana e, ainda que sobre a constante frase: ‘Bah! Achei que tu não viria, achei que tu tinha esquecido’. Mas sempre estávamos à espera um do outro.

Foram alguns encontros, sempre espreitados pela possibilidade eminente do colapso, de que o próximo encontro não poderia ocorrer e que poderia se tornar um nunca mais. Tivemos alguns colapsos, alguns encontros não possíveis, alguns pela intervenção do Estado através da figura do juiz e do sistema prisional, outros pela complexa relação com as drogas, mas decidimos esperar, dar o tempo que a cidade não se propõe a dar. Muitos foram os momentos em que nos encontramos sozinhos, talvez imaginando que o trabalho não poderia seguir, mas, depois de muitas manhãs esperando, descobrimos o quanto a espera era necessária. Numa manhã de sol os roteiros começaram a surgir. Um após o outro puderam ter seu tempo de pensar - ar. Sobre como esses momentos puderam surgir? Ainda nos questionamos e temos a sensação de que não poderemos respondê-lo, entretanto, sempre que fazemos isso, lembramos da fotografia que abre toda a discussão que tivemos até o momento. O ângulo que eles escolheram fotografar forçou o fotógrafo a encarar, junto com eles, o palco vazio. Quando escolhemos revelar as fotos, essa estava entre elas e a pergunta finalmente pôde ser feita: “se uma cena da vida de vocês estivesse passando naquele palco, qual seria?” Duas semanas depois João me diz a cena, sem acreditar muito que poderíamos recriá-la

conforme a sua imaginação. Uma semana depois de João, Lisandra também escolhe uma cena. Diferentemente de João, ela escolhe uma imagem que não se fez presente ainda.

Como iríamos criar uma cena, precisávamos pensar sobre como fazê-la fotografia e, para isso, descobrimos que teríamos que transformar as palavras faladas em palavras escritas, que pudessem lutar contra o apagamento que tanto marcava suas vidas. Era preciso deixar registradas as ideias para que não fossem esquecidas, caso o colapso se apresentasse. Foi nesse momento que decidimos escrever os roteiros. Quando foram solicitados a escreverem suas cenas do habitar a cidade, disseram que precisariam que a pesquisadora as escrevesse. Ao poucos fomos descobrindo que delegar ao outro a função de escrita sobre si é fazer-se existir na cidade. Descobrimos que talvez pudéssemos instituir um outro lugar às ditas vidas infames, um lugar onde o choque com o poder não resultasse no apagamento de sua existência. A cada roteiro que ia surgindo, era estranho o modo como seus olhos se voltavam para o papel e sua escrita, como que estranhando a própria escolha. O que se segue é a tentativa destes roteiros ganharem forma, seja através de imagens, seja através da escrita sobre o que insiste em apagar-se...

ROTEIRO FOTOGRÁFICO I

O JOGO DO INTER

Ambientação:

A cena se passa num dia de sábado, mais especificamente no dia 22 de fevereiro de algum ano. Está um dia ensolarado e quente. É dia de jogo de Campeonato Gaúcho de Futebol, Internacional contra Veranópolis, no estádio Beira-Rio. O estádio está completamente cheio. Um pai e um filho decidem ir ao jogo, o menino, com 13 anos, tem sua segunda chance de ir ao estádio assistir ao seu time. Saem de Novo Hamburgo com destino a Porto Alegre, pegam um ônibus até o centro da cidade e lá pegam outro, direto para Porto Alegre. No centro de Porto Alegre pegam outro ônibus até o estádio. No caminho até a arquibancada o menino ganha do pai uma camisa do Inter. Naquele dia o placar ficaria 5X2 para o Internacional e, em cada comemoração a sensação do garoto se alternaria entre sumir na multidão do estádio e comemorar com o pai. Após o jogo, o menino se farta comendo um cachorro-quente que seu pai lhe deu. Não precisou usar drogas nesse dia. Para o garoto, depois de mais de 10 anos passados, esse foi o dia mais feliz de sua vida.

CENA:

A comemoração do terceiro gol do inter

A escolha da cena é o momento em que pai e filho estão comemorando o terceiro gol do internacional. Para a cena o autor escolheu que o estádio não tenha outras pessoas além do pai e do filho.

Cenário:

- Uma arquibancada num campo de futebol, repleta de bandeiras e faixas na cor do time internacional, num dia de sol.

Personagens:

- Pai: homem de estatura mediana, magro, sem barba, vestindo Roupa Social (calça de terno, sapato democrata, camisa microfibra bege, manga comprida). Nesse dia parece estar de folga, mas sua profissão é ser guarda municipal;

- Filho/ o guri: menino magro, na idade de 13 anos, baixo, com cabelo comprido. Veste boné, camisa do internacional, calça tãctel e tãenis Adidas. Desde os 12 anos o menino mora sozinho, numa casa que a mãe lhe deu.

Ângulo fotogrãfico:

- Do campo de futebol para a arquibancada onde estão o pai e o filho.

Local de produção: Praça da Dimelo

ROTEIRO FOTOGRÁFICO II

UMA FAMÍLIA

Ambientação:

A cena escolhida surge a partir da produção escrita da autora: "Eu não entendo porque a vida existe (é a palavra que consta escrita, mas ela verbalizou insiste) me levar por caminhos que só trazem dor e sofrimento, caminhos estes que Não escolhi para mim, caminhos que só me fazem chorar. Minha vida é assim, é tão difícil suportar, vivo dormindo nas casas abandonadas. A sociedade diz que não tem mais jeito. O sonho da minha vida é um dia construir uma família, Não dormir mais nas ruas onde ninguém ocupa, mas também não deixam ser ocupadas." Depois de ler o que escreveu, descreve o que considera ser construir uma família, que é a cena que escolhe para fotografar.

CENA:

Um final feliz

A cena escolhida é a de uma mãe sentada com seu filho no tapete da sala de estar da sua casa, cuidando e brincando com ele. Entretanto, enquanto montávamos a cena, a descrição de como estariam as pessoas que participam da cena levou a autora a descrever uma nova cena, de uma mãe embalando seu filho no balanço da pracinha.

Cenário:

- Uma pracinha com um balanço no segundo plano e, no primeiro plano, uma sala de estar onde há um sofá, um hack, uma televisão, um computador, um tapete, alguns brinquedos.

Personagens:

- Mãe: uma mulher de vinte e poucos anos. Uma legging, uma babylook, um tênis, uma luna (um óculos), uma bolsa.

- Filho: um menino, bebê de 07 meses de idade. Lindo, chorão, risonho. Um boné nike virado para trás, uma blusa pólo, tênis Nike e bermuda cheia de bolso (bermuda playboy).

Ângulo Fotográfico:

- De longe e de lado.

Local da produção: Pracinha infantil localizada na Praça em frente ao Banco do Brasil.

3. A PROCURA DE CIDADES INVISÍVEIS

Se pudéssemos contar com a previsibilidade do relógio, o próximo momento após fazer os roteiros seria o de tentar fazê-los através da imagem fotográfica, entretanto, como tantas vezes já falamos ao longo da dissertação, o tempo era outro. Tempo de interrupções, erupções como as que são sentidas ao longo da leitura desse texto. Enquanto esperávamos (esperança), sabíamos que tínhamos como compromisso ético tentar produzir análises sobre essa imagem que não conseguia surgir enquanto ato de fotografia. As páginas que se seguem são elucubrações desse tempo de espera.

3.1. A invenção do urbano

Milton Santos (1996), em seu livro *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*, afirma que, a cada instante e de forma conjunta, alteram-se tempo, espaço e mundo. A definição e o entendimento a respeito de cada um, necessariamente, irá se constituir a partir de sua inter-relação com os demais conceitos. Dessa forma, a percepção acerca do espaço está intimamente ligada à maneira como foi se construindo a historicização sobre o mesmo, possuindo, em muitos momentos, uma estreita relação com a forma como os transportes e as comunicações foram se desenvolvendo e tecendo o que ele conceitua como tempo social (SANTOS, 1996). Ao admitir-se essa lógica de composição, o autor coloca que possuímos como desafio de estudo e pesquisa construir um conceito de presente que comporte essa complexidade.

Portanto, ao se constituir uma escrita sobre a cidade é preciso que se estabeleça uma compreensão sistemática sobre como determinadas realidades históricas se constituem, tentando compreender como a cidade passou a ser entendida enquanto espaço urbano. Segundo Choay (1994) - pesquisadora, filósofa e historiadora francesa que estuda sobre as teorias e formas urbanas e arquitetônicas -, o termo urbanismo remonta a um período bastante específico onde, no final do século XIX, emerge um

discurso específico sobre o urbano e um enfoque radicalmente novo da cidade como objeto: atitude instaurada pela grande ruptura da revolução industrial, onde é preciso reter a repercussão das transformações tecnológicas, econômicas e demográficas, que fizeram surgir uma nova problemática do urbano e, igualmente, a dimensão crítica doravante afetará

as relações da sociedade ocidental com suas produções (CHOAY, 1994. p. 13).

A autora destaca, ainda, que desde seu surgimento, o discurso a respeito do urbano sempre pretendeu estabelecer-se como discurso científico acerca do urbano e, por isso, passou a construir modelos e, conforme Santos (1996), técnicas para aplicação prática de suas teorias.

Dessa forma, iremos discutir a respeito dos discursos científicos que foram sendo construídos sobre o urbano ao longo dos últimos séculos e a forma como estes foram influenciando a maneira como as cidades passam a ser percebidas diariamente e, para tal, Choay (1994) destaca dois modelos de discurso urbanos: o culturalista e o progressista. É importante ressaltar que, segundo a autora, esses modelos não devem ser entendidos apenas como exemplos, mas, também, como duas ideologias¹⁵ do século XIX.

O modelo culturalista, atravessado pela influência das idéias de Ruskin, escritor e desenhista inglês, e William Morris, pintor e escritor inglês, “tem a imagem da bela totalidade cultural das cidades antigas e visa à realização harmoniosa da pessoa total” (CHOAY, 1994. p. 14), marcado pela idéia de que nas cidades antigas há uma potência a ser preservada e buscada, entretanto, não numa relação histórica com esse passado, apenas como lugar repleto de modelos, lugar da história como verdade inquestionável. Por outro lado, o modelo progressista tem suas identificações em dois socialistas, o francês Fourier e o galês Owen e possui como premissas, justamente, romper com o passado e com suas tradições, afirmando sempre o presente e assumindo, como “seus valores práticos, a higiene e a produtividade” (CHOAY, 1994. p. 14). Portanto, no seu ímpeto de apagar o passado, o modelo progressista impossibilitou de criticar a si próprio e a sua implicação na produção urbana, pois ignoraram a sua própria relação com a tradição.

Apesar dos modelos serem claramente distintos um do outro, onde um firma-se sobre as cidades do passado e o outro pelo oposto, a negação da história do espaço, Choay (1994) coloca que há semelhanças nos dois discursos por parecerem não terem uma contribuição efetiva da história, não buscarem a articulação e a produção de discurso acerca do espaço urbano a partir do discurso histórico. Ao realizar essa análise, a autora afirma de que é preciso haver uma mudança na perspectiva epistemológica dos discursos sobre a cidade para

¹⁵ A respeito das ideologias, Santos (2001) afirma que precisamos estar atentos aos discursos hegemônicos que produzem a ideologia, porque a ideologia possui papel fundamental no que diz respeito a produzir, reproduzir e disseminar a cultura de globalização atual, “no lugar do fim da ideologia proclamado pelos que sustentam a bondade dos presentes processos de globalização, não estaríamos, de fato, diante da presença de uma ideologização maciça, segundo a qual a realização do mundo atual exige como condição essencial o exercício das fabulações” (SANTOS, 2001. p. 19) .

que a historiografia do urbano possa ser articulada e inserida na produção de conhecimento das cidades. Dessa forma, ela destaca que apenas a antropologia e a linguística estrutural conseguiram realizar esse movimento, mas que, apesar disso, Choay (1994) reconhece em dois urbanistas o início de uma articulação mais complexa entre urbano e histórico. O primeiro, Ildefonso Cerda (meados do século XIX), um dos precursores do Urbanismo moderno, foi o primeiro autor a construir uma relação entre o modo de organização urbano com a sua história, como também, da relação das estruturas urbanas com o transporte e a movimentação da cidade, colocando-se em relação com o tempo presente. Já o segundo, Giedion, apenas surgirá nos anos de 1920, como o precursor na construção de um método próprio dos urbanistas, que levava em consideração as relações entre a reforma do espaço e a história.

Após Cerda e Giedion, com o advento da antropologia estrutural, a ideia de que se poderia dissociar a forma de seu conteúdo no que diz respeito aos espaços urbanos, foi colocada em questão na medida em que se passou a pensar o espaço como um lugar capaz de produzir significações das relações. Dessa forma, os estudos da antropologia contribuíram ao campo dos estudos urbanos porque passaram a conceber que cada espaço é produzido por um sistema de relações e, portanto, incapaz de sustentar o mito dos progressistas de que o espaço é absoluto e universal. Com a Língua e o surgimento de uma semiologia urbana, foi possível problematizar a não-significação dos novos conjuntos urbanos, bem como, com a literatura e as artes, produzir abertura e pluralidade ao discurso urbano (CHOAY, 1994).

Todavia, a autora destaca que, se a antropologia e a linguística produziram uma nova forma de entender e realizar os estudos urbanos, isso só foi possível através das suas articulações com a história. Seguindo a respeito da contribuição da história para o urbanismo, ela destaca três eixos: história comparativa, história contemporânea e história de duração dilatada.

O primeiro, entendido com história comparativa, é entendido como a história da organização de um espaço urbano que é produzida a partir da comparação com outros arranjos estruturais, seja social, econômico, como até epistemológico. Esse eixo possibilita que, frente a elementos muito parecidos, diferentes abordagens sejam realizadas devido à possibilidade dos mais diversos recortes, proporcionando a compreensão sobre as formas como diversos modos de entendimento sobre o urbano possam emergir ao mesmo tempo.

O segundo, nomeado de história contemporânea, coloca em evidência a existência de novas configurações do urbano e a necessidade crítica em relação aos modelos e conceitos herdados sobre o urbanismo. Pensar a atualidade a partir dessa concepção histórica é admitir

que as formas de aglomeração humana atuais não ocorrem da mesma maneira que ocorriam na modernidade e que é necessário estabelecer um estudo a respeito disso a partir da relação do urbano com as novas tecnologias que se apresentam.

O terceiro eixo, nomeado de história de duração dilatada, ao estudar a relação do homem com a terra, admite a coexistência de estruturas históricas que se transformam, não necessariamente ao mesmo tempo, mas que vão produzindo sentidos para a relação do homem com o espaço em que habita. “A antropologia ou a arqueologia pré-histórica poderão contribuir, bem como a psicologia. No entanto, essa tarefa pertence, essencialmente, à história. (...) como definida por F. Braudel ‘história dos homens em suas relações estreitas com a terra’” (CHOAY, 1994. p. 24).

Ao final de tal discussão, Choay (1994) coloca que as possibilidades de reflexão acerca do urbano, de uma forma clara ou não, têm como características esses dois modelos de pensamento urbano e que só seremos capazes de pensar na superação da dicotomia progressista e culturalista se produzirmos um novo enfoque epistemológico a partir da história, um enfoque que considere o pertencimento da sociedade a um dado local e tempo e a condição de sujeitos das pessoas dessa cidade.

Essa complexa articulação entre diversos discursos teóricos que foram sendo produzidos acerca da cidade ainda é um desafio não superado, mas sua enunciação já nos coloca a possibilidade de que, se não formos capazes de superar a dicotomia, sabermos da necessidade de inventarmos novas formas de dizer. Nesse sentido, Rodrigues e Baptista (2010) trazem um elemento importante à constituição desse discurso. Eles também destacam que a mudança que as cidades medievais sofreram em favor do desenvolvimento de um novo modelo de cidade instaurou na sociedade ocidental a questão do urbano. A destruição das ruelas tortuosas e incertas da cidade medieval, para dar espaço às grandes avenidas das cidades modernas, produziu um movimento intenso à vida urbana e inspirou novos modelos e concepções estéticas do espaço. Entretanto, os autores destacam que essas intensas transformações não se limitavam apenas aos aspectos físicos da cidade, como também, a uma mudança existencial de seus moradores, mudanças “no campo da subjetividade ou, mais especificamente, na construção da individualização da subjetividade” (RODRIGUES E BAPTISTA, 2010. p. 422). Ao assumirem que há uma articulação entre espaço e subjetividade os autores destacam a importância de que, tanto os estudos sobre a subjetividade, como os estudos sobre o espaço, sobre as cidades, não tomem essas duas questões como campos distintos e separados, independente, mas como realidades que coexistem e se co-produzem, como segue na discussão sobre a urbanização brasileira.

3.1.1. Brasil: da colônia à urbanização

É bastante evidente que a história da urbanização do Brasil possui traçados distintos do que a Europa, mesmo que seu processo de urbanização advenha da colonização europeia. Na década de 50 tiveram início no Brasil discussões e investigações sobre o planejamento urbano. Os pensadores da época voltaram seus estudos para as questões que envolviam as origens, as evoluções e as possibilidades da urbanização brasileira. Nesse primeiro momento de investigação, os pesquisadores se voltaram para a questão da influência da colonização nos processos urbanos, dividindo, assim, a América Latina em duas influências: a portuguesa e a espanhola. Enquanto a América Portuguesa passou a ser entendida a partir de uma perspectiva de desorganização e falta de planejamento (claramente atravessada pelo mito de que remontava as cidades medievais portuguesas), a América espanhola foi tomada como cidades que se desenvolveram a partir de leis, que fundaram cidades com quadras bem definidas e geométricas (SANT'ANA, 2001).

A compreensão do processo de urbanização na América, a partir da diferenciação entre as cidades, influenciou a forma como o estudo sobre o espaço urbano brasileiro foi sendo realizado. Segundo o autor, a partir do mito das cidades medievais portuguesas, os estudiosos passaram a entender o processo de urbanização do país como correlato ao processo de urbanização de Portugal. Enquanto alguns autores questionavam a irregularidade das cidades medievais portuguesas, outros a afirmavam. Entretanto, Sant'ana (2001) critica esse modelo de pensamento sobre o urbano que surgiu no país, pois, segundo ele, seria um equívoco preocupar-se com a comprovação de que as ruas brasileiras possuem um traçado irregular e, mais, de que os colonizadores, ao construírem as cidades brasileiras, haviam pensado em repetir o modelo das cidades portuguesas.

Contudo, se muitos pensadores utilizaram-se desse modelo de urbanismo para pensar o desenvolvimento das cidades no Brasil, Sant'ana (2001) afirma que Nestor Goulart Reis Filho e Roberta Marx expandiram a discussão ao afirmarem que além da questão da colonização influenciar o dito não urbanismo brasileiro, o fator socioeconômico em que se encontrava o Brasil Colônia foi determinante. Portanto, a análise sobre as diferenças entre as duas colonizações não deve ser tomada a partir das diferenças físicas que se apresentam nas cidades de colonização espanhola e portuguesa, pois ambas eram mais do que a cópia de um

modelo de cidade do colonizador e se desenvolveram a partir da dinâmica de funcionamento colonial que operava em cada uma das cidades.

De acordo com o autor, o fato do período do Brasil Colônia (1530-1815) ser marcado, principalmente, pela política de exportação de açúcar à Europa - que influenciou de forma contundente a organização do país por um longo período - teve como característica a produção agrícola, o trabalho escravo e dar retaguarda ao mercado europeu. Esses fatores foram determinantes para que as cidades se desenvolvessem a partir das necessidades rurais. Dessa forma, ele destaca que no Brasil foi a dinâmica de funcionamento rural que determinou a forma de organização das cidades brasileiras, além das limitações produtivas que Portugal impôs ao Brasil Colônia por receio de que esse produzisse de forma a afetar o comércio do país europeu. Assim, baseado no dinamismo centrado no campo, as cidades tiveram certo crescimento pela necessidade do mercado, entretanto, apenas as cidades “reais”, que ficavam no litoral e eram controladas pela metrópole, tiveram algum planejamento.

Durante o século de XVII, com a crise no preço do açúcar, que, mais tarde, resultaria na divergência entre coroa portuguesa e colonos brasileiros e provocaria uma reorganização administrativa da colônia, tendo em vista o objetivo de centralizar o controle e cuidar das fronteiras com a América Espanhola, é que algumas mudanças em relação ao processo de urbanismo vieram a ocorrer. Entretanto, se essa política inicia-se no século XVII, é somente no seguinte que vai se efetivar (SANT’ANA, 2001). Santos (1993) vai afirmar, inclusive, que se esse processo de urbanização iniciou-se no século XVIII, favorecendo para que os senhores feudais se estabelecessem na cidade, é apenas dois séculos depois que as cidades iriam passar a ter as características que conhecemos hoje.

É importante lembrar que, num primeiro momento pós-descobrimto do Brasil pela Coroa Portuguesa, não houve nenhum interesse por parte dos colonizadores de povoar a região. Durante certo período, a relação da Coroa Portuguesa com o território brasileiro era apenas de extração. Dessa forma, a ausência de portugueses nas terras fez com que os franceses iniciassem um processo de ocupação, o que resultou na resposta de Portugal instituindo como primeira política de ocupação a criação das Capitânicas Hereditárias. Com o fracasso desse modelo de ocupação, devido à distância geográfica e econômica em relação a Coroa Portuguesa, Portugal forçou-se a reorganizar a administração a fim de proteger os territórios dos constantes ataques dos índios e franceses. Institui-se, então, um Governo Geral

e é nesse momento que se iniciam algumas atividades de urbanização do país (SANT'ANA, 2001).

Portanto, para Sant'ana (2001), a questão que se coloca em relação ao desenvolvimento urbano na América não deve pautar a diferenciação entre América Espanhola e América Portuguesa na questão do caos e da ordem, mas antes, nas características sócio-econômicas que cada uma das cidades vivenciou. Enquanto o Brasil se constituía a partir da produção agrícola, do açúcar e, posteriormente, do café, as cidades colonizadas pelos espanhóis tinham como principal atividade a extração e exportação de metais preciosos, o que influenciou de forma decisiva para que elas desenvolvessem os seus centros urbanos.

Santos (1993), em seu livro intitulado *A urbanização brasileira*, vai problematizar a maneira como as cidades brasileiras vão se transformando até adquirirem as características que conhecemos hoje. Segundo o autor, o período inicial das cidades relatado acima, mais do que nomear como um processo de urbanização do país, caracterizava-se por um movimento de fazer cidades. Outro elemento que iria influenciar o modo de construção das cidades dizia respeito às diferenças de ocupação do território brasileiro. Imaginar um país como o Brasil, com a extensão de terra que possui, sem um processo de construção de transporte entre as regiões, como era no início, é entender como determinadas regiões se estabeleciam de forma tão diferente em relação às outras. Fazia com que dentro de um mesmo país as relações entre as regiões fossem enfraquecidas, gerando diversas realidades sócio-econômicas, influenciando a maneira como cada uma das cidades ia ganhando forma.

Com uma economia baseada na agricultura, a partir da segunda metade do século XIX, São Paulo torna-se o pólo brasileiro de produção cafeeira e, com isso, sua economia passa a abranger a região compreendida como sudeste e sul. Da necessidade de reorganização, a fim de desenvolver tecnologias de produção do café, essa região do Brasil passa por uma reorganização espacial que produz um grande investimento nas formas de movimentação entre os espaços. Dessa forma, a produção do café traz novas demandas à região, seja o desenvolvimento de técnicas para a melhoria da produção do grão, seja a necessidade de criar vias de transporte do produto, bem como o desenvolvimento do comércio para a exportação. Portanto, a mecanização e o processo de vias de escoamento trouxeram grandes mudanças, não apenas em relação aos aspectos físicos do território, como também, aos aspectos sociais. Enquanto se construía rodovias e estradas de ferro que

mudavam a geografia do país, crescia também, a necessidade de se entrar no comércio internacional e sua lógica capitalista do consumo, o que resultou em muitas mudanças na organização da cidade e de seus moradores, efetivando a fluidez da produção de café e do capital. Santos (1993) nos coloca que é nesse processo intenso de mudança urbana que a industrialização começa a fazer parte da realidade brasileira, entretanto, ele afirma que a crescente industrialização restringiu-se apenas a essa região.

Por volta da metade do século passado, o país encontra-se em franco processo de industrialização, evidenciam-se processos de formação de um mercado interno, bem como de tentar integrar a industrialização às outras regiões do país. Com isso, a crescente relação com o consumo que as cidades passam a ter começa, também, a produzir um processo de urbanização em diversos lugares. Portanto, Santos (1993) destaca que até o final da Segunda Guerra Mundial a economia do país baseava-se, fundamentalmente, na agricultura, assumindo grande influência sobre as decisões que eram tomadas acerca do país e tendo grande parte da população centrada nessas regiões. Apenas no período pós-guerra, em que a organização econômica mundial sofre grandes mudanças, é que o Brasil começa a estabelecer outras relações com a sua produção e as cidades passam a ter grande relevância para todo o território do país. É nesse momento que o país vai viver o grande crescimento demográfico das cidades, movimento que não cessou até a atualidade. O último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, demonstrou que somos mais de 190 milhões de brasileiros, sendo uma população vinte vezes maior do que em 1872, quando foi realizado o primeiro recenseamento no país e, dessa população, 84% vive nas áreas urbanas. Em pouco mais de um século, a população do país não só cresceu significativamente, como encontrou nos centros urbanos o espaço para viver.

Portanto, a partir do que Milton Santos (1993) apresenta sobre o processo histórico de urbanização do país, apesar do Brasil ser entendido como sendo descoberto há mais de quinhentos anos, apenas há menos de um século que as cidades passaram a ocupar um lugar de centralidade na economia. O pós-guerra foi marcado por intensas mudanças na organização econômica do ocidente e, partir de então, os brasileiros passaram a viver a transformação de um país que começa a inserir-se numa lógica de capitalismo internacional, abrindo-se ao mercado internacional e, com isso, necessita que seu território torne-se articulado e fluído, entretanto, a articulação em favor da abertura do país ao mercado internacional não garantiu uma articulação interna, ao contrário, favoreceu o declínio das articulações entre os espaços brasileiros (SANTOS, 1993).

As mudanças que passam ocorrer no país a partir de sua transição de um país agrícola para um país industrial influenciam, também, a forma como as técnicas passam a ser concebidas. Sobre esse aspecto, Santos (1993) destaca que, primeiramente, no período entre os séculos XVIII e XIX, o país sofreu uma mudança significativa, de uma organização baseada em um meio natural (a produção agrícola) para um meio técnico (produção industrial) e, atualmente, vivenciamos uma organização baseada a partir do meio técnico-científico-informacional. Para o autor, as mudanças que ocorreram produziram uma realidade em que a ciência e técnica desenvolveram-se de tal forma que, atualmente, o meio técnico-científico-informacional encontra-se sobre o meio natural no que diz respeito às mudanças que ocorrem no território. Dessa forma, o que passa a ter relevância para o território e a constituir-lo é a forma como a informação passa a fluir. Com a fluidez da informação, a expansão das áreas habitadas passa a se dar de forma mais rápida e o modo de organização econômica atravessada pelo capitalismo expande-se para todas as áreas do país, estabelecendo-se como regra (SANTOS, 1996).

Com o desenvolvimento do meio que privilegia a técnica, a ciência e a informação, o país vai transformando-se, cada vez mais, fluído. Aliado a essa possibilidade de fluidez, o fenômeno de expansão da lógica capitalista para todas as regiões instaura um processo de dispersão industrial e agrícola. Segundo Santos (1993), essa descentralização da produção não diz respeito a um movimento de desenvolvimento geopolítico do país, mas as próprias demandas que o mercado impõe. A questão da distância não é mais questão, o transporte possibilita chegar aos lugares mais distantes do país e de diversas maneiras, passa a ser questão as possibilidades de ganho financeiro que cada região tem a oferecer. Portanto, nos assinala Santos (1993), o crescimento da integração entre regiões através da produção e da inserção do capitalismo não é sinônimo de articulação social entre as regiões. As condições de existência em cada território não são garantidas pela chegada de uma nova indústria à cidade.

Reconstituindo a história da urbanização do Brasil, Santos (1993) nos coloca que é possível perceber que o país passou da fragmentação dos espaços, onde cada qual tinha relativa autonomia, para um considerável crescimento da interdependência dos espaços que o compõe. Entretanto, uma interdependência que rompe a articulação local para privilegiar uma inter-relação funcional entre regiões, determinando a forma como o território irá se constituir. O que faz determinada cidade ligar-se à outra é a possibilidade de que essa possa ter alguma função de desenvolvimento à primeira, ou vice-versa. A crescente abertura para o

estabelecimento de um meio técnico-científico-informal faz com que a técnica ganhe tamanha relevância para a sociedade que o meio natural passa a ser produzido por ela. O espaço geográfico artificializado através de sua constituição a partir da técnica é chamado por Santos (1996) de tecnoesfera, um meio completamente erguido a partir das idealizações de uma sociedade que encontra na técnica a possibilidade de construir o espaço a partir de seus ideais de consumo e produção. Dessa mudança, o homem passa a ter um domínio sobre o que até então não havia experimentado. Suas ações, desejos e sonhos podem, literalmente, ganhar espaço na geografia da cidade, estabelecendo uma nova dimensão que Santos (1996) vai chamar de psicoesfera. Dessa forma, a relação que se estabelece entre a tecnoesfera e a psicoesfera irá constituir o meio técnico-científico-informacional.

Santos (1993) alerta, entretanto, que se essas características são capazes de ter permeabilidade a um território, determinando os modos de vida que vão se configurar ali, a sua origem não é local, é fruto de um processo cada vez mais crescente de globalização do mundo, onde as normas podem ser ditadas ao mundo, entretanto, dizem respeito a uma pequena parcela desse mundo:

...o espaço nacional fica dividido entre áreas onde os diversos aspectos da vida tendem a ser regidos pelos automatismos técnicos e sociais próprios à modernidade tecnicista e áreas onde esses nexos estão menos, ou quase nada, presentes. Seria uma oposição entre espaços inteligentes, racionais, e espaços opacos, não racionais ou incompletamente racionais, comandando uma nova divisão regional do país e determinando novas hierarquias: entre regiões com grande conteúdo em saber (nos objetos, nas instituições e empresas, nas pessoas) e regiões desprovidas dessa qualidade fundamental em nossa época; entre regiões do mandar e regiões do fazer. (SANTOS, 1993. p.47).

Dessa forma é que assistimos nas últimas décadas o movimento de migração urbana. São Paulo é a cidade mais emblemática desse fenômeno em que determinadas regiões do país passam a ser atrativas em detrimento de outras. Um grande contingente de pessoas habituadas à rotina do campo passam a ter olhos para a cidade na perspectiva de que ali tenham melhores condições de sobrevivência e, assim, assistimos ao processo que Santos (1993) nomeia de involução metropolitana. As cidades atraem milhões de pessoas para a vida urbana, entretanto, os conhecimentos que essas pessoas possuem e a impossibilidade do tecido urbano de absorver todo esse contingente cria grandes diferenças econômicas entre os moradores, criam imensas populações pobres. Dessa forma, outras racionalidades passam a operar no urbano, que o autor chama de “formas econômicas menos modernas”, que pouco contam para o crescimento econômico da cidade.

Nesse crescente domínio do meio técnico-científico-informacional sobre o meio natural, determinando a forma como o homem se relaciona com o espaço geográfico, a dicotomia entre cidade e meio rural passa a fazer menos sentido para a lógica de organização do país. Se no início da urbanização brasileira era o campo que ditava o desenvolvimento da cidade, com a hegemonia da técnica, a cidade é que passou a ditar os rumos do campo. As possibilidades de difusão da informação por todo o Brasil, instantaneamente, possibilitou a centralidade da metrópole em todos os lugares, pois como destaca Santos (1993) se, por um lado, houve grande expansão no espaço brasileiro da urbanização e do modelo econômico capitalista, por outro lado, o crescimento econômico não se expandiu para todo o território. Com a divisão em regiões de saber e regiões de fazer, um pequeno número de grupo é capaz de exercer o controle sobre o mercado, sua produção e consumo. Portanto, à medida que se expande o processo de produção para todo o Brasil, contraditoriamente, pequenas regiões passam a concentrarem toda a riqueza acumulada por essa produção.

Dessa forma, se até determinado momento a atividade de produção industrial era o que determinava o desenvolvimento de uma cidade, gradativamente, essa função de centralização de fábricas passa a perder poder e controle para as metrópoles que têm possibilidades de concentrar a organização, gestão e saber acerca da produção através de atividades que não estejam, necessariamente, vinculadas a atividades das fábricas. A possibilidade de fluidez entre espaços, o desenvolvimento científico das técnicas e meios de informação criam simultaneidades que destituem o tempo do relógio para se criar outro tempo, um tempo social, um tempo ditado pelo tempo da metrópole, dos centros de poder, como o Estado e as grandes empresas. Está lançada uma nova hierarquia entre os espaços urbanos, que não é mais baseada na extensão do território, mas nas funções que cada um é capaz de ocupar no cenário do mercado econômico (SANTOS, 1993).

Apesar dessa diferenciação que passa a ocorrer entre cidades, Santos (1993) destaca que os problemas encontrados nelas são bastante parecidos, fruto de um desenvolvimento urbano do século XX que se constituiu a partir do que ele chama de corporativista, onde determinadas firmas foram favorecidas em detrimento do desenvolvimento social. Neste sentido, ele coloca que

o próprio poder público torna-se criador privilegiado de escassez, estimula, assim, a especulação e fomenta a produção de espaços vazios dentro das cidades; incapaz de resolver os problemas de habitação, empurra a maioria

da população para as periferias; e empobrece ainda mais os mais pobres (SANTOS, 1993. p. 111).

Assim, através de um desenvolvimento corporativista, a organização econômica capitalista engendra-se no espaço urbano de maneira a produzir uma racionalidade econômica que cria modos de vida que passam a privilegiar a relação de consumidor e cliente em detrimento da condição de cidadãos.

O poder público passa a submeter-se a essa lógica corporativa e suas ações, prioridades e decisões, passam a ser tomadas a partir desse pensamento. Sob a marca do corporativismo, o Estado passa a criar políticas sociais que, ao invés de produzirem mudança social, geram outros problemas:

A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é o suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial (SANTOS, 1993 p. 10).

Diante de tal reflexão sobre a urbanização brasileira, as discussões acerca do espaço urbano tomam outras proporções. A questão passa a não ser mais a respeito da viabilidade do espaço físico da cidade, de como fazer para que mais pessoas habitem o mesmo metro quadrado, ou então, sobre quantas pessoas podem sair de carro sem que o trânsito entre em colapso, mas sobre que colapso é esse que tanto falamos. Questões de cunho prático-matemático podem ser necessárias, mas, muitas vezes, nos impedem de pensar sobre a complexidade que está diante de nossos olhos: que suportes estão evitando o colapso? Quem suporta o que na cidade? O que escapa a esse discurso? Na tentativa de mapear esses modelos espaciais de produção de pobreza, discutimos o modo como o espaço urbano de Novo Hamburgo se constituiu.

3.1.2. Novo Hamburgo: cidade de estrangeiros

Fui convidada por um amigo a mostrar Novo Hamburgo. Decidi levá-lo ao museu de história da cidade, a casa Schmitt-Presser¹⁶, onde fomos recebidos por um gentil guia. Ele nos acompanhou por tudo, nos contando cada detalhe de cada peça que compunha o museu. Já estávamos a um bom tempo discutindo sobre os objetos que ali estavam, desde a excentricidade deles até as suas funções, quando fomos informados de que haveria um segundo piso a conhecer. Na subida da escada deparamo-nos com um telefone, daqueles bem antigos, grandes, feitos de madeira. Para nossa surpresa, o telefone ainda funcionava. Depois de brincarmos um pouco com ele, nosso guia nos contou a história de como ele havia chegado ao museu: um dia ele estava trabalhando e um casal de moradores de rua bateu à porta do museu. O guia abriu a porta e percebeu que eles carregavam um saco nas costas. Entraram, fizeram algumas perguntas sobre o local, qual era sua função e, depois de um pouco de conversa, revelaram o conteúdo do saco e o porquê de estarem ali. Procurando coisas no lixo encontraram esse objeto que parecia ser um telefone antigo, pensaram que não deveria estar no lixo e que o único local onde poderia ser valorizado seria num museu. Foi então que se lembraram da casa Schmitt-Presser. Ao finalizar a história, o guia ainda comentou como era interessante que um morador de rua era mais capaz de valorizar um objeto histórico e que a pessoa que era dona o colocou na lixeira. Num primeiro momento fiquei tocada pelo gesto, mas num segundo momento indaguei.

*Tirar do ciclo da morte
aquilo que tantos desprezam -
restos, trapos, cordas,
estrados de cama e roupas sujas –
e fazer com que na tela
outra realidade se manifeste.
GALVÃO*

Que história que os objetos têm potência de nos contar? O que faz um objeto não ser lixo e ser história?

Escrever a respeito da história de Novo Hamburgo nos trouxe muitas inquietações. Remexer e revirar os escritos que compõem o discurso sobre como se constituiu essa cidade nos interrogou sobre o porquê de determinados discursos se repetirem tanto e outros passarem quase despercebidos. Com o incômodo, lembramos que todo percurso pela cidade implica a construção de um olhar sobre ela e que esse olhar está marcado por uma escolha ético-política. Decidimos, então, que antes de qualquer escrita seria fundamental demarcar as

¹⁶ O museu comunitário Casa Schmitt-Presser é considerado o principal museu da cidade e conta a história da colonização alemã em Novo Hamburgo. A casa que hoje abriga o museu foi construída em estilo enchaímél pelos primeiros colonizadores e, inicialmente, abrigava o tradicional comércio de secos e molhados da cidade.

escolhas ético-políticas que fizemos ao lermos os trabalhos. Sendo assim, algumas considerações foram tecidas a respeito do que compreendemos como história, a fim de contribuir para que a discussão sobre o passado da cidade articule-se ao seu presente.

Benjamin (1994), no escrito “Sobre o conceito de História”, realiza uma crítica contundente à forma como a história foi se construindo ao longo dos tempos. Suas teses, a todo instante, lembram-nos de que não é possível escrever sobre a história livres da ideologia de quem as conta. Ao contrário do que a história universal tenta estabelecer, a história não se constituiu de apenas um discurso. Convocando uma discussão ética a respeito do lugar de quem escreve e produz um discurso sobre a história, ele diferencia o historicista do historiador. Segundo o autor, o primeiro estabelece uma relação de empatia com os ditos vencedores da história e com a afirmação de que há uma história universal, já o segundo, sabe que a história precisa lutar contra as ideologias do presente para poder fazer surgir uma história que possa contar daqueles que sucumbem à ideologia.

Portanto, Benjamin (1994) compreende que a história não pode ser tomada como uma construção de um tempo homogêneo e vazio, onde há a ideia de que exista uma cronologia e uma exatidão dos fatos a ser revelada, mas em um tempo saturado de ‘agoras’, onde a história só irá cumprir sua função ético-política se estiver conectada a um presente. Para ele, um historiador “capta a configuração em que sua própria época entrou em contato com uma época anterior, perfeitamente determinada. Com isso ele funda um conceito de presente como um ‘agora’ no qual se infiltraram estilhaços do messiânico” (BENJAMIN, 1994. p. 232). Para o autor, a história não é um elemento isolado no passado, que nós devemos ir atrás de sua verdade, mas um elemento que ganha visibilidade a partir de como entendemos o nosso presente. A narração do passado está em movimento e se constitui a partir das experiências do presente. Dessa forma, o “cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história” (BENJAMIN, 1994. p. 223).

Portanto, o trabalho de resgate da memória e da história possui uma distinção necessária entre comemoração e rememoração. Enquanto a primeira diz respeito a um discurso que perigosamente desliza a uma religiosidade, ou a uma celebração do Estado, a segunda diz respeito

a uma certa ascese da atividade historiadora que, em vez de repetir aquilo de que se lembra, abre-se aos brancos, aos buracos, ao esquecido e ao recalado, para dizer, com hesitações, solavancos, incompletude, aquilo que ainda não teve direito nem à lembrança nem às palavras. A rememoração também significa uma atenção precisa ao presente, em particular a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente. (GAGNEBIN, 2009, p. 55).

Como já mencionamos em outro momento, para a autora, falar sobre o passado, a história, não ocorre da perfeita junção entre os fatos e as palavras, como se ali estivesse contida a verdade sobre a história e na pretensão em dizer como exatamente os fatos ocorreram, mas antes, a história se inscreve no presente, numa “ética da ação presente” (GAGNEBIN, 2009, p. 39).

Por isso, ao escrevermos sobre a história de Novo Hamburgo, fomos à busca dos pequenos elementos que quase passam despercebidos entre os diversos elementos grandiosos. Queremos lembrar que sob as grandes muralhas erguidas sempre existem cidades em cinzas, como Marco Polo nos lembra. Como em alguns momentos a nossa escrita diverge do entendimento de história que alguns trabalhos possuem, optamos por deixar bastante citações diretas dos textos, pois se entendemos que a história se faz a partir do presente e, não como fato isolado, as escolhas de determinadas palavras para se referir aos antigos moradores de Novo Hamburgo nos dizem dos modos de se constituir o tecido urbano hoje e, portanto, não podemos escolher outras porque estaríamos apagando essas nuances. É importante dizer que não temos a intenção de produzir uma dissertação sobre a história de Novo Hamburgo, entretanto, ao pesquisarmos a respeito, descobrimos um discurso bastante homogêneo, como poucas aberturas e, dessa forma, entendemos que seria importante produzir certas aberturas, interrogações que contribuam para pensar a respeito da produção de subjetividade que hoje se constitui em Novo Hamburgo, bem como sobre as potências da proposta de pesquisa dessa dissertação.

Decidimos procurar o que já havia de produções sobre a história da cidade e, ao realizarmos uma pesquisa mais sistemática sobre o assunto, deparamo-nos com algumas particularidades nas escritas, como o constante relato dos fatos a partir da presença de personalidades/entidades. E, antes que sigamos adiante nessa história, Benjamin (1994), alerta: “Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura” (BENJAMIN, 1994, p. 225).

Schemes (2006), em sua tese de doutorado, escreve uma biografia a respeito de Pedro Adams Filho e seu empreendedorismo, pois ele é considerado como um dos grandes responsáveis pelo crescimento da produção coureiro-calçadista na região; Behrend (2002) traça a trajetória e importância do primeiro jornal da cidade, o 5 de abril, fundado por Hans Behrend; Morchel (1990) discute os 75 anos de presença do colégio Marista na cidade e Kerber; Prodanov & Schemes (2011) discutem, através do acervo do Museu da Calçado de Novo Hamburgo, a importância do calçado para a formação da identidade, da econômica e do social na cidade. Portanto, ao lermos os trabalhos, apesar de assuntos distintos, percebemos três temáticas recorrentes no momento de falar sobre a história da cidade: a imigração alemã, recontada diversas vezes, sempre destacando o quanto que suas nuances fundaram a cidade; o setor coureiro-calçadista, com a pujança econômica que trouxe a cidade e os jornais locais da época, que hoje são elementos documentais importantes para estudar a cidade.

Todavia, nas últimas décadas uma diferença pode ser observada. Com a inserção do curso de história na instituição de ensino superior da cidade, começam a surgir alguns trabalhos que diversificam essa temática. Podemos citar as pesquisas desenvolvidas através do grupo intitulado Memórias, Identidades e Relações Étnicas em Novo Hamburgo, que resultou em um artigo que discute e analisa as publicações que saíram na imprensa local, durante a primeira metade do século passado, sobre as comemorações do dia 13 de maio de 1888, dia da Sanção da Lei Áurea, abolindo a escravidão no Brasil (MAGALHÃES, 2008). Ao lermos o artigo, percebemos uma tentativa de não traçar uma história homogênea de colonização alemã, mas diferenciar as diversas histórias que constituíram o tecido urbano de Novo Hamburgo. Ainda assim, o que se pode observar é que muitos investigam como determinadas representações influenciaram a identidade hamburguesa, sem, necessariamente, realizar uma crítica a isso, como, em alguns momentos, nos pareceu a dissertação escrita por Selbach (1999) que, apesar de escrever que é preciso construir uma crítica sobre como a cidade é vista, em muitas partes de seu trabalho, percebemos mais o relato de um fato do que a crítica a ele. Contrapondo-se a isso, ao constituirmos um entendimento de história a partir de Benjamin (1994), sabemos que “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como relampeja no momento de um perigo” (BENJAMIN, 1994. p. 224).

A cidade que é cenário desta pesquisa possui uma história um tanto recente se considerarmos apenas os documentos que a oficializam. Novo Hamburgo é uma cidade localizada no estado do Rio Grande do Sul, emancipada do município de São Leopoldo em

1927 e marcada pela história da colonização alemã no Brasil. Como já citado, pouco material se encontra a respeito de sua história, todavia, a maioria destaca o quanto que a colonização determinou a cultura dessa cidade. Schutz (1992) é historiadora de Novo Hamburgo e em seu livro sobre o assunto ela afirma: “a ocupação efetiva do território sul do Brasil, a melhoria da raça e a utilização do trabalho livre foram as principais causas que levaram o governo de D. Pedro I a oficializar, em 16 de março de 1824, a vinda de imigrantes alemães para o Brasil” (SCHUTZ, 1992. p. 33), dois anos após a declaração de independência do Brasil. Nesse momento, é importante destacar um lapso que encontramos nas escritas sobre a história da cidade. Dreher (2008) afirma que a “Alemanha não existia em 1824. Como Estado, ela só surgiria em 1871, após a Guerra Franco-Prussiana. (...) Foi só no Brasil que os imigrantes passaram a ser considerados ‘alemães’ e assim designaram-se a si mesmos”. (DREHER, 2008. p. 8). Elemento que não encontramos em nenhuma escrita sobre Novo Hamburgo que referem a descendência alemã de seus colonizadores.

Descobrimos aí, outro aspecto controverso de tal discussão. A terra que seria habitada pelos imigrantes, era antes, habitada pelos índios Charruas e Minuanos. Diante da preocupação imperial de tornar a terra mais branca, através da política de melhoria de raça de Dom Pedro I, e a dificuldade de acesso ao sul do país, o que aconteceu com as primeiras pessoas¹⁷ que moravam aqui permanece um tanto obscura, contada, muitas vezes, por aqueles que sobreviveram para contar: os imigrantes. Dessa forma, suas vidas passaram praticamente apagadas quando se trata de contar sobre Novo Hamburgo. Nas poucas linhas que encontramos sobre o assunto, foram registradas assim: “os índios dessa região eram chamados de bugres, rudes e medrosos, fugiam assustados quando ouviam ruídos estranhos. Demonstravam sempre grande interesse por objetos de arte” (PETRY apud SCHUTZ, 1992. p. 35).

Aos imigrantes, conforme Schutz (1992) coloca, Dom Pedro I havia prometido diversos benefícios para aqueles que concordassem em se aventurar em atravessar o oceano em condições precárias para se estabelecerem em uma terra desconhecida. Os benefícios iam desde a terra para habitar e produzir até o subsídio financeiro para realizar o desenvolvimento do local. Todavia, em 1824, quando os imigrantes desembarcaram no porto de São Leopoldo, as promessas e a realidade com que se depararam eram diversas; a terra não era produtiva

¹⁷ É importante destacar que o jornalista Agnaldo Charoy Dias lançou um livro em 2007 intitulado “A pré-história de Novo Hamburgo. A história dos vencidos”, que é baseado em relatos presentes no extinto jornal da cidade e em estudos e pesquisas sobre o assunto que são realizados pela Unisinos, Puc, UFRGS, FURG. Infelizmente não conseguimos ter acesso ao livro para sabermos como ele aborda o assunto.

como acreditavam ser, muitos dos imigrantes receberam suas faixas de terra depois de dois anos no Brasil e, em muitos casos, em mata fechada e com habitantes. O dinheiro que recebiam não era suficiente e, depois de algumas décadas, a colonização não parecia mais interessante ao governo do país e o subsídio foi gradativamente sendo cortado.

O isolamento geográfico pela falta de desenvolvimento dos transportes fez com que os imigrantes organizassem-se em pequenas colônias, com pessoas vindas do mesmo país, o que contribuiu para a preservação de muitos hábitos alemães na região. Essa questão é bastante evidente pela grande parte de idosos que prefere falar o idioma alemão¹⁸ ao português. A cidade passou a se desenvolver, no período de 1824 a 1927, ano da emancipação, através do comércio, tendo em vista que a cidade era atravessada pela estrada que ligava a serra ao Vale do Caí e à capital, Porto Alegre (SCHUTZ, 1992).

Schutz (1992) afirma que a fase decisiva para o desenvolvimento da cidade ocorreu “pelo trabalho pioneiro de Pedro Adams Filho, com a fundação da primeira indústria de calçados do Novo Hamburgo” (SCHUTZ, 1992. p.110), no final do século XIX, início do século XX. Com a emancipação, o desenvolvimento da indústria e do comércio só cresceu, levando, posteriormente, a cidade a ser a “capital nacional do calçado”. Segundo Selbach (1999), quando Novo Hamburgo se emancipou, em 1927, um forte movimento de modernização se espalhou pela cidade. Organização, ordenamento e disciplina eram as palavras que representavam o início desse planejamento urbano. O autor, ao falar a respeito do processo de urbanização de Novo Hamburgo, relata que o planejamento urbano e o plano gestor da cidade iniciaram-se, primeiramente, na parte central da cidade. Segundo ele, isso se deu porque a cidade tinha uma geografia marcada pela divisão étnica, como ele escreveu:

Em se tratando de questão étnica, havia forte separação até os meados de 1940. No lado privilegiado do arroio, onde passava o leito da viação férrea, viviam as puros descendentes germânicos, divididos entre Hamburgo Velho, local das famílias mais antigas, e Novo Hamburgo, onde ficava o comércio em geral. O outro lado do rio era reduto dos não alemães. Numa área vulgarmente conhecida como ‘África’, ficavam os de pele escura. Noutra, o ‘Mistura’, ficavam os ‘brazilianers’, aqueles que já tinham certa miscigenação. (SELBACH, 1999, p. 30)

¹⁸ Idioma que, na maior parte das vezes, é um dialeto local conhecido como hunsruck, diferente do idioma falado na Alemanha atual.

Com o desenvolvimento do setor coureiro-calçadista, tanto Schutz (1992) como Selbach (1999) destacam que houve significativo aumento na oferta de empregos nas fábricas, o que acarretou um intenso movimento de migração para a cidade. De acordo com Selbach (1999), isso ocorreu mais intensamente durante as décadas de 50 e 60, onde o ramo atingiu seu ápice. Os “não nascidos na comuna”, como repetidamente refere o autor, começaram a habitar os arredores da cidade, fazendo-a expandir significativamente. Schutz (1992) atribui a esse movimento a justificativa para a cidade ter pouco acervo cultural sobre a imigração e ter perdido algumas tradições, pois como ela coloca, a cidade

voltou-se para a industrialização e este fato acarretou, para o município, um contingente humano flutuante, grande parte mestiços, que vieram em busca de trabalho, ingressando no grande número de indústrias do município como operários. Esta gama da população, não sendo muitas vezes fixa, alimentando outros princípios e tradições e, muitas vezes, desconhecendo as suas próprias origens, pelo baixo padrão cultural, conviveu e convive na comunidade, influenciando-a profundamente (SCHUTZ, 1992. p. 98).

Selbach (1999) também afirma essa transformação, especialmente durante a década de 90, quando todas as características da cidade, de comunidade fechada e germânica, foram perdendo os seus contornos para dar espaço a outras culturas.

A década de 60 assistiu a um crescimento populacional intenso e, com isso, Selbach (1999) afirma que a cidade transformou-se: “Da rotina mecânica veio a indiferença. Desdém, desprezo, apatia, insensibilidade, negligência, qualidades do homem moderno ameaçado, ansioso por apagar o seu rastro na selva urbana, tal uma presa que foge do ávido caçador” (SELBACH, 1999. p. 55). Pois como destaca o autor, até o final da década de 40, Novo Hamburgo era uma cidade pequena, onde todos se conheciam, “ou ao menos tinham noção da procedência familiar. Como comunidade fechada, em muito importava a estirpe do indivíduo” (SELBACH, 1999. p. 53). Na década de 60 iniciou-se a exportação, gerando uma cidade extremamente dependente do mercado externo para a sua sobrevivência. Conforme ele coloca, o tão fatídico ano de 64 nem bateu a porta das fábricas da cidade, que continuaram o seu trabalho a todo o vapor. Na década de 90, com o fortalecimento da moeda brasileira, com a desvalorização do dólar e com a crescente entrada da China no mercado pelo baixo valor de seus produtos, a cidade viu-se falida, aumentando ainda mais a sua condição de pobreza.

Quanto ao processo de urbanização da cidade, Selbach (1999) nos coloca que durante a década de 60 a cidade passou por intensas campanhas e políticas públicas de limpeza e

higiene do centro da cidade, pois era o auge da FENAC (Feira Nacional do Calçado) e a cidade precisava manter-se limpa e ordenada aos estrangeiros que vinham de todo o mundo. Entretanto, como ele ressalta, essa política de limpeza urbana só se aplicaria às regiões centrais. Os demais bairros permaneciam tomados de sujeira e mau-cheiro, como as palavras de Selbach (1999) referem em relação ao arroio que dividia a cidade: “Nele, só passando com o nariz tampado” (SELBACH, 1999. p. 42)

Em um tímido capítulo de duas páginas intitulado “A exteriorização da miséria, um acontecimento moderno”, Selbach (1999) fala a respeito dos pedintes que andavam pelas ruas. Fala que a situação agravou-se na década de 50 e 60 e que, partir da década de 80, não foi mais possível andar pelas ruas da cidade sem se deparar com um mendigo. “Passear pelas ruas tornou-se uma opção um tanto constrangedora” (SELBACH, 1999. p. 94). Conforme ele coloca, se a cidade se orgulhava de sua limpeza e riqueza, eles começaram a mostrar as suas falhas. No capítulo seguinte, segue falando das crianças em situação de rua:

em Novo Hamburgo dos primeiros tempos após a emancipação, não era comum vagarem pelas ruas menores abandonados. Quando estes eram encontrados, a polícia administrativa tratava de recolhê-los para posteriormente serem encaminhados de volta aos pais. Era o tempo que menores de rua ainda tinham pais conhecidos. (SELBACH, 1999. p. 94)

Segundo o autor, a partir da década de 50, a questão das crianças em situação de rua foi se agravando e a cidade começou a tomar medidas como a criação de abrigos. O autor, que ao longo de todo o capítulo nomeia a população em questão de menores, refere que a cidade começou a culpabilizar as pessoas que vinham do interior para tentar a vida na cidade e que acabam ficando pobres e sem condições de cuidar de seus filhos. Dessa forma, ele diz que, frequentemente, as crianças começavam a mendigar, a usar drogas e, logo, estavam cometendo pequenos furtos e até matando. Nesse sentido, as fábricas, diante de um discurso de salvação através do trabalho, começaram a contratar os menores para trabalhar a salários mais baixos. Novamente se estabelecia uma relação em que a lógica das fábricas é que determinava as soluções aos problemas enfrentados na cidade.

Depois de tantas linhas a respeito de Novo Hamburgo, o que nos importa deixar em evidência - não para garantir o estabelecimento de uma nova verdade, mas para assegurar que não só os ditos ‘fatos’ façam parte da história - são alguns modos de subjetivação que vão se

constituindo a partir da relação dos sujeitos com o espaço, como também, algumas rachaduras que vão aparecendo nesse discurso hegemônico. Nesse caso em particular, queremos indagar a respeito dessa força do discurso da colonização alemã, que conta sobre histórias de vidas que foram ‘deportadas’ de seus países para habitar um lugar tomado por eles como inóspito e que, ironicamente, após constituírem uma cidade, fizeram dela um lugar inóspito a qualquer outra pessoa que ali chegasse, atribuindo as crises financeiras ao contingente de pessoas que passou a morar ali. Resta nos questionarmos por que os estrangeiros que ali chegaram não conseguiram acolher os estrangeiros que chegaram depois? Será que podemos, minimamente, restituir um lugar de escuta para aqueles que não podem ser lembrados através de monumentos, ruas e construções em sua homenagem? Por que a determinadas vidas é legada a história de uma vida infame?

3.2. A cidade e os moradores infames

Quando chegamos, não tivemos dificuldade em encontrá-lo, pois, apesar do dito descuido e esquecimento, ele não tinha uma aparência que se deixasse esquecer em meio à paisagem. Ele mudava a paisagem.

A escrita sobre Novo Hamburgo nos mostrou que muitas vidas passaram despercebidas ao discurso de colonização alemã, desde os primeiros habitantes da região até os novos habitantes que surgiram com o crescimento das indústrias de calçado. Nos breves momentos em que percebemos sua presença, em sua maioria, eram presenças marcadas pela insígnia da infâmia. Dos índios, que eram tidos como hostis à presença dos alemães, justificando-se a necessidade dos conflitos, e dos não alemães, que vieram para trazer pobreza à cidade.

A respeito dessas vidas infames, Foucault (2003) nos dá elementos para pensar como elas passam a ter alguma presença na história. Em seu trabalho de constituir uma antologia das existências da vida dos homens infames, afirma que sua escrita não é uma escrita de história, que ela se constituiu a partir de um sentimento não discernível - talvez curiosidade, ou talvez espanto - que surgiu ao ler os arquivos de internamento em hospital psiquiátrico do século XVIII. A maneira singular com que esses escritos de internação se faziam, com certo rebuscamento, foi lhe capturando a pensar sobre as vidas infames. Vidas breves, muitas vezes ditas em apenas algumas linhas, mas com uma intensidade que nos deixam em dúvida se a perplexidade diz respeito à forma clássica como as palavras compõem o escrito ou se diz respeito à violência dos fatos ditos.

Ele afirma que existem certas vidas que estão fadadas ao esquecimento, a nenhuma chance de fazerem parte de um discurso histórico, entretanto, deixam seus rastros, mesmos que breves, a partir do momento em que se encontram com o poder, ou melhor, chocam-se com ele. São vidas marcadas por uma existência que, se não tivesse chocado com o poder, seria como se nunca tivesse existido. Entretanto, o que Foucault (2003) nos coloca é que a essas vidas infames é dada visibilidade não para que delas se conte a algo, mas sim, para apagá-las. Na maioria das vezes, suas vidas ganham visibilidade a partir de um acontecimento importante onde mecanismos políticos e efeitos de discurso cruzaram-se. Seus breves relatos retornam como mero acaso.

Para a realização desse trabalho, Foucault (2003) utilizou-se de documentos dos “arquivos de internamento, da polícia, das petições do rei e das cartas régias com ordem de prisão” (FOUCAULT, 2003. p. 210) e que datam de 1660 a 1760. É importante destacar que,

mesmo que suas análises datem de um tempo específico e um tanto distante, a questão que ele levanta a respeito dessas “vidas ínfimas que se tornaram cinzas nas poucas frases que as abateram” (FOUCAULT, 2003, p. 204) é muito atual. Sua interrogação sobre um processo de subjetivação específico, que emerge do choque com o poder, vai dizer, também, do modo como as cidades foram se constituindo da maneira como as conhecemos hoje. Para o autor, o que se torna questão é analisar as condições e as razões (racionalidades) para que determinadas vidas precisassem ser sufocadas. Questionar-se porque determinadas subjetividades passam a serem tomadas como perigosas à vida fora do hospício. Dessa forma, ele afirma que talvez seja preciso estender a análise da vida dos homens infames para outros tempos e lugares.

Nesse sentido, a reunião de fragmentos sobre essas vidas-relâmpagos nos apontam que

todas essas vidas destinadas a passar por baixo de qualquer discurso e a desaparecer sem nunca terem sido faladas só puderam deixar rastros – breves, incisivos, com frequência enigmáticos – a partir do momento de seu contato instantâneo com o poder. De modo que é, sem dúvida, para sempre impossível recuperá-las nelas próprias, tais como podiam ser ‘em estado livre’; só podemos balizá-las tomadas nas declamações, nas parcialidades táticas, nas mentiras imperativas supostas nos jogos de poder e nas relações com ele. (FOUCAULT, 2003. p. 207)

Num movimento de questionar a própria escolha de falar sobre as vidas infames a partir do ângulo da captura através do poder, Foucault (2003) afirma que essas vidas só foram possíveis de atravessar os anos porque foram capturadas pelo discurso do poder, senão, estariam condenadas a desaparecer, sem deixar nenhum vestígio, pois o ponto mais intenso delas é ali onde elas chocaram-se com o poder, tentaram lutar e debater-se contra as armadilhas impostas, na tentativa de possibilitar a sua existência. Vidas infames que, não tendo feito nada de dito ‘grandioso’ para a história, só podem garantir sua existência nas precárias linhas que compõem esses registros que Foucault (2003) resgata.

Ao buscar esses fragmentos, o autor descobre que os registros dessas vidas, salvo raras exceções, somente podem existir pela palavra do outro, poucas são as linhas onde se encontra uma palavra proferida pela vida em choque com o poder. São registros que mostram da casualidade e impessoalidade com que essas vidas passaram a fazer parte desse discurso psiquiátrico, são caminhos obscuros e tortuosos que os levaram até ali e que, da mesma forma, fizeram evaporar qualquer outra forma de existência, “eles não são mais do que aquilo através do que se quis abatê-los: nem mais nem menos” (FOUCAULT, 2003. p. 209).

Portanto, o trabalho de escrita sobre as vidas infames também se constituiu num trabalho tortuoso e obscuro.

Foucault (2003) tece uma linha de análise através dos dispositivos de poder criados ao longo dos tempos para captura das vidas infames e, dessa forma, discute como os dispositivos de poder capturam os sujeitos e produzem determinadas subjetividades. Inicialmente ele traz o lugar que a confissão teve para que o cristianismo tomasse o poder sobre o dia-a-dia das pessoas: através da confissão, o cristão viu-se obrigado a, incessantemente, confessar e transformar em linguagem cada ato ou intenção seu, não importando quão minúsculo fosse. Nas palavras de Foucault (2003):

O Ocidente cristão inventou essa surpreendente coação, que ele impôs a cada um, de tudo dizer para tudo apagar, de formular até as mínimas faltas em um murmúrio ininterrupto, obstinado, exaustivo, ao qual nada devia escapar, mas que não devia sobreviver a si próprio nem por um instante. Para centenas de milhões de homens e durante séculos, o mal teve de se confessar na primeira pessoa, em um cochicho obrigatório e fugidio (p. 211).

Entretanto, Foucault (2003) assinala uma transformação no lugar da confissão no momento em que o poder soberano da monarquia passa a tomar mais decisões acerca da vida das pessoas. Essa voz confessional particular, que ao mesmo tempo em que confessa torna-se apagada pelo próprio apagamento do mal que a confissão garante, é substituída por diversas vozes, que passam a depositar as minúcias das vidas em pilhas de documentos que, ao passar dos tempos, tornam-se uma memória incessante dos males do mundo. O agenciamento religioso passa a ser substituído por um agenciamento administrativo, onde o perdão da confissão torna-se o mecanismo do registro. Conforme o autor

O mal minúsculo da miséria e da falta não é mais remetido ao céu pela confidência apenas audível da confissão; ele se acumula sobre a terra sob a forma de rastros escritos. É um tipo de relação completamente diferente que se estabelece entre o poder, o discurso e o cotidiano, uma maneira totalmente diferente de o reger e de o formular. Nasce, para a vida comum, uma nova *mise en scène*. (FOUCAULT, 2003. p. 212)

Nesse sentido, cada coisa insignificante do cotidiano, aquilo que poderia passar sem ser percebido por sua banalidade, agora precisa ser dito, precisa ser escrito. Ao chocar-se com os mecanismos de um poder político, suas vidas tornam-se “descritíveis e passíveis de transcrição”. Foucault (2003) afirma que se estabelece uma relação completamente diferente entre o discurso, o poder e o cotidiano em sua forma de organizar-se e reger-se. E, de uma

forma um tanto profética, segue sua discussão dizendo que um dia esse disparate irá se apagar. O autor afirma que esse poder do monarca, capaz de centralizar tudo em sua pessoa, decidindo sobre os mínimos detalhes de qualquer vida e cotidiano que esteja sob seu poder, não será mais exercido por um monarca, mas será substituído por uma rede fina de poder

diferenciada, contínua, na qual se alternam instituições diversas da justiça, da polícia, da medicina, da psiquiatria. E o discurso que se formará, então, não terá mais a antiga teatralidade artificial e inábil; ele se desenvolverá em uma linguagem que pretenderá ser a da observação e da neutralidade. O banal se analisará segundo a grelha eficaz, mas cinza, da administração, do jornalismo e da ciência; exceto se for buscar seus esplendores um pouco mais longe disso, na literatura. (FOUCAULT, 2003. p. 215)

Criam-se, então, instrumentos, ainda que arcaicos, muito conhecidos até hoje, como as petições, as ordens de prisão, relatórios... Instrumentos que nos mostram uma lógica de governar soberana que, se o arbitrário do poder do monarca soberano constituía-se como lei absoluta, era para prestar um serviço público. Muitas das decisões do soberano partiam de pedidos do povo, da família, da igreja. Foucault (2003) destaca a *lettre de cachet* que, mesmo que tenha sido utilizada por pouco tempo e em uma região específica, sua significação não pode ser subestimada. O mecanismo mostra esse pedido do súdito ao rei para que decida sobre o destino de uma vida. Para o autor, um mecanismo de poder como esse vem demonstrar a complexa relação de poder que poderia se estabelecer entre o soberano e os súditos. Todos poderiam colocar-se como poder soberano se utilizassem do mecanismo de forma a convencer o soberano, como que se pudesse “por à disposição os mecanismos da soberania” (FOUCAULT, 2003. p. 213), bastasse saber como jogar o jogo do poder.

Nesse sentido, a intervenção do poder político sobre a vida cotidiana passa a ser amplamente aceita, uma vez que o povo é capaz de utilizar-se dela em causa própria. Pouco a pouco, o poder absoluto de uma política administrativa passa a constituir a vida e a decidir sobre ela. Qualquer vida passa a ter visibilidade se estabelecer alguma relação com a figura do poder soberano. Os acontecimentos cotidianos só serão dignos de deter a atenção se entrarem em relação com a soberania. Sob o discurso soberano

eles fazem aparecer indigentes, pobres pessoas, ou simplesmente medíocres, em um estranho teatro no qual tomam posturas, clamores de vozes, grandiloquências, em que revestem molambos de roupagens que lhes são necessários se quiserem que se lhes preste atenção na cena do poder (FOUCAULT, 2003. p. 215)

Ao final, Foucault (2003) nos fala a respeito do poder, de como poderia ser fácil de lidar e desmanchá-lo se não tivesse a sua complexa relação de, ao mesmo tempo em que

seduz, instiga e produz, tem o caráter de vigiar, punir, interditar e surpreender. Mais do que ser uma expressão do controle através do olhar e ouvir, ele também faz agir e falar. Dessa forma, o autor ressalta que não restam dúvidas de sua importância para o estabelecimento dos novos saberes, entretanto, ele afirma que tampouco seus mecanismos de coerção ficaram esquecidos no passado, as formas de se fazer ver e fazer hoje possui suas origens ainda presentes.

Refletindo sobre a forma como o poder sobre as vidas infames se articula nas cidades modernas, o campo onde essas vidas se chocam com o poder passa a ter o seu traço nas próprias ruas. Pechman (1994), citando Perrot, afirma que durante o século XIX, os operários franceses “atribuíam mais valor à cidade do que a moradia” (PECHMAN, 1994. p 29). É evidente que essa situação não encontra ecos no modo como as cidades se organizam atualmente, entretanto, enquanto essas transformações não ocorreram, o espaço urbano tinha fundamental importância às classes populares porque era no espaço público que elas podiam garantir a sua sobrevivência (PECHMAN, 1994). Pechman (1994) destaca que por espaço público, devemos entender não apenas a sua materialidade, mas um campo complexo, onde as relações, das mais variadas, garantiam suporte e fortaleciam a existência dos grupos populares. Nesse sentido, ele coloca em evidência que a rua, muito mais do que a moradia, era fundamental para a população pobre.

Levando em consideração essa realidade, Perrot (apud PECHMAN, 1994) afirma que, apesar da população pobre ser quem mais se confronta com a questão da moradia, a origem da questão do lugar para morar tem sua origem na classe burguesa. Sua invenção é um elemento que surge do discurso burguês que corrobora a ideia de construção do indivíduo e de um espaço de privacidade. É importante dizer que não é que o operário não levasse em consideração condições de higiene e conforto, entretanto, para eles, muitas vezes, incorporar determinados hábitos dizia respeito a perder a liberdade de circular pelas ruas da cidade e isso, é insustentável, pois sua sobrevivência dependia de sua livre circulação pela cidade. Como nômades urbanos, eles necessitam criar uma rede de relações com a cidade que lhes garanta, minimamente, a sobrevivência. Portanto, para Pechman (1994) não há nada mais infrutífero do que “querer compreender a cidade popular à luz da cidade burguesa e a partir das concepções de cidade da burguesia” (PECHMAN, 1994. p. 30)

O que o autor tenta discutir em seu artigo, é que a cidade burguesa do século XIX tentou de forma contundente que a cidade nômade vivida pelos operários fosse integrada ao modelo burguês. Segundo ele, as disputas e o esforço por integrar a cidade nômade à cidade burguesa

podia ser vista nas mais variadas instâncias, sejam políticas, sociais ou, até mesmo, urbanísticas. A relevância de trazer à tona essa discussão é porque, justamente dessas disputas, que o modelo de cidade moderna vai constituir seus pilares, como a crescente qualificação do espaço interno e a desqualificação do espaço público.

Os higienistas, considerados os primeiros urbanistas, deixam bastante evidente essa disputa entre classes estabelece um ideal de cidade que se coloca a partir do controle sobre as ruas, da necessidade de que as cidades fossem construídas a partir de ruas projetadas, limpas e bem definidas, garantindo a salubridade dos espaços. Dessa forma, a constituição de um discurso higienista passou a desqualificar não apenas o espaço das cidades antigas, como também um modo de vida com o qual as classes populares identificavam-se. Gradativamente, o discurso higienista sobre o urbano, passa a incorporar ao ideal de cidade a exclusão da pobreza, cidade doente e pobreza quase passam a ser sinônimo

ali onde viceja a pobreza, onde chafurdam os miseráveis em busca de sobras da sociedade para seu sustento, ali é o lugar do vício, é onde se presentificam a confusão e a imobilidade. É o miasma de aglomeração, segundo Didier Gille, que reside o princípio do que se chamou de malária urbana, que produz a partir do nada doenças ou grupo de doenças (PECHMAN, 1994. p. 31)

Surge, então, a ideia de que é preciso combater a confusão e a imobilidade a fim de que a doença e a contaminação não se espalhem pela cidade. Pouco a pouco, o discurso urbanista apoiado na idéias de higiene, difunde a ideologia e cultura tão presente nas cidades atuais: é preciso evitar que as pessoas possam criar grupos ao longo das ruas, pois o perigo da desordem, caos e confusão sempre ronda os pobres rebeldes e, mais, permanecer no espaço público é muita exposição, necessitamos circular pela cidade. Dessa forma, gradativamente, as cidades começam a construir seus traçados a partir das demandas de livre circulação e pouca aglomeração. É o que podemos perceber com as transformações que o Barão de Haussmann e Napoleão III realizaram em Paris, no século XIX. Haussmann, preocupado com a organização da cidade, para que essa pudesse transformar-se em grande metrópole, redesenhou bairros inteiros. Seu lápis, em favor da organização e limpeza da cidade, colocou abaixo quadras inteiras e construiu novas ruas, que tinham o seu desenho perfeito como uma forma geométrica (RODRIGUES E BAPTISTA, 2010).

Ordem urbana e ordem social passam a ser entendidas como articuladas. O medo de que as classes operárias poderiam eclodir uma revolução que acabasse com a estrutura social faz com que as elites passem a entender que a cidade tem um papel fundamental de civilização na vida dos sujeitos. A rua, assim como aqueles que fazem dela palco para a constituição de suas relações diárias, passa a ser ameaça a essa ordem e precisa ser redefinida, “por isso mesmo as classes dominantes fundam seu poder sobre a cidade a partir da intervenção no espaço, no sentido de coibir ‘usos e abusos’” (PECHMAN, 1994. p. 32) Frente ao corpo de uma cidade doente, eram os urbanistas higienistas que podiam curá-la, entretanto, mais do que ‘curá-la’, eles constituíram um modelo de cidade que difundiu-se por todas as cidades, criando um modo único de se organizar o espaços públicos:

A territorialização da ordem a partir da inscrição na paisagem urbana de uma geometria, de uma abstração, irá subverter por completo a lógica que estruturava a vida urbana, comprometendo seriamente o destino daqueles nômades urbanos que sempre sobreviviam nas dobras do espaço público (PECHMAN, 1994. p. 32-33).

Gradativamente, quase sem perceber, as ruas passaram a ser condenadas. Permanecer muito tempo nelas passou a ser passível de estabelecer uma identidade à pessoa. Uma identidade que, com o ideal do capitalismo, precisava ser banida. Da associação da vivência da rua a uma forma de vida que precisava ser extinta, a periculosidade passou a ser questão. É chegado o momento, então, de que as políticas públicas entrem em ação para evitar maiores problemas à ordem pública.

Atualmente, muito já se discutiu sobre as formas de aprisionamento físico das vidas ditas infames, resta nos interrogarmos em que medida que as novas políticas de governo ainda conservam de um aprisionamento subjetivo. Inquietados por isso, seguimos a construção do próximo capítulo sobre a análise do paradigma político na atualidade.

3.3. Dar forma ao urbano: da política às Vidas Infames

Duas imagens urbanas se fazem necessárias ao início dessa discussão:

1. *Era uma vez um corpo desbotado que habitava acima das luzes da cidade. Acontecia muita coisa nesse lugar. Apesar da localização inexístiam trevas e marasmos no dia-a-dia dos habitantes. Nada parecia tédio ou sina. No local onde morava, muita coisa acontecia: derrotas, combates, vitórias, estratégias, faziam-se incansavelmente. (...) Destinos e histórias avolumavam-se em díspares versões de fatos sem sossego. Nada poderia ser de uma maneira e não ser de outra. (...) Aquele corpo gasto sustentava a história subterrânea do Brasil, das Américas, da África e dos sonhos e espantos de gente humilhada. Sustentava até os detritos esquecidos nas ruas, revelando hábitos e prazeres urbanos. O desbotamento assemelhava-se ao tom dos objetos usados, a coisas gastas por apelos que persistem seduzindo por contatos. (...) Um dia, uma luz lá embaixo chegou ao lugar onde ele habitava e ele começou a ganhar nitidez e a falar esquisito. A sagacidade esmoreceu e a armadilha funcionou. Encruzilhadas viraram ruas retas, labirintos desapareciam, o passado e o presente incrustados em seu corpo desvencilhavam-se. O foco luminoso lá embaixo o atravessou, revestindo-o de inusitado poder; um poder que o transformava em indivíduo e o fazia falar. Díspares histórias, pouco a pouco, emudeciam, tomando uma única direção, iam sempre em frente, buscando futuro, progresso, vitória, sempre adiante, sem olhar para trás. Narrações não exclusivas dele perdiam rumo. Sofrimentos e combates para dissipá-los também. Perdia a força e a não-autoria das histórias. Brasil, América, África, sonhos e espantos de gente estranha e humilhada volatilizavam-se nas nuvens. Nesse dia, algo ainda mais misterioso sucedeu: transformado em falante, sumiu. (BAPTISTA, 2001. p.196-198)*

2. *Minutos antes o serviço havia recebido uma ligação, que não era a primeira, de que havia um morador de rua em frente a um estabelecimento comercial que estava todo sujo (em nenhum momento havia ficado claro se a preocupação pela condição de higiene era em relação ao espaço ou em relação à pessoa). Após informar que a função do serviço não era realizar remoção de pessoas do espaço público, disseram que iriam até lá para ver as condições de saúde dele e, se ele quisesse, realizariam os cuidados necessários e de direito.*

Como explicitado e problematizado em outros momentos da escrita, toda pesquisa é realizada a partir do corte que o pesquisador decide operar em relação à temática que escolhe para trabalhar. Em certa medida, é um corte metodológico que não vai dizer respeito apenas aos sujeitos que irão compor a pesquisa, mas também ao modo como eles serão compreendidos. No contexto dessa pesquisa, foram as pessoas em situação de rua da cidade de Novo Hamburgo que fizeram parte da trajetória e, mesmo que já tenhamos discutido a forma como essas subjetividades compõem esse tecido urbano, precisamos admitir que essa escolha foi feita a partir do momento em que se reconheceu uma diferença operada no social, uma diferença constitutiva, que separa os habitantes da cidade. É partindo dessa constatação que compreendemos ser extremamente importante entender um pouco de como foi se nomeando essa população, bem como as suas respectivas políticas públicas no país, visto que

no contexto atual do Brasil, não se pode optar por trabalhar com a população em situação de rua sem trazer à tona toda a discussão que vem sendo realizada em torno da temática.

A dissertação não tem como objetivo realizar uma análise das práticas de políticas públicas que estão sendo pensadas e desenvolvidas para a população em situação de rua, entretanto, o próprio nome que se optou utilizar ao se referir ao grupo de participantes da produção está diretamente relacionado a uma mudança paradigmática que ocorreu em relação à população em questão. Mais do que o elucidar os princípios e diretrizes da política, o que se entende como fundamental para esse trabalho é traçar uma discussão mais abrangente sobre como as políticas podem vir a engendrar-se na vida dos sujeitos da cidade, passando a determiná-las. A importância que se delega à discussão da política, então, diz respeito a um entendimento de que o campo no qual se insere a pesquisa não é separado do modo como as subjetividades vão se constituindo. No nosso caso, precisamos contar do aparato estatal, pois foi a partir dele que realizamos o contato com os participantes da pesquisa e, por diversos momentos ao longo do percurso, o nome da pesquisadora foi referenciado a ele.

Portanto, esse capítulo, possui duas intenções que se interligam: a primeira diz respeito a compreender, a partir das discussões de Agamben e Foucault, de que maneira os mecanismos políticos do Estado tornam-se dispositivos de biopoder sobre a vida nua e quais as implicações disso para a atualidade. A segunda está centrada em mapear a história recente na qual as políticas públicas brasileiras para as pessoas em situação de rua estão inseridas, a fim de compreender e questionar os mecanismos do Estado para tal questão. Pois, de acordo com Agamben (2010), o elemento determinante para a modernidade, que transformou radicalmente as categorias político-filosóficas da época clássica, foi “o ingresso da zoé na esfera da polis, a politização da vida nua como tal” (AGAMBEN, 2010. p.12). Tendo em vista os trabalhos de Benjamin e Foucault, o autor destaca que só uma reflexão da política atual que “interrogue sistematicamente a relação entre vida nua e política que governa secretamente as ideologias da modernidade aparentemente mais distantes entre si poderá fazer sair o político de sua ocultação e, ao mesmo tempo, restituir o pensamento à sua vocação prática” (AGAMBEN, 2010. p.12).

Agamben (2010) afirma que os gregos não possuíam apenas uma palavra para designar a vida, mas duas. O termo ‘zoé’ correspondia à característica da vida de todo ser vivo, já o conceito ‘bios’ correspondia a uma forma de vida que era própria de um indivíduo ou grupo. Quando Platão diferencia três tipos de vida, ou quando Aristóteles distingue a vida

política da vida do filósofo e da vida de prazer, eles não poderiam ter usado o termo zoé, porque eles não estavam falando a respeito de uma simples vida natural, mas de uma vida qualificada. O autor destaca que apesar da distinção, não quer dizer que os gregos não consideravam a importância da vida natural, todavia, “a simples vida natural é, porém, excluída, no mundo clássico, da polis propriamente dita e resta firmemente confinada como mera vida reprodutiva, ao âmbito da oikos (Pol. 1252a, 26-35)” (AGAMBEN, 2010, p. 10). Para ele, o entendimento de política que permeava a Grécia Antiga era que o “político não é um atributo do vivente como tal, mas uma diferença específica que determina o gênero zôon” (AGAMBEN, 2010. p. 10). Dessa forma, a vida política dos humanos difere-se das dos outros viventes porque, por mais que uma ideia de política baseada em prazer e desprazer possa existir entre os demais viventes, a política do humano, que Agamben (2010) afirma estabelecer-se através da linguagem, funda-se sobre uma ideia de comunidade de bem e de mal, de justiça e de injustiça.

A partir dessa análise do entendimento a respeito da vida para a os gregos e a forma como a compreensão de política vai se constituindo sobre esse entendimento, Agamben (2010) discute o conceito que Foucault fundou de biopolítica. Segundo ele, Foucault irá discutir na parte final de seu livro *Vontade de Saber* (1999) como a vida natural vai adquirir para a Idade Moderna uma função fundamental ao Estado à medida que começa ser incluída nos cálculos do poder do estatal. Para Foucault (1999), essa transformação ao modo de operar a política torna-se tão relevante que vai fundar uma nova política ao qual ele chamou de biopolítica: “O homem, durante milênios, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão” (FOUCAULT, 1999. p. 134). Para ele, o “limiar de modernidade biológica” de uma sociedade localiza-se quando o simples corpo vivente dos sujeitos para a ser de interesse e aposta das estratégias políticas de um Estado. Na continuidade dessa discussão sobre a biopolítica, Agamben (2010) destaca que Foucault irá discutir, nos cursos de Collège de France a partir de 1977, a questão de como as sociedades vão, gradativamente, transformando-se de um ‘Estado Territorial’ a um ‘Estado de População’, onde a preocupação principal passa a ser a vida biológica da população, as questões de saúde passam a ter centralidade ao poder soberano, que vai adquirindo, cada vez mais, as características de um ‘governo dos homens’. Nesse sentido, para Agamben (2010), o capitalismo com as características que hoje possui, só foi possível a partir dessa política

voltada a vida natural, pois o biopoder foi capaz de disciplinar os corpos, docilizá-los, a fim de que pudessem servir à lógica de controle do capital.

Agamben (2010) coloca que duas tendências de análise desse poder político sobre a vida nua podem ser percebidas a partir do trabalho de Foucault (1999). Uma linha diz respeito à análise das ‘técnicas políticas’, que se relaciona ao estudo da ciência do controle e policiamento da vida dos indivíduos e a outra, que poderia ser chamada de ‘tecnologias do eu’, onde se analisa e se estuda os processos de subjetivação a determinadas identidades e a uma noção de consciência, que converge com os dispositivos de controle externo do eu. Entretanto, se elas são marcadas por duas análises distintas, elas convergem em vários momentos, remetendo a uma questão comum. Citando o trabalho de Foucault (1999), ele afirma que o Estado moderno, como em nenhum outro momento, foi capaz de aliar as técnicas de individuação da subjetividade com procedimentos objetivos de totalização, gerando um vínculo político duplo entre os processos de individuação do sujeito e de totalização das estruturas do poder. Entretanto, se Foucault fez ver esse processo de convergência entre as técnicas de individuação e os aparatos de totalização, sua escrita resistiu em afirmar uma unificação da ideia de poder, por entender que o estudo do poder não poderia restringir-se a análise das formas e técnicas jurídico-institucionais do Estado, pois seu entendimento não é limitado aos modelos jurídicos. De acordo com Agamben (2010), a escrita do autor deixou oculta a análise desse ponto de intersecção entre o modelo jurídico-institucional e o modelo biopolítico do poder e, sobre isso, é que ele escolhe centrar a sua discussão, pois ele entende que essas duas análises não podem ser separadas. Ele afirma que

a implicação da vida nua na esfera política constitui o núcleo originário – ainda que encoberto – do poder soberano. Pode-se dizer, aliás, que a produção de um corpo biopolítico seja a contribuição original do poder soberano. A biopolítica é, nesse sentido, pelo menos tão antiga quanto a exceção soberana (AGAMBEN, 2010. p. 14).

Ao colocá-la como central, o Estado moderno está trazendo à luz a relação secreta que sempre existiu entre a vida nua e o poder. Portanto, é preciso interrogar-se, então, por que a política ocidental primeiramente precisou excluir a vida nua e mais, “qual a relação entre política e vida, se esta se apresenta como aquilo que dever ser incluído através de uma exclusão?” (AGAMBEN, 2010. p. 14)

Portanto, Agamben (2010) assinala a importância de seguir as discussões de Foucault sobre biopolítica, não somente através da afirmação de que o que caracteriza a política moderna seja a inclusão da zoé no polis e os diversos cálculos e estatísticas que passaram a fazer parte das práticas, mas antes, refletir sobre a forma como paralelamente ao espaço de exceção passar a ser a regra, a vida nua - que por tanto tempo estava margem do ordenamento - passa a coincidir com o espaço político, gerando uma zona de indistinção entre exclusão e inclusão, entre externo e interno.

O estado de exceção, no qual a vida nua era, ao mesmo tempo, excluída e capturada pelo ordenamento, constituía, na verdade, em seu apartamento, o fundamento oculto sobre o qual repousava o inteiro sistema político; quando as suas fronteiras se esfumam e se indeterminam, a vida nua que o habitava liberta-se na cidade e torna-se simultaneamente o sujeito e o objeto do ordenamento político e de seus conflitos, o ponto comum tanto da organização do poder estatal quanto da emancipação dele. Tudo ocorre como se, no mesmo passo do processo disciplinar através do qual o poder estatal faz do homem enquanto vivente o próprio objeto específico, entrasse em movimento um outro processo, que coincide grosso modo com o nascimento da democracia moderna, no qual o homem como vivente se apresenta não mais como objeto, mas como sujeito do poder político (AGAMBEN, 2010. p. 16).

O que está em questão, então, é a própria vida nua do cidadão, o corpo biopolítico da humanidade.

Para o autor, na política ocidental, a vida nua é o elemento sobre o qual a sua exclusão funda a cidade: “não é por acaso, então, que um trecho de Política situe o lugar próprio da polis na passagem da voz à linguagem. O nexa entre vida nua e política é o mesmo que a definição metafísica do homem como ‘vivente que possui a linguagem’ busca na articulação entre phoné e logos” (AGAMBEN, 2010. p.15). Para ele, a pergunta sobre o modo que o vivente passa a ter linguagem é correlata à pergunta sobre o modo como a vida nua passa a habitar a pólis. Dessa forma, a política passa a ser a estrutura fundamental da metafísica ocidental na medida em que ocupa o limiar de articulação entre o ser que vive e o logos e, portanto, “a politização da vida é a tarefa metafísica por excelência” (AGAMBEN, 2010. p. 15). Para ele, a categoria fundamental da política ocidental não está calcada no duplo inimigo-amigo, mas sim, na dupla ‘vida nua-existência política’, ‘zoe-bios’, ‘exclusão-inclusão’. Para Agamben (2010), a política existe porque o homem, o ser vivente (zoé), através da linguagem, divide e opõe a ele a vida nua. Ao mesmo tempo em que a inclui, na

medida em que permanece em relação com ela; a exclui através da diferenciação, no que o autor chama de uma exclusão-inclusiva.

Para Agamben (2010), o que passa a diferenciar a democracia moderna da clássica é uma espécie de reivindicação de que a zoé seja livre, que a vida nua possa ser uma forma de vida em si, como se houvesse nela o bíos. Sua dificuldade, portanto, reside nessa tentativa de encontrar felicidade e liberdade dos homens onde era indicada a sua submissão, a vida natural. Para o autor, a questão não reside no fato de descaracterizar essa aporia, mas de tentar compreender de que modo que ela obteve o seu apogeu e revelou-se incapaz de dar conta de sua promessa, sendo incapaz de salvar da ruína a zoé, pois, talvez, a decadência da democracia moderna e a conseqüente ascensão dos Estados Totalitários que atingiram o ocidente tenham suas origens aí, na aporia que os constituiu. Agamben (2010) afirma que a política atual tem seu valor na vida e que se não formos capazes de elucidar as suas contradições e dificuldades, o que ocorreu com o fascismo e o nazismo, a possibilidade política de decisão sobre a vida nua como elemento supremo, permanecerá sobre as nossas realidades. Portanto, mais do que afirmar a existência de uma dicotomia entre zoé e bíos, é necessário afirmar que existe a polaridade entre as duas esferas, na qual uma opera em conjunto com a outra, gerando um campo de embate e tensão entre elas.

Para o autor, no conceito Schmittiano de soberania, onde soberano é aquele que decide sobre o estado de exceção, o que está em questão é um conceito-limite entre a doutrina do Estado e do direito e que em meio a essa doutrina, está confinada a vida, que passa a confundir-se com ela. Para Agamben (2010), enquanto essa esfera do poder soberano estava mais firmada através de doutrinas tanto políticas, religiosas, como jurídicas e econômicas, seu questionamento não pode vir à tona, entretanto, atualmente, como assistimos a um verdadeiro desmoronar das estruturas estatais, uma nova perspectiva de análise pode emergir, questionando os limites e a estrutura do poder estatal.

Pode parecer-nos um tanto abstrato tal discussão acerca de um estado de exceção que se estabelece e ganha legitimidade a partir de um paradigma biopolítico, todavia, sua prática se constitui muito mais próximo da nossa realidade do que possamos imaginar. No Brasil a discussão acerca do início e do fim da vida humana tem gerado muitas discussões. Dentre elas, em ação direta de constitucionalidade de 2008, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou o pedido de inconstitucionalidade da lei da Biossegurança, datada de 2005, que legisla a respeito da utilização de células tronco-embriônicas humanas para fins de pesquisa e

terapia. A decisão, por maioria de votos, foi de que o pedido de inconstitucionalidade da lei não era procedente. A justificativa para tal decisão decorreu da interpretação de que a utilização dessas células é fundamental para o desenvolvimento científico da sociedade, pois permite a recuperação da saúde em várias situações onde não se poderia obter a cura por outro meio terapêutico e que seu uso não fere a constitucionalidade do direito à vida, pois

as pessoas físicas ou naturais seriam apenas as que sobrevivem ao parto, dotadas do atributo a que o art. 2º do Código Civil denomina personalidade civil, assentando que a Constituição Federal, quando se refere à “*dignidade da pessoa humana*” (art. 1º, III), aos “*direitos da pessoa humana*” (art. 34, VII, b), ao “*livre exercício dos direitos... individuais*” (art. 85, III) e aos “*direitos e garantias individuais*” (art. 60, § 4º, IV), estaria falando de direitos e garantias do indivíduo-pessoa. Assim, numa primeira síntese, a Carta Magna não faria de todo e qualquer estágio da vida humana um autonomizado bem jurídico, mas da vida que já é própria de uma concreta pessoa, porque nativiva, e que a inviolabilidade de que trata seu art. 5º diria respeito exclusivamente a um indivíduo já personalizado. (2008)

Conforme nos coloca Agamben (2010), o modo como o Estado vai estabelecer a sua relação com a exceção se estabelece a partir do que define como dentro e o fora, o que faz parte ou não de seu ordenamento e respectiva suspensão, para incluir a exclusão dentro do próprio ordenamento. O STF afirma que determinada vida não está protegida pela Carta Magna para, em seguida, fazê-la pertencer ao ordenamento jurídico através de sua exclusão, autorizando o seu uso para fins científicos-terapêuticos. Dessa forma, cria uma zona de indiscernibilidade a respeito do que constitui o seu campo de intervenção, pois, até mesmo o que não faz parte dele, precisa estar previsto nele. Nessa ‘zona cinzenta’, como Agamben (2010) nomeia essa relação da lei estabelecida a partir da anomia, a sociedade passa a ter dificuldade em diferenciar a vida fora de um ordenamento jurídico. Toda vida passa a ser, imediatamente, política.

Apesar de Agamben (2010) referir-se a eutanásia para afirmar o modo como a sociedade passa a atribuir valor a determinadas vidas, sua discussão possui certos entrelaçamentos com a continuação da fundamentação do voto do STF, pois ele destaca que, para atribuir valor a uma vida, é preciso afirmar o não valor de outras. Mesmo com a interpretação do STF de que vida passa a fazer parte do ordenamento jurídico brasileiro quando sobrevive ao parto, a decisão ainda poderia estar em conflito com a lei que criminaliza o aborto, todavia, entendeu-se que, ao contrário dos embriões concebidos por via

da relação sexual, o embrião gerado *in vitro* não caracterizaria aborto, pois já seria concebido fora do corpo. Ainda a respeito da fundamentação para tal decisão o STF utilizou-se do entendimento já firmado acerca do término da vida:

Considerou, também, que, se à lei ordinária seria permitido fazer coincidir a morte encefálica com a cessação da vida de uma certa pessoa humana, a justificar a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo ainda fisicamente pulsante para fins de transplante, pesquisa e tratamento (Lei 9.434/97), e se o embrião humano de que trata o art. 5º da Lei da Biossegurança é um ente absolutamente incapaz de qualquer resquício de vida encefálica, a afirmação de incompatibilidade do último diploma legal com a Constituição haveria de ser afastada. (2008)

Decisões sobre a forma de compreender a vida política qualificada, o *bíos*, são tomadas a partir do que há de mais ‘zoé’, a biologia do corpo, o funcionamento do cérebro. O que passa a caracterizar uma vida qualificada e a condição de exclusão da vida natural. Como alerta, Agamben (2010), tal discussão não deve centrar suas forças na justificativa de que a vida humana é sacra, mas antes, nos dispositivos de articulação dessa atribuição aos mecanismos jurídicos de decisão sobre o vivente, pois toda a sociedade fixa um limite que estabelece a sacrabilidade da vida, ou seja, uma vida que é insacrificável, contudo, matável. Portanto, a lei soberana é aquela que diz respeito a uma esfera onde se pode matar sem cometer homicídio e a vida sacra é aquela que é capturada por essa soberania. Paradoxalmente, a ideia de uma sacralidade da vida que hoje tenta opor-se ao poder soberano através da reivindicação de um direito humano, tem sua origem na sujeição da vida a um poder de morte. Dessa forma, a vida sacra não possui a sua origem limitada a uma ideia religiosa, mas é também, a forma originária da entrada da vida nua na esfera jurídico-política, ou seja, a inclusão através da exclusão serve como referência à decisão do soberano.

É possível, aliás, que este limite, do qual depende a politização e o *exceptio* da vida natural na ordem jurídica estatal não tenha feito mais do que alargar-se na história do ocidente e passa hoje – no novo horizonte biopolítico dos estados de soberania nacional – necessariamente ao interior de toda vida humana e do cidadão. A vida nua não está mais confinada a um lugar particular ou em uma categoria definida, mas habita o corpo biológico de cada ser vivente. (AGAMBEN, 2010. p. 135)

O que se observa na política nacional é que, se em outros tempos cabia ao soberano tomar a decisão sobre a vida, sobre matar sem cometer homicídio, atualmente, esse poder

soberano desloca-se de uma decisão estritamente política para estabelecer-se em um campo ambíguo, onde aparato jurídico e médico alternam-se na decisão sobre que vida é passível de ser vivida. Assisti-se à política onde o dado biológico passa a ser, imediatamente, biopolítico e vice-versa. Por isso, mesmo que se afirme que vida e morte são conceitos definidos a partir de parâmetros científicos, eles não são conceitos científicos, mas políticos. Se a vida tinha se tornado o fundamento da soberania com a Declaração dos Direitos Humanos, ela passa a ser, também, sujeito e objeto da política estatal. (AGAMBEN, 2010).

Nesse sentido, se há uma política para o povo, Agamben (2010) nos alerta que é preciso ter em mente que todo uso do termo ‘povo’ tem em sua origem europeia a ideia de pobres e excluídos, portanto, um mesmo termo é capaz de denominar tanto um sujeito político, “quanto a classe que de fato, senão de direito, é excluída da política”(AGAMBEN, 2010. p. 172). Dessa forma, ao pensarmos o termo povo, devemos ter claro que estamos lidando com um conceito que abarca em si duas realidades distintas, que se encontram num duplo movimento, “vida nua (povo) e existência política (povo), exclusão e inclusão, zoé e bíos. O ‘povo’ carrega, assim, desde sempre, em si, a fratura fundamental do biopolítico” (AGAMBEN, 2010. p. 173). Sendo assim, para o autor, o nosso tempo é um tempo de uma implacável e metódica tentativa de fazer sumir essa fratura que separa o povo, criando políticas para que o povo dos excluídos possa ser suprimido. Por esse motivo que os processos de desenvolvimento tecnológico são tão eficientes atualmente, pois convergem para um projeto biopolítico de produzir um povo sem fratura.

Na procura pelos indícios da exclusão da fatura na política pública e seguindo as discussões a respeito do caráter biopolítico das políticas de Estado, deparamo-nos com uma diferença fundamental entre a política destinada à saúde do povo e a política destinada à assistência social. Segundo a Constituição Federal Brasileira (1988), no Capítulo VIII, destinado a legislar sobre a ordem social, fica estabelecido que a saúde seja direito de todos e dever do Estado e que a assistência social é disponibilizada a quem dela necessitar, independente de ter contribuído à seguridade social. Nesse sentido, nosso primeiro questionamento se estabelece: como se estabelecem os parâmetros que definem sobre que vidas necessitam da intervenção do Estado?

Como complexamente nos apontou Agamben (2010), uma política só se estabelece a partir da definição de um campo de abrangência, entretanto, esse campo que limita, também faz surgir um campo de exclusão de outros grupos. No caso das pessoas em situação de rua, o aparato

jurídico-legal do Estado, que define a Política Nacional para a População em Situação de Rua funda-se a partir da conceituação dessa população. Nos documentos relacionados, o conceito para a População em situação de rua é

grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL).

No Brasil, desde 2008 existe a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, que entrou oficialmente em vigor em 2009, através do Decreto 7.053 da Presidência da República, sob o nome de “Política Nacional para a População em Situação de Rua” (BRASIL). Para que essa Política pudesse ser legitimada em âmbito nacional e se tornasse uma das prioridades da política pública de governo, houve uma grande movimentação nacional que reuniu diversos grupos, tanto ligados às instâncias do governo, como ligados à sociedade civil, incluindo, assim, a própria população em questão através de representantes do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR). A partir dessas discussões que foram ocorrendo por todo o Brasil, em outubro de 2006 um decreto s/n. oficializou o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) que ficaria responsável por “elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua” (BRASIL), dentre elas, a própria elaboração da Política Nacional.

Portanto, apesar da Política Nacional ser oficializada ao final do ano de 2009, a sua discussão já vinha sendo realizada anteriormente e um dos exemplos é a Política Nacional de Assistência Social (2004), que reconheceu a especificidade e a necessidade de atenção ao grupo de pessoas em situação de rua em sua política e, através da Lei Orgânica da Assistência Social n. 11.258 (2005), em parágrafo único, instituiu que nos Serviços de Assistência Social deveriam ser criados Programas específicos a essa população. O que culminou para que em 2009, na Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (n. 109), fossem instituídos dentro da Tipificação dos Serviços em Assistência Social, na Proteção Social Especial, quatro serviços: Serviço Especializado em Abordagem Social, Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, Serviço de Acolhimento Institucional e Serviço de Acolhimento em República. Criaram-se, assim, os Centros de Referência Especializados de Assistência Social para a População em Situação de Rua, conhecidos pela sigla Creas POP, que tem como

objetivo “assegurar atendimento e atividades para o desenvolvimento de sociabilidade, fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares e construção de novos projetos de vida” da população em questão. É importante ressaltar, ainda, que para a criação dos Creas POP o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) realizou um cofinanciamento com o “Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas”, que disponibilizou cerca de cem milhões de reais para os Centros de Referência Especializados do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

É dentro desse contexto de grande movimentação nacional que o Serviço de Abordagem Social de Rua (SAS Rua) do município de Novo Hamburgo foi ganhando forma e se estabelecendo na cidade. Conforme a equipe relata, o trabalho social com pessoas em situação de rua vem sendo desenvolvido pelo SAS Rua desde o final de julho de 2009 e pelo Creas POP desde abril de 2011, quase um ano após a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social assinar o termo de aceite do MDS, estabelecendo o convênio do CREAS Pop. Dessa forma, atualmente, os dois Serviços localizam-se no mesmo lugar e realizam um trabalho que tenta entregar as ações, tendo em vista defender a dignidade da pessoa humana no acesso às políticas públicas em condições de igualdade com a população em geral e em condição de prioridade em outros casos, considerando a complexidade do contexto no qual se encontram. Em apresentação no Seminário Municipal que discutiu a situação da população em questão, os serviços definiram como uma de suas principais ações ao longo do ano de 2011 realizar um levantamento do perfil da população em situação de rua da cidade, a fim de que as estratégias de ação possam ser traçadas a partir das necessidades da população do município, sempre levando em consideração o princípio de respeito à pessoa humana.

Como operarmos uma abertura para a fratura fundamental do biopolítico? Talvez tenhamos que continuar a nos interrogarmos sobre as possibilidades do testemunho.

*... Indaguei-o sobre uma vida e a resposta ecoou:
Ela anda meio esquecida, Bárbara
Ela anda esquecida...
Ela anda...
Ela,
É lá.*

4. A IMAGEM NÃO DISPONÍVEL



A comemoração do terceiro gol do inter



Um final feliz.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Una palabra no dice nada
Y al mismo tiempo lo esconde todo
Igual que el viento que esconde el agua
Como las flores que esconde el lodo.

Una mirada no dice nada
Y al mismo tiempo lo dice todo
Como la lluvia sobre tu cara
O el viejo mapa de algún tesoro¹⁹
Carlos Varela

Uma palavra

Uma imagem

Um rastro da ausência/presença de uma vida.

Estranho vazio/silêncio que as imagens nos deixaram. Parece que provocaram uma quebra a cadência do ritmo que se seguia na dissertação. Quisemos deixar essa quebra para tentar transmitir o quão difícil foi tomarmos a decisão de que era preciso encerrar o percurso de pesquisa e de que seriam estas as imagens que comporiam a dissertação. Quando estávamos fotografando lá nos lugares onde eles haviam escolhido, nosso olhar estava distraído, à procura de algum sinal de que eles apareceriam. Continuamos da maneira como foi possível, na inventividade que a própria precariedade da existência nos ensina. Poderíamos ter nos recolhido ao conforto da poltrona, em frente do papel, para dizer que não foi possível terminar a pesquisa, mas decidimos manter a escolha inicial sobre como falar sobre o habitar a cidade: resolver caminhando. No momento em que pudemos olhar para as imagens, o vazio e o silêncio que as povoaram revelaram muito mais do que uma cena cotidiana qualquer.

Depois de tanto caminharmos durante o ano, muitas coisas fizeram com que eles não pudessem estar presentes no momento do ato de fotografar. Muitas forças agiram e, por muitas vezes, o poder sobre as vidas infames foi o que capturou a circulação pela cidade. Dentre tantas paradas que se fizeram uma, em especial, parecia gritar em meio ao barulho ensurdecedor do “estamos atrasados, estamos atrasados!”. Era o fim que se aproximava e, com ele, uma despedida do percurso. Se, ao início da pesquisa não pudemos perceber que

¹⁹ Uma palavra não diz nada / e, ao mesmo tempo, tudo esconde / Como o vento que esconde a água / como as flores que esconde a lama / Um olhar não diz nada / e ao mesmo tempo diz tudo / como a chuva sobre o seu rosto / ou o velho mapa de um tesouro.

concretizar uma imagem era, também, concretizar uma despedida, uma ausência, agora começava a fazer sentido. Encontrar-se para fazer a fotografia era uma despedida no mais amplo sentido: despedida de um ano de percurso, despedida entre pessoas que compartilharam muitas coisas durante essa exploração e, mais, concretização da ausência de suas próprias lembranças escolhidas. Nem sempre materializar uma ausência através da imagem é suportável. Talvez o temor das primeiras pessoas que experimentaram fixar sua imagem através da fotografia (que não podiam acreditar que tal imagem, tão próxima visualmente da realidade, não houvesse tirado algo delas para que pudesse existir), não era tão tolo. Um pedaço de nós fica no papel. Qual pedaço? Não sabemos.

Ao não se fazerem presentes, para além da simples interpretação de que nos deixaram antes que os deixássemos, eles nos provocaram o buraco sobre a nossa própria imagem idealizada sobre o habitar a cidade. Como Gagnebin (2009) nos lembra, as pessoas que se encontram confinadas na imagem da pobreza, talvez sejam a figura de nosso próprio exílio. Mostraram pela não presença que, entre intenção e ato, há um longo percurso que não coincide. De que a única possibilidade de narrar hoje, é dizer da impossibilidade de narrar (GAGNEBIN, 2009).

Talvez agora pudéssemos compreender o que aquelas moedas confiadas a nós significaram, ou então, pelo menos, passamos a não mais vê-las apenas por sua representação monetária, mas como um pacto de que o encontro só acontece a partir da troca. A possibilidade de escolha se coloca a todos e é uma escolha, também, sobre o que compartilhar com o outro. Os roteiros - enquanto rascunhos da nossa tentativa de escrever de um habitar - puderam ser compartilhados, mas fixá-los através da fotografia pode ter tido um peso muito grande para a precariedade do existir.

É possível que tenhamos invalidado os dados da pesquisa em seu sentido acadêmico científico, por termos nos colocando tanto no campo, todavia, não deixamos que, por infortúnios, vidas e ideias de habitar a cidade fossem invalidadas pela opacidade do olhar. Ao realizarmos as fotografias dos roteiros, sabíamos que corríamos o risco de sermos questionados quanto a nossa neutralidade em relação ao campo de pesquisa e que, supostamente, estaríamos manipulando os resultados de tal pesquisa, mas enquanto utopistas, apostamos que era preciso aventurar-se nessa experimentação, assumindo a responsabilidade da experiência em seu sentido etimológico: travessia de um perigo. Sousa (2005) nos lembra

que a utopia precisa revelar o avesso da cidade, a sombra, escancarando os pilares de sua construção.

Não fotografar era reproduzir e assumir o discurso hegemônico da cidade de que essas vidas não podiam se fazer presentes nas imagens urbanas, de que o valor de seu discurso é afirmar a exclusão através da própria inclusão estigmatizante no campo político atual (Agamben, 2010). Ao fotografarmos, devolvemos à cidade a sua própria impossibilidade de acolher ao outro. Restituímos a ela a dor que não pode ser pronunciada e que é apartada diariamente do convívio na cidade. Continuamos a afirmar que a função ética de um pesquisador urbano é devolver à cidade aquilo que se fez esquecer, a condição de fragilidade e inacabamento que é próprio da vida. Buscamos na imprevisibilidade que se apresenta a cada dia a potência de interrogar aquilo que insiste em barrar a existência, e não a variável a ser controlada.

Como Foucault (2003), talvez tenhamos tentado fazer uma escrita sobre uma antologia das existências, onde cada pedaço, fragmento, detalhe fortuito, por mais banal que possa parecer no discurso sobre a cidade, conta-nos da potência de uma vida. Às vezes, mais do que mostrar a vida nas ruas, é necessário dar contorno ao vazio que as povoa. Dar contorno a ele é garantir que não se esqueça de que a cidade é um espaço de disputa, impasse e confronto. É preciso tirar do ciclo de apagamento. Levar adiante o que o outro nos conta para não repetir infinitamente a ciclo de vidas infames (GAGNEBIN, 2009). Fazer da imagem idealizada a imagem possível. Permanecer e registrar, mesmo quando todos se levantam e vão embora.

Se Sontag (2003) e Gagnebin (2009) nos questionam em que medida conseguimos escutar a dor do outro, ao longo dessa caminhada descobrimos que a pergunta amplia-se para em que medida conseguimos escutar as vidas nas cidades? Com as fotografias, tentamos afirmar que as possibilidades de narração residem, justamente, em narrar as imagens que não estão disponíveis. É nesse exato momento que a figura do narrador sucateiro torna-se tão importante. Em seu ato de narrar sem distinguir entre grandes feitos e histórias cotidianas é capaz de recolher das ruínas, dos restos da história, tudo aquilo que é deixado de lado como se não tivesse significação.

Nesse sentido, continuamos a interrogar a lacuna essencial do testemunho: testemunhar é dizer que o testemunho não pode ser feito (AGAMBEN, 2008). Portanto, o trabalho de testemunhar é o trabalho de buscar escutar o que não foi testemunhado, tentar

captar a palavra secreta. Fazer a fotografia falar do que não tem palavras. Na silenciosa tarefa de fotografar os rastros das existências, buscamos, mais do que protestar, fazer a função de narrador autêntico (GAGNEBIN, 2009)

Se tentamos anunciar um futuro, a ausência nos lembrou de que é preciso recusar-se a nomeá-lo. Nas fotografias, fomos à procura de nomear o não-lugar (utopia) das cidades. Tentamos constituir lugares nos não-lugares, assumindo o compromisso com um futuro diferente (JACOBY, 2007). Ao final, sabemos que, se em determinado momento capturamos a imagem dos roteiros, precisamos, agora, devolvê-las aos sujeitos que as imaginaram num ato de reconhecimento de suas existências. Abrir bem as janelas da Kombi, mas não por causa do mau cheiro e sim, para deixar entrar a cidade e sua potência inventiva. Encontrando no detalhe, a possibilidade de rasurar o futuro.

Uma nova rua se abre no mapa da cidade: como é deparar-se com a própria ausência na imagem de seu sonho utópico?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010. 197 p.

_____. **O que resta de Auschwitz**. Homo Sacer III. São Paulo: Boitempo, 2008. 175 p.

BAPTISTA, Luiz A. S. **A fábula do garoto que quanto mais falava sumia sem deixar vestígios: cidade, cotidiano e poder**. Psicologia e Educação: novos caminhos para a formação/Ira Maria Maciel (Org). Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2001. Disponível em: <<http://www.slab.uff.br/textos/texto94.pdf>> Acesso em: 15 de fev. 2012.

BARTHES, Roland. **A câmara clara: nota sobre a fotografia**. Lisboa: Edições 70, 1981. 176 p.

BECHLER, Janaína. **Labirintos: mapas invisíveis da cidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. 121 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

BEHREND, Martin Herz. **O 5 de Abril: o primeiro jornal de Novo Hamburgo**. Novo Hamburgo, RS: [s.n.], c2002. 188 p.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7. ed. São Paulo : Brasiliense, 1994. 253 p.

_____. **Rua de mão única**. 6.ed. São Paulo : Brasiliense, 2011. 277 p.

BRECHT, Bertolt. Apague os rastros. In.: _____. Poemas 1913-1956. Trad. Paulo Cesar Souza. São Paulo: Editora 34, 2000. p.57-8

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Decreto 7.053, de 23 de dezembro de 2009. **Institui a Política Nacional para a População em situação de rua**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007_2010/2009/Decreto/D7053.htm> Acesso em: 30 de jan. 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. **População em Situação de Rua**. Quais normativas regem a atenção à População em Situação de Rua? Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/pse-protecao-social-especial/populacao-de-rua/populacao-em-situacao-de-rua>> Acesso em: 30 de jan. 2012.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Ação direta de inconstitucionalidade 3.510/DF**. Relator: Min. Carlos Britto. Julgado em 29 de maio de 2008.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 150 p.

CANTINHO, Maria João. **O voo suspenso do tempo:** estudo sobre o conceito de imagem dialéctica na obra de Walter Benjamin. *Espéculo. Revista de estudos literarios*. Universidad Complutense de Madrid. 2008. Disponível em:

<<http://www.ucm.es/info/especulo/numero39/imadiale.html>> Acesso em: 08 de fev. 2012.

CHOAY, Françoise. A história e o método em Urbanismo. In.: _____. **Imagens da cidade:** séculos XIX e XX. São Paulo: Marco Zero, 1994. 190 p.

DREHER, Martin N. Alemanha em emigração. In.: _____. **Imigração Alemã no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Oikos, 2008. 111p.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. 12. ed. Campinas: Papyrus, 2009. 362 p.

FONSECA, Rubem. A arte de andar pelas ruas do Rio de Janeiro. In.: _____. **Romance Negro e Outras Histórias**. São Paulo: Companhia das letras: 1992. 9-50p.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In.: _____. **Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p. 203-222.

_____. **História da sexualidade I: Vontade de Saber**. 13. ed. Rio de Janeiro : Graal, 1999. 151 p.

FRAYZE-PEREIRA, João A. **Arte, dor:** inquietudes entre estética e psicanálise. Cotia: Ateliê, 2006.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1999. 114 p.

_____. **Lembrar, escrever, esquecer**. 2. ed. São Paulo : Editora 34, 2009. 223 p.

GALVÃO, Donizete. **Aparição dos objetos**. Revista.doc. Ano VII. Número 4. 2006. Disponível em <www.revistapontodoc.com/4_donizeteg.doc> Acesso em: 05 de mar. 2012.

GEMELLI, Isabel. **Um lugar ao território:** utopia e respeito em política habitacional. Porto Alegre: UFRGS, 2010. 79 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

GOMES, Renato Cordeiro. **Todas as cidades, a cidade:** literatura e experiência urbana. Rio de Janeiro : Rocco, 1994. 182 p.

GOMES, Rita de C. M. **Gente – caracol:** A cidade contemporânea e o habitar as ruas. Porto Alegre: UFRGS, 2006. 113 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

HIDAKA, Cristiane. **Creas POP para a população em situação de rua.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2010/junho/creas-pop-para-a-populacao-em-situacao-de-rua>> Acesso em: 30 de jan. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).

Censo 2010: população do Brasil é de 190.732.694 pessoas. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1766> Acesso em: 25 de jan. 2012.

_____. **Primeiros resultados definitivos do Censo 2010: população do Brasil é de 190.755.799 pessoas.** Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1866&id_pagina=1> Acesso em: 25 de jan. 2012.

JACOBY, Russel. **Imagem imperfeita: pensamento utópico para uma época antiutópica.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 285 p.

KERBER, Alessandro Mario; PRODANOV, Cleber Cristiano; SCHEMES, Cláudia. **O acervo do Museu Nacional do Calçado e as representações da cidade de Novo Hamburgo - RS.** História: Debates e Tendências, Passo Fundo, RS, v. 8, n. 2, p. 296-309, jul./dez. 2008. Disponível em:

<<http://ged.feevale.br/bibvirtual/Producao/2008/AlessanderKerber213736.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2012.

KORE-EDA, Hirokazu. **Depois da Vida.** Drama. Japão: 1998. 118min.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Trad. Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988. 175 p.

MAGALHÃES, Magna Lima. **Crônicas e notas: a imprensa hamburguesa e o 13 de maio** História Unisinos, São Leopoldo, RS, v. 12, n. 1, p. 60- 66, jan.-abr. 2008. Disponível em: <<http://ged.feevale.br/bibvirtual/Producao/2008/MagnaMagalhaes196791.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2012.

MAGNI, Cláudia T. **O uso da fotografia na pesquisa sobre habitantes da rua.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 141-149, jul./set. de 1995. Disponível em <<http://www6.ufrgs.br/ppgas/ha/pdf/n2/HA-v1n2a11.pdf>>, acesso em 21 de fev. 2012.

MANO, Rubens. **Detetor de ausências.** 1994.

MORCHEL, Helio. **75 anos da presença Marista em Novo Hamburgo.** 1. ed. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 1990. 625 p.

PALOMBINI, Analice de L. **Vertigens de uma psicanálise a céu aberto: A cidade.** Contribuições do acompanhamento terapêutico à clínica na reforma psiquiátrica. Rio de Janeiro: UERJ, 2007. 247 p. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PECHMAN, Robert M. Os excluídos da rua: Ordem urbana e cultura popular. In.: _____. **Imagens da cidade: séculos XIX e XX.** São Paulo: Marco Zero, 1994. 190 p.

PEIXOTO, Nelson B. **Paisagens Urbanas**. 4. ed. São Paulo : Editora Senac, 2009. 436 p.

POSSAMAI, Zita Rosane. **Fotografia e Cidade**. ArtCultura, Uberlândia, v. 10, n. 16, p. 67-77, jan.-jun. 2008. Disponível em:

<<http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/viewFile/1497/2752>.> Acesso em: 02 de fev. 2012.

PRADO, Marcos. **Estamira**. Documentário. Brasil: 2005. 115 min.

RODRIGUES, Ana C. & BAPTISTA, Luis A. dos S. **Cidades-imagem: afirmações e enfrentamentos às políticas da subjetividade**. Psicologia & Sociedade; 22 (3): 422-429, 2010.

SANT'ANA, Marcel Cláudio. **Período colonial: outras possibilidades de leitura sobre o planejamento de cidades na América Latina**. Abr. 2002. Disponível em:

<http://www.unb.br/ics/sol/itinerancias/publicacoes/periodo_colonial.pdf>. Acesso em 15/02/2012.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6. ed. Rio de Janeiro : Record, 2001. 174 p.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993. 157p.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 2. ed. São Paulo : Hucitec, 1996. 190p.

SELBACH, Jéferson Francisco. **Novo Hamburgo 1927-1997: os espaços de sociabilidade na gangorra da modernidade**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS. Faculdade de Arquitetura, 1999. 370 p. Disponível em:

<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2184/000270129.pdf?sequence=1>.> Acesso em: 17 fev. 2012.

SCHEMES, Claudia. **Pedro Adams Filho: empreendedorismo, indústria calçadista e emancipação de Novo Hamburgo**. Tese de doutorado – Programa de Pós-Graduação em História, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006, 445 p. Disponível em: <http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=345.> Acesso em: 16 fev. 2012

SCHÜTZ, Liene M. Martins. **Novo Hamburgo: sua história, sua gente**. 2. ed. 1992. 223 p.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 107 p.

_____. **Sobre La fotografia**. México; Santillana Ediciones Generales, 2006. 285 p.

SOUSA, Edson L. A. Cidades de Morar, cidades de sonhar. In.: _____. VILHENA, Junia de; CASTRO, Ricardo Vieiralves de & ZAMORA, Maria Helena (org). **A cidade e as formas de viver**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. 11-18.

SOUSA, Edson L. A. ; BECHLER, Janaína. **Labirintos na cidade contemporânea**. Psicologia Ciência e Profissão, v. 28, p. 390-403, 2008.

WALL, Jeffrey. **I Begin by not photographing**. Entrevistado pelo Museu de Arte Moderna de São Francisco. São Francisco, Estados Unidos, 2007. Disponível em: <<http://www.sfmoma.org/multimedia/videos/243>> Acesso em: 17 de jan. 2012.

_____. **Conversa com soldados mortos** (visão após uma emboscada contra a patrulha do Exército Vermelho perto de Moqor, no Afeganistão, no inverno de 1986). 1992.

ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Título da Pesquisa: “Inquietações Urbanas: Imagens em queda do habitar a cidade”

Prezado Participante,

Esta é uma pesquisa sobre as formas de habitar a cidade de Novo Hamburgo e será realizada como parte da Dissertação de Mestrado da aluna Bárbara Elisa Zwetsch e que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, junto ao Laboratório de Pesquisa em Psicanálise, Arte e Política - LAPPAP.

A participação neste estudo é voluntária, portanto não envolve custos aos pesquisados. Ao participar desta pesquisa, você não terá nenhum benefício direto. Mas espera-se que o estudo proporcione maior visibilidade das questões que envolvem o habitar a cidade. Caso você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais e o pesquisador compromete-se a manter o sigilo sobre os participantes envolvidos. Os procedimentos obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade. Os resultados deste estudo poderão ser eventualmente publicados, mas seu nome não aparecerá e será mantido sigilo de informações que possam identificá-lo. Caso houver dúvidas em relação a esta pesquisa, entre em contato com a pesquisadora, através do telefone: (51) 93366930, ou ainda, pelo e-mail barbara_zwetsch@yahoo.com.br. Quaisquer dúvidas poderão ser esclarecidas diretamente com a pesquisadora ou pelo telefone (51) 3308-5066 do Comitê de Ética em Pesquisa.

Solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa, em duas vias, uma para o pesquisado e uma para o pesquisador.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, _____

(Nome do Participante da Pesquisa), de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Pesquisadora: Bárbara Elisa Zwetsch

Orientador: Edson Luiz André de
Sousa